

JOÃO VICTOR MORÉ RAMOS

**VENEZUELA:
CAPITALISMO BLOQUEADO E TRANSIÇÃO SOCIALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano (DRU), da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ramos, João Victor Moré
VENEZUELA : CAPITALISMO BLOQUEADO E TRANSIÇÃO
SOCIALISTA / João Victor Moré Ramos ; orientador, Marcos
Aurélio da Silva - Florianópolis, SC, 2013.
143 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Revolução Bolivariana. 3. Socialismo.
4. NEP. I. Silva, Marcos Aurélio da. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

João Victor Moré Ramos

VENEZUELA: Capitalismo bloqueado e transição Socialista

Florianópolis, 28 de março de 2013.

Profª. Dra. Ruth Emilia Nogueira
Coordenadora do PPGG/UFSC

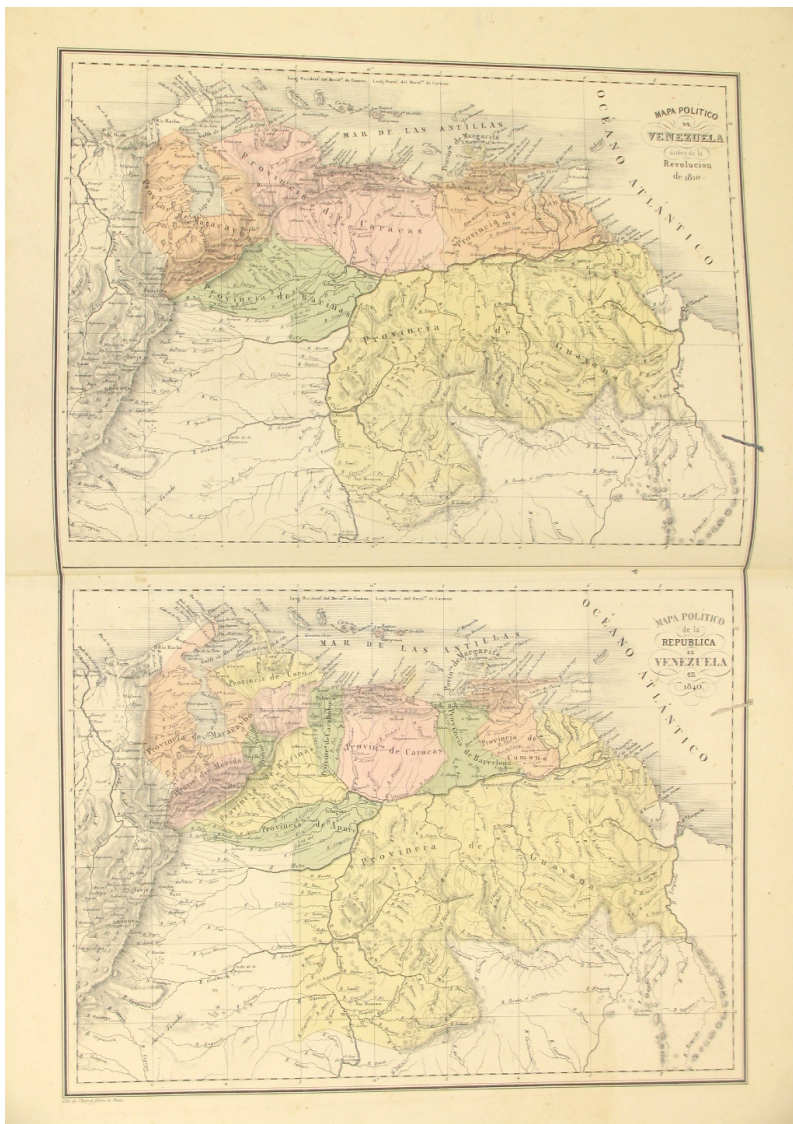
Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva – Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araújo Júnior
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli
Universidade Federal de Santa Catarina

“Ao Gil e a Internacionau Cheguidali”.



Fonte: Dois mapas produzidos por Augustin Codazzi (1793-1859) em 1840 - Mapa político da revolução de 1810 (superior); mapa político da República de Venezuela de 1840.

Quem fala que sou esquisito hermético
É porque não dou sopa estou sempre elétrico
Nada que se aproxima nada me é estranho
Fulano sicrano e beltrano
Seja pedra seja planta seja bicho seja humano
Quando quero saber o que ocorre a minha volta
Ligo a tomada abro a janela escancaro a porta
Experimento tudo nunca me iludo
Quero crer no que vem por ai beco escuro
Me iludo passado presente futuro
Reviro na palma da mão o dado
Presente futuro passado
Tudo sentir de todas as maneiras
É a chave de ouro do meu jogo
É fósforo que acende o fogo
De minha mais alta razão
Na sequencia de diferentes naipes
Quem fala de mim tem paixão

Quando quero saber o que ocorre a minha volta
Ligo a tomada abro a janela escancaro a porta
Experimento invento tudo nunca jamais me iludo
Quero crer no que vem por ai beco escuro
Me iludo passado presente futuro
Viro balanço reviro na palma da mão o dado
Futuro presente passado
Tudo sentir total
É a chave de ouro do meu jogo
É fósforo que acende o fogo
De minha mais alta razão
I na seqüência de diferentes naipes
Quem fala de mim tem paixão
(Olhos de Lince – Jards Macalé & Wally Salomão)

RESUMO

Levando em consideração a categoria de formação sócio-espacial, buscamos aprofundar nesta pesquisa o debate entre geografia e marxismo um tanto ofuscado pelos exegetas do neoliberalismo nas últimas décadas do século XX. A partir da Revolução Bolivariana deflagrada na Venezuela em 1999, e a transição ao socialismo posto na ordem do dia na América Latina, procuramos engendrar no trabalho as dificuldades de uma economia subdesenvolvida romper com o cerco imperialista, avançando sobre as bases de sua autodeterminação, e sua soberania nacional. Logo em seguida, tratamos de apresentar a NEP como uma alternativa anti-autoritária, de longo prazo, rumo ao socialismo. Não obstante, as medidas adotadas pelo Estado, - nacionalizações de empresas em setores estratégicos, controle do câmbio, acordos comerciais bilaterais, criação de cooperativas, etc. - junto à grave recessão que o país mergulhou com a crise financeira mundial em 2008, não impediu que os programas sociais fossem suspensos, insistindo no forte compromisso Ético a qual o "Estado Bolivariano" assumiu com a nação. Embora a dependência petrolífera, setor industrial majoritário no país, continua a bloquear o desenvolvimento capitalista, provocando um grande desequilíbrio em sua balança comercial, a Venezuela nesses 14 anos de processo revolucionário pode ser considerada a vanguarda das lutas sociais latino-americanas.

Palavras-chave: Revolução Bolivariana; Socialismo; NEP.

ABSTRACT

Considering the category of socio-spatial formation, this research sought to deepen the debate between Marxism and geography somewhat overshadowed by scholars of neoliberalism in the last decade of the twentieth century. From the Bolivarian Revolution in Venezuela triggered in 1999, and the transition to socialism put on the agenda in Latin America, we engender the difficulties of working in an underdeveloped economy to break with the imperialist encirclement, advancing on the basis of self-determination and sovereignty national. Shortly thereafter, we try to present the NEP as an alternative anti-authoritarian, long term, in building toward socialism. Nevertheless, the measures adopted by the State - nationalization of companies in strategic sectors, exchange control, bilateral trade agreements, creation of cooperatives, etc.. - Along with the severe recession that plunged the country with the global financial crisis in 2008 did not stop the social programs were suspended, insisting on strong ethical commitment which the "Bolivarian state" took the nation. Although oil dependency, major industrial sector in the country, continues to block capitalist development, causing a great imbalance in its trade balance, Venezuela in these 14 years of revolutionary process can be considered the vanguard of social struggles in Latin America.

Keywords: Bolivarian Revolution, Socialism; NEP.

RESUMEN

Teniendo en cuenta la categoría de formación socio-espacial, la investigación trató de profundizar el debate entre marxismo y geografía un tanto eclipsado por los estudiosos del neoliberalismo en la última década del siglo XX. A partir de la Revolución Bolivariana en Venezuela activa en 1999, y la transición al socialismo en la agenda de América Latina, se trató de analizar en la investigación las dificultades de una economía subdesarrollada para romper con el cerco imperialista, avanzando sobre la base de la autodeterminación y la soberanía nacional. Después de eso, tratamos de presentar la NEP como una alternativa anti-autoritaria, a largo plazo, en la construcción hacia el socialismo. Sin embargo, las medidas adoptadas por el Estado - la nacionalización de empresas en sectores estratégicos, control de cambios, los acuerdos bilaterales de comercio, la creación de cooperativas, etc. - junto con la severa recesión que llevó al país a la crisis financiera mundial en 2008 no impidió que los programas sociales fueran suspendidos, insistiendo en el compromiso ético fuerte que el "Estado bolivariano" llevó a la nación. A pesar de la dependencia del petróleo, el sector industrial importante en el país, sigue bloqueando el desarrollo capitalista, causando un gran desequilibrio en su balanza comercial, Venezuela en estos 14 años de proceso revolucionario, se puede considerar la vanguardia de las luchas sociales en América Latina.

Palabras clave: Revolución Bolivariana, El socialismo; NEP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Región capital. El marco físico-ambiental.....	62
Figura 2. Eje Caracas-Maracay-Valencia.....	63
Figura 3. Caracas: la gran metrópoli-de-metrópolis. comienzos de los años 2000.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Área metropolitana de Caracas. Población total y población en barrios pobres 1950 – 1990 (Miles de habitantes).....	60
Tabela 2. Metrópolis regionales venezolanas. Niveles de primacia urbana 2001	64
Tabela 3. Metrópolis regionales. Indicadores de la industria manufacturera fabril 1999	64
Tabela 4. Alguns indicadores socioeconômicos (2003 - 2006).....	111
Tabela 6. PIB: 1999-2006.....	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Área metropolitana de Caracas. población total y población en barrios pobres 1950 – 1990.....	61
Gráfico 2. Indicadores industriales por tamaño de empresa (total industria=100%)	65

LISTA DE SIGLAS

AD – Acción Democrática
APRA - Alianza Popular Revolucionária Americana
BCV – Banco Central da Venezuela
CANTV - Compañía Anonima Nacional Teléfonos de Venezuela
CC – Consejos Comunales
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COPEI - Comité de Organización Política Electoral Independiente
CPV – Corporação Venezuelana de Petróleo
CTV - Confederación de Trabajadores de Venezuela
CORDIPLAN - Coordenação e Planificação da Presidência da Republica
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
EPS – Empresas de Produção Social
FALN - Fuerzas Armadas de Libertación Nacional
FEDEPETROL - Federação Sindical Petroleira de Venezuela
FEV – Federação de Estudantes Venezuelanos
FONDEN - Fondo de Desenvolvimento Nacional
FONDESPA - Fondo de Desenvolvimento Social do País
FMI – Fundo Monetário Internacional
GPP – Gran Polo Patriótico
LAR - Liga de Ação Revolucionaria
LCR - La Causa Radical
MAS – Movimiento al Socialismo
MBR-200 - Movimento Bolivariano Revolucionário
MEP - Movimiento Electoral del Pueblo
MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionária
NEP – Nova Política Economica
OPEP - Organização dos Países Produtores de Petróleo
ONU – Organização das Nações Unidas
PC – Partido Comunista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCF – Partido Comunista Francês
PCI – Partido Comunista Italiano
PCV – Partido Comunista de Venezuela
PDN – Partido Democrático Nacional
PDVSA - Petróleos de Venezuela S.A.
PIB – Produto Interno Bruto
PRV - Partido da Revolução Venezuelana
PROVEA - Programa de Educação em Direitos Humanos Acção

PSUV – Partido Socialista Unido de Venezuela
RCTV – Radio Caracas Televisión
RDR - Rassemblement démocratique révolutionnaire
SIDOR - Siderurgia Del Orinoco
UNE – União Nacional dos Estudantes
URD - União Republicana Democrática
VIASA - Empresa de Transporte Aéreo

SUMÁRIO

1	GEOGRAFIA E MARXISMO NA AMÉRICA LATINA	27
1.1	O marxismo crítico do subdesenvolvimento latino-americano.	27
1.2	A Universidade e os mandarins.....	29
1.3	O protagonismo da categoria de formação-sócio-espacial na geografia	31
1.4	Entre o velho e o novo: os intelectuais nas transições	34
1.5	Uma NEP bolivariana	46
1.6	Uma nota sobre a categoria de Revolução Passiva.....	67
2	VENEZUELA: ESTADO NACIONAL NA TRANSIÇÃO CAPITALISTA BLOQUEADA	73
2.1	Formação do Estado nacional: o caminho de uma revolução passiva	73
2.2	Capitalismo de Estado e os limites da diversificação produtiva	81
2.3	Subdesenvolvimento: doença holandesa e nacionalismo petroleiro	83
3	A ESQUERDA VENEZUELANA NO SÉCULO XX.....	91
3.1	Recepções das ideias socialistas, e a formação dos partidos modernos.	91
3.2	Vanguardas intelectuais: o Sardio, El Techo de la Ballena, e Tabla Redonda.....	94
3.3	A derrota da guerrilha e a institucionalização dos partidos de esquerda	101
4	À GUIA DE CONCLUSÃO: TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO NO SÉCULO XXI.....	107
4.1	Crise dos anos 90 e a transição ao governo Chávez	107
4.2	Nacionalizações e a crise mundial de 2008	113
4.3	Revolução passiva ampliada e os conselhos operários.....	117
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
	ANEXOS.....	132
	Anexo I. Mapas das eleições (1998-2012)	132
	Anexo II	140
	Anexo III	145
	Anexo IV	146

1 GEOGRAFIA E MARXISMO NA AMÉRICA LATINA

1.1 O marxismo crítico do subdesenvolvimento latino-americano.

Procurando romper com as correntes circulacionistas do pensamento em economia política¹, um marxismo de orientação mais ortodoxa² tem procurado na esfera da produção (relações sociais de produção) o eixo interpretativo fundamental para definir o modo de produção capitalista (DOBB, 2004). Porém, não se pode pensar, como o faz João Bernardo, que “o todo social é repartido em posições opostas definidas no processo de produção da mais valia... e apropriação do excedente por parte da força de trabalho”, e que “da contradição interna ao processo de produção de mais-valia, que pressupõe e reproduz a polarização social, estrutura-se o todo” (BERNARDO, 1991, p.61). Isso seria romper com “uma combinação original das diversas fases do processo histórico, e seu desenvolvimento desigual e combinado” (TROTSKY, 1978, p. 25), à moda de uma vulgarização do marxismo, similar aos social-democratas, liderados por Plekhanov, da 2ª Internacional (LÊNIN, 1988, p.10).

É assim que chegamos à questão do Estado como um dos

¹ Sobre esse tema das transições, ver o debate marxista das décadas de 50 e 70 (Dobb, Hilton, Takahashi, Merrington, Brenner - in: Hilton, R. et. al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. 5. ed. Trad. Isabel Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004; Aston, T. H. e Philpin, C. H. E. (Eds.). *El debate Brenner: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial*. Trad. I. Moll e P. Iradiel. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.) que, procurando se afastar do papel do mercantilismo na transição capitalista, tese, aliás, amplamente aceita na historiografia do início do século XX, apresentou o caso inglês, e suas “relações de forças que envolveram os mercadores fabricantes e os mercadores estrito senso na Inglaterra do século XVII”, ademais, “base, respectivamente, do protecionismo whig do norte, saído do pequeno modo de produção”, como único em lograr uma transição no período referido acima (SILVA, 2009, p.5).

² Ortodoxia aqui está sendo pensada em chave positiva, como a definiu o marxista húngaro G. Lukács. Segundo ele, marxismo ortodoxo, não significa adesão acrítica aos resultados da pesquisa de Marx, nem “fé” numa ou noutra tese marxiana ou a exegese de um texto “sagrado”. A ortodoxia, em matéria de marxismo, refere-se, ao contrario e exclusivamente ao método. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, encontrou-se o método correto de investigação e de que esse método implica na convicção de que todas as tentativas de superar ou melhorar este método conduziram à sua trivialização, transformando-o num ecletismo (LUKACS, 1981, p.60).

elementos fundamentais da totalidade social que interessa a qualquer pesquisa marxista. Vale lembrar “a insistência de Nicos Poulantzas e de Althusser na abordagem do Estado e da política como campos estratégicos da luta de classes”, o que “levou ambos a rejeitarem categoricamente as outras hipóteses marxistas que afirmavam o caráter capcioso do Estado ou o declínio do Estado-Nação” (VERGOPOULOS, 2005, p.202). Aliás, lembrando Willian Tabb, que questiona a hipótese da globalização (TABB, 1997), podemos dizer que é mais a leitura do Estado nação, em seu desenvolvimento histórico, do que simplesmente o internacionalismo do capital, que permite explicar o atual estágio de subdesenvolvimento e as limitações que implicam de uma transição bloqueada ao capitalismo. Na verdade, do ponto de vista analítico, é preciso haver maior equilíbrio entre uma coisa (a dominação internacional do capital) e outra (a estrutura de classe interna ao Estado) nesta matéria.

Ainda aqui, é preciso reter as contribuições do marxista italiano Antônio Gramsci acerca das concepções de Estado em Marx, Engels e Lenin³. Estas novas determinações, poder-se-ia dizer, resultam na sua Teoria de Estado Ampliado (sociedade política + sociedade civil⁴, isto é hegemonia revestida de coerção). “Nesse sentido, ambas as esferas

³ Para estes autores a Teoria do Estado se fundamenta exclusivamente no “monopólio legal da violência”, que em geral se faz no caráter de classes (COUTINHO, 1984), embora Lênin “no terreno da luta e da organização política, em oposição às diversas tendências economicistas, revalorizou a frente da luta cultural e construiu a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força” (WERNECK VIANNA, 2004, p.84-85). Aqui devemos insistir que Gramsci parte do idealismo filosófico herdado de Hegel para designar “um tipo de passagem para a modernização capitalista em que as supra-estruturas teriam prevalecido sobre a estrutura”, cuja “centralidade no interior do aparelho” fosse “concedida aos intelectuais como uma classe universal que se consagra ao governo e que teria no universal, na fórmula hegeliana, o fim essencial de seu desempenho” (WERNECK VIANNA, 2004, p.83).

⁴ O termo “sociedade civil”, que para os autores acima citados representa “sempre o conjunto das relações econômicas capitalistas, ou em outras palavras, sinônimo de infra-estrutura ou base material”, para Gramsci representa um momento ou uma esfera da superestrutura. Além do que é preciso destacar que os portadores materiais da sociedade civil são os organismos sociais relativamente autônomos do Estado, em outras palavras, “aparelhos privados de hegemonia”, onde se encaixam os parlamentos, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc. (COUTINHO, 1984, p. 78-79).

servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental” (COUTINHO, 1984, p.79). Como afirma Coutinho, é no âmbito da sociedade civil que as classes buscam exercer sua hegemonia, através da direção e do consenso, posto que, por outro lado, na sociedade política, exerce-se sempre uma ditadura, ou seja, uma dominação mediante a coerção (COUTINHO, 1984). Embora isso não signifique se deixar levar, como assinalou Domenico Losurdo, por uma associação mecânica entre sociedade civil/hegemonia e sociedade política/ditadura (SILVA, 2011).

Ainda que insista sobre a diversidade estrutural e funcional das duas esferas, Gramsci, como bom dialético, não perde de vista o momento unitário. Entre ambas as esferas, sociedade civil e sociedade política, “a supremacia de um grupo social se manifesta tanto no domínio como na direção intelectual e moral” (COUTINHO, 1984, p. 81). Daí o papel dos intelectuais como mediadores da hegemonia e dominação (GRAMSCI, 1987, 1989).

1.2 A Universidade e os mandarins.

A neutralidade científica “como ethos ideológico da ciência” dirigida pelas elites intelectuais conservadoras – com seus financiamentos de grandes *foundations* –, se instalou de maneira dominante no ambiente acadêmico em plena crise neoliberal dos anos 80 (TRAGTENBERG, 1980, p.219).

Conforme assinala Petras, nesse período houve uma espécie de institucionalização do “empresário” intelectual nas universidades, que soube não só obter “abundantes subsídios externos”, como conhecia “muito bem os perigos implícitos do estabelecimento de alternativas sociais baseados no poder popular, às decadentes democracias liberais ainda existentes” (PETRAS, 1988, p.71).

A “universidade pretensamente humanista e mandarinesca” se transformavam segundo Tragtenberg, em “universidade tecnocrática”. A função do professor alterada nesse conjunto passava de “cão de guarda” do sistema, - ou seja, de produtor e reproduzidor da ideologia dominante - à “cão pastor”, cujos critérios lucrativos da empresa privada funcionavam como “formação das fornadas de colarinhos brancos rumo às usinas, escritórios e dependências ministeriais”(TRAGTENBERG, 2004, p.13).

Ainda segundo o autor, produzia-se, portanto, a delinquência acadêmica, ou “traição intelectual”, que, gerada pela “não preocupação

das finalidades sociais do conhecimento” permitiu “em nome do serviço a comunidade”, que uma grande parte da intelectualidade universitária se tornasse cúmplice do “genocídio, espionagem [...] com fins repressivos em nosso país, [...] coberto pela ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto” (TRAGTENBERG, 2004, p.16).⁵

Pode-se perceber tal fenômeno, no quadro conjuntural que nos apresenta Mamigonian, quando aponta para os distúrbios produzidos pelas matrizes do pensamento único (antimarxista), e sua diáspora colonial-imperialista pelos arredores da América Latina. Vejamos abaixo:

A reação agressiva dos EUA à sua decadência econômica e política revelada pela crise de 1973 tratou de mobilizar seus intelectuais à elaboração das falácias sobre globalização (Micklethwait e Wooldridge: Os bruxos da administração) e sobre neoliberalismo de exportação. Comparando com os intelectuais europeus e americanos que nas décadas de 40 e 50 demonstravam simpatias pela América Latina,... a nova onda de intelectuais dos anos 90 aproveitou o processo de cooptação a que foram submetidos nos “trinta anos gloriosos” de crescimento econômico do capitalismo central, a queda da URSS, o peso das dívidas públicas que fragilizava nossos países, o patrocínio generoso dos seus patrões e passou arrogantemente a nos “ensinar” a sermos submissos ao FMI. Apoiando ex-marxistas arrependidos (Vargas Llosa, FHC e outros), bem engordados pelas fundações Ford e outras, fomos invadidos por uma onda de ex-marxistas europeus (MAMIGONIAN, 2006, p.3).

Não por acaso, que em um recente simpósio na Universidade de São Paulo (Usp) a respeito da presença do marxismo no Brasil, “Esquerda na América Latina – Passado, Presente, Perspectivas (2012)”, Ricardo Musse chama atenção ao fato de que “o marxismo brasileiro encontra-se hibernado na universidade, à espera de algum vínculo,

⁵ Vale lembrar também aqui a obra de Álvaro Vieira Pinto, "A questão da Universidade", cujo autor aborda nos entremeios do período militar brasileiro as dificuldades de concretização da Reforma Universitária em sua totalidade, além de propor caminhos práticos imediatos as resoluções estudantis rumo a democratização do espaço universitário.

algum agente social que possa levá-lo de volta à prática”, do mesmo modo que Armando Boito concorda que o “aparelho institucional marca o atual marxismo brasileiro... dependente das universidades” (CRISTI, 2012).

De certo modo, isso nos faz pensar algumas questões imprescindíveis (mas que trataremos de aprofundá-las num outro trabalho). Num primeiro momento, se afastando da vulgata que tende a confundir tecnocracia com marxismo, - tão cara aos mandarins universitários que deformam “os objetivos da pesquisa e seus resultados” (SANTOS, 2004, p.111) – nos arriscamos a dizer que na crise neoliberal que percorreu a transição do século XX ao XXI, o marxismo resistiu nos ambientes universitários justamente pelo esforço de intelectuais “suficientemente orgânicos, ou seja, envolvidos pessoal e institucionalmente” na Universidade em luta pela transformação social (BARATTA, 2011, p.330).

É o que nos leva entender as palavras do geógrafo Milton Santos:

Sempre se imaginou, ao longo do tempo, que chegaria um dia no qual as atividades intelectuais seriam maioria. Esse tempo chegou, mas o número de intelectuais verdadeiros diminuiu. Se não cuidamos de interpretá-las corretamente, as condições materiais do mundo contemporâneo podem terminar por nos associar a um pensamento acorrentado. Esse é um dos paradoxos do nosso tempo, a era da inteligência baseada na máquina (SANTOS, 1997, p17).

1.3 O protagonismo da categoria de formação-sócio-espacial na geografia

No caso da Geografia, foi só em meados do século XX, logo no período do pós-II Guerra, que esse ramo do conhecimento assumiu de maneira mais direta relações com o marxismo, devidas principalmente aos geógrafos que participaram da militância contra o nazi-fascismo (filiação ao PCF), que assim abriram “espaço para a busca de categorias de análise mais coetâneas com o desenrolar histórico” (SILVA, 2003, p.166).

Com efeito, Mamigonian assinala que “geografia e marxismo nasceram de raízes comuns” cujas diferenças estão na interpretação da totalidade, onde o marxismo, imbricado na luta de classes é “mais internacional nas suas origens do que a geografia, uma ciência,

sobretudo alemã⁶” (MAMIGONIAN, 1996, p.199).

Talvez seja um exagero dizer que na geografia brasileira – uma geografia afinal, de país de Terceiro Mundo –, o marxismo só chegou a partir dos esforços de Milton Santos nos anos 1970, quando escreveu o clássico artigo sobre formação sócio-espacial (1977).

Segundo Mamigonian, desde o começo do século XX “o marxismo estava migrando da Europa Ocidental para a Europa Oriental (Rússia, etc.) e logo depois para a Ásia semicolonial e a América Latina, lugares onde para o povo a questão social e a questão nacional se somavam, em vez de se excluírem” (MAMIGONIAN, 1996, p.202).

De qualquer modo, parece válido dizer, segundo Milton Santos, que uma boa parte de nossa Geografia andou se interessando “mais pela forma das coisas do que pela sua formação” (SANTOS, 1977, p.1). Uma Geografia, enfim, praticada de maneira estática, a partir de estruturas fixas, imutáveis, não se valendo das dinâmicas sociais e da própria história que aí se insere. Daí Milton Santos sugerir a categoria de formação social como mais apta para a compreensão da totalidade social, nela incluída o espaço (SANTOS, 1977).

Esta categoria, como assinalou Sereni, se “expressa na unidade e totalidade das diferentes esferas - econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico” (SANTOS, 1977, p.2)⁷. É como disse Lukács, “para quem o estudo histórico das

⁶ Como destaca Pereira, a Geografia Moderna ao ser fundada na primeira metade do século XIX por A. Von Humboldt (1769-1859) e K. Ritter (1779-1859), já emerge “comprometida com uma classe – a aristocracia prussiana, se bem que ainda fortemente marcada pelo iluminismo e pelo idealismo que caracterizam a filosofia alemã (PEREIRA, 1993, p.112)”. Todavia, vale lembrar que Humboldt (naturalista e homem da nobreza alemã), diferente de Ritter, não restringiu suas viagens de “campo” somente ao solo europeu. Como nos demonstra Vladimir Acosta, Humboldt “*en sus viajes y en su lectura de esse nuevo mundo americano... tuvo y sigue teniendo un alcance mucho más amplio. En esta esfera entran sus obras hoy más conocidas y estudiadas*” como por exemplo: “*Viaje a las regiones ecuinociales del Nuevo Continente (1816-1833), que cubre sólo su recorrido americano hasta que el viajero abandona La tierra venezolana; el Ensayo político sobre el Reino de la Nueva España (1811); y el Ensayo político sobre la islã de Cuba (1826)*” (ACOSTA, 2005, p. XXI). Já Ritter “se tornou famoso na Universidade de Berlim, lecionando a eminentes figuras da geografia europeia da segunda metade do século XIX, como Elisée Reclus e Friedrich Ratzel” (CORREA, 1985, p.9).

⁷ Essa análise “afasta tanto o reducionismo do marxismo da II Internacional

sociedades opõe à primazia do econômico e da totalidade”⁸ (SANTOS, 1977, p.2).

Contudo, em Sereni não está claro a delimitação geográfica de uma formação sócio-espacial. Embora Milton Santos estabeleça a delimitação espacial de uma formação no Estado Nação, seguindo, aliás, tendência crescente da literatura, Silva insiste que Milton Santos “peca por exagerar a importância das relações externas na análise das regiões, tornando suas dinâmicas histórico-sociais particulares menos influenciadas e/ou subordinadas às pressões exógenas” (SILVA, 2003, p.167). Dessa forma, poder-se-ia dizer que Milton Santos estaria vinculado às correntes circulacionistas referidas no início do texto.

Certamente, “não basta apenas aceitar que uma região do Estado-Nação (ou um quadro supranacional) se identifique com uma formação” (SILVA, 2003, p.167). Como sugere Silva, partindo do trabalho de Sereni, o critério de “homogeneidade espacial deve estar antes na particularidade histórica de constituição dessas relações em um dado ambiente geográfico e social” (SILVA, 2003, p. 167).⁹ Dito de outro modo, na “história da luta de classes e produção do excedente em geral na região social dada” (AFONSO apud SILVA, 2003, p.172).

Aliás, segundo Lacoste, isso contribui de algum modo para “desmascarar o problema da escolha das escalas de observação e de representação, e o problema de articulação dos diferentes níveis de

(Plekanov), que identifica a noção de formação social com a do conjunto das relações de produção ou com modo de produção ou enfim,... com base econômica, quanto o estruturalismo althusseriano, cujo intento de superar a noção hegeliana de tempo histórico (continuidade homogênea), resultou na negação da unidade dialética entre continuidade e descontinuidade deste” (SILVA, 2003, p.166).

⁸ Para quem não se trata de pensar que “a história se passe no interior do sistema de categorias, mas sim que a história é a transformação do sistema de categorias. As categorias são, portanto, as formas do ser” (Lukács, apud Silva 2003, p. 171).

⁹ Vale lembrar aqui das cartas de Marx a Vera Zasulich em “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, onde o autor salienta a importância das diferentes formas de propriedade correspondentes às diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho, no que tange ao problema das transições, bem como as discussões sobre o modo de produção asiático, demonstrando a possibilidade das formações sociais americanas (pré-colombianas) do México e Peru – em alusão à forma de propriedade comunista na Rússia, a mais moderna do tipo arcaico – apropriar-se “dos resultados positivos do modo capitalista de produção... desenvolver e transformar a forma arcaica de sua comunidade aldeia em lugar de destruí-la” (MARX, 1986, p. 131).

análise” (LACOSTE, 1976, p.40). Se antes a geografia clássica francesa¹⁰, – *la blacheana* – que analisa os gêneros de vida (ANDRADE, 1981, p.16), isto é, “que postula a possibilidade de reconhecimento imediato das individualidades geográficas”, trouxe “graves conseqüências para a evolução da geografia universitária e para a reflexão teórica sobre os problemas espaciais” (LACOSTE, 1976, p.40), poder-se-ia dizer por outro lado, segundo as assertivas de Mamigonian, que resulta em um certo exagero de geógrafos como (Lacoste, E. Soja, etc.) “em cobrar a ausência de espaço ou de geografia nos trabalhos marxistas” (MAMIGONIAN, 1996, p.204).

Como lembra Quaini,

No materialismo histórico a dimensão espacial não é de modo algum sacrificada pela dimensão temporal: ambas representam um componente que não pode ser suprimido do original historicismo de Marx, que nasce da crítica radical da concepção idealista da história e, em particular, do idealismo hegeliano, no qual, como vimos, mesmo os fatos geográficos mais terrestres vinham transfigurados no céu da Ideia (QUAINI, 1979, p.35).

Partindo das acepções teóricas acima suscitadas, esse trabalho pretende buscar uma análise do subdesenvolvimento venezuelano calcado nas categorias da crise e das transições, centrais noções de formação social (SANTOS, 1977). Disso decorre o interesse pelas iniciativas estatais e seus atuais estágios de interlocução com as diferentes formas da estrutura social e suas relações político-econômicas interno/externas demarcadas na estratégia do socialismo bolivariano, posto na ordem do dia.

1.4 Entre o velho e o novo: os intelectuais nas transições

¹⁰ Como destaca Mamigonian, “enquanto a geografia marxista alemã foi uma explosão de curta duração, na França a presença do marxismo na geografia se fez mais lentamente, mas com mais frutos (MAMIGONIAN, 2011, p.20)”. No entanto, como afirma o autor, a “crise política e epistemológica que começou a altura de 1960” na geografia marxista francesa, promoveu um forte distanciamento “do dinamismo e da grandeza dos primeiros tempos” (MAMIGONIAN, 2003, p. 26-27).

Poder-se-ia então estabelecer, a partir da temática dos intelectuais em Gramsci, um paralelo às noções de engajamento engendradas por um dos expoentes mais inquietantes da intelectualidade no século XX, a saber: Sartre, “nosso verdadeiro companheiro de armas” (MESZAROS, 2012, p.15).

Desde já, aconselha-se de antemão, que não se tem aqui o interesse de elaborar os pontos de aproximação, e/ou distinção filosófica entre os dois autores acima citados, tampouco dissolver suas contribuições críticas em um a-historicismo vulgar que despreza o plano de fundo. O que se pretende demonstrar, na verdade, é: 1) como Gramsci e Sartre se engendam no campo da filosofia da práxis no século XX, e daí elaboram suas concepções de Estado inserindo a questão dos intelectuais como eixo central das mediações; 2) e também, com a contribuição de ambos os autores, estabelecer uma perspectiva para o que Meszaros chama de ofensiva socialista no século XXI, ou seja, retomar os desafios que estão colocados para a classe operária em uma chave que possa abranger “a interação dialética entre as forças parlamentares e as extraparlamentares”. Conforme observa o autor, “a nova fase histórica, que corresponde à crise estrutural do capital, põe na ordem do dia uma mudança radical neste sentido” (MESZAROS, 2009, p.157-58).

Para tanto, considera-se relevante partir do debate em que Sartre, no primeiro número da revista *Le temps modernes*, criticando o realismo marxista pela irresponsabilidade de defender uma posição de “neutralidade” na ciência (SARTRE, 1999), irá postular a tese (existencialista) de que a ação individual desempenhada pelo intelectual engajado (RODRIGUES, 2005), seria um meio eficaz de conceber conteúdos de hegemonia socialista na esfera formal/legal.¹¹

¹¹ De acordo com as observações de Losurdo, pode-se encontrar semelhanças dessa tese sartriana, numa terceira versão da Revolução em Marx (da decadência ideológica) “a qual tem em comum com aquela exposta n’O capital o fato de fazer com que a revolução derive, não de um entrelaçamento de contradições mas, sim, da economia em forma imediata” na qual a revolução socialista é pensada fundamentalmente segundo o modelo de um golpe de Estado jacobino, cujos protagonistas deveriam ser, neste caso, os operários radicalizados pela crise econômica.” Segundo afirma o autor, essa tese não passa de mais um mecanicismo que se paga com a impaciência revolucionária, pois nesse caso, Marx e Engels, acreditando que “a rebelião das forças produtivas e o fato resultante dos próprios intelectuais de extração burguesa cerrarem fileiras ao lado do proletariado, cada um dos retornos periódicos das crises comerciais” poderia “transformar-se numa crise revolucionária decisiva”.

De algum modo, pode-se notar que é na primeira declaração pública do *Rassemblement démocratique révolutionnaire* (1948) que se dá o fortalecimento dos pressupostos da tese, visto que Sartre, junto de seus companheiros de *Le Temps modernes*, André Breton, David Rousset, além de outros, procura articular as forças extraparlamentares no combate ao gaullismo, - obviamente distantes da orientação do Partido Comunista Francês - em uma fanática defesa da “liberdade civil” (MESZAROS, 2009, p.157).

Entre as podridões da democracia capitalista, as fraquezas e as taras de uma certa social-democracia e a limitação do comunismo à sua forma stalinista, pensamos que um agrupamento de homens livres em favor da democracia revolucionária será capaz de fazer com que ganhem uma nova vida os princípios da liberdade, de dignidade humana, ligando-os à luta pela revolução social (CHÂTELET e KOUCHNER, 1983, p. 614).

Mas, segundo nos relata Johnson, o propósito da RDR – sob a liderança de Sartre - em recrutar os intelectuais do mundo contra a guerra fria, em defesa do que se “*llamó La Internacional de la Mente*”, não pode arraigar grandes resultados justamente pelo fato que se Sartre

hubiese querido realmente jugar la carta de Europa y hacer historia, habría debido dar su apoyo a Jean Monnet, que entonces echaba las bases del movimiento que diez años más tarde crearía la Comunidad Europea. Pero eso hubiese requerido prestar mucha atención a los detalles económicos y administrativos, algo imposible de hacer para Sartre. Tal como fue todo, a su coorganizador en el RDR, David Rousset, Sartre le resultó inútil: “pese a su lucidez, vivía en un mundo totalmente aislado de la realidad”. Estaba, dijo Rousset, “muy involucrado en el juego de las

(LOSURDO, 1998, p.13). No entanto, de acordo com Gramsci, isso é só a “história vulgar que, em forma apriorística, acha uma crise que coincida com as grandes rupturas do equilíbrio social... não se pode dizer que a catástrofe do Estado absolutista se devesse a uma crise de empobrecimento” (GRAMSCI apud LOSURDO, 1998, p.13).

ideas” pero se interesaba poco por los hechos: “Sartre vivió en una burbuja” (JOHNSON, 1990, p.205-206).

Como assinala Rodrigues, nesse curto período de vida em que desfruta a agrupação francesa formada por intelectuais de esquerda não comunista no pós-guerra, Sartre passa a assumir

uma posição suficientemente engajada para que a universalidade de seus discursos apareça como equivalente ao discurso da própria História. Se as filosofias da história (hegelianismo e marxismo) pretendiam dar um sentido à História, esses dois modelos de sínteses gerais concebiam a idéia de progresso como o movimento mesmo da História. Ora, Sartre define a História como "a lógica viva da ação"; toda posição política correspondia, portanto, a concretização dessa ação. O engajamento responderia, desse modo, a uma situação histórica imediata e conjuntural: a Resistência, a guerra fria, as guerras coloniais, por exemplo. O intelectual engajado poderia, então, se definir a partir de sua posição crítica em relação ao mundo, afirmando-se como o representante das forças progressivas e como o defensor de uma causa humanitária (RODRIGUES, 2005).

Porem, com a intensificação da guerra fria, o engajamento político do intelectual que aparece como um valor universal, - cuja ação é expressa em “termos unicamente individuais, mas que se inscrevem na História” (RODRIGUES, 2005) – encontra-se em dificuldades de seguir uma via alternativa “extraparlamentar” na luta pela revolução social. O desencadeamento do *macartismo* nos EUA por um lado, e o caráter degenerativo de associar a figura de Stalin, - personificado como um déspota sanguinário – aos ditames da guerra imperialista leva Sartre a se distanciar da esquerda não comunista, justamente por ela não compreender “que não estava em questão escolher o que se pode amar [...] Era preciso ficar do lado dos que corriam riscos, daqueles cujos interesses levavam a querer a paz, ou seja, dos soviéticos” (CHÂTELET e KOUCHNER, 1983, p.614).

Assim, com o difícil acordo entre escolha individual e universalização da verdade, é que a ruptura de Sartre com a agrupação será confirmada no ensaio *Os comunistas e a paz* (1952), quando, - a

respeito de um novo juízo da URSS, e das greves operárias na França - estabelece uma dura polémica com Merleau-Ponty, Albert Camus e Claude Lefort, que parecem não ter compreendido que, lutar mesmo que parcialmente contra o PCF, já “é declarar-se inimigo do proletariado”, tornando-se cúmplice de todo “imperialismo que gera o risco de guerra” (CHÂTELET e KOUCHNER, 1983, p.616).

Tem-se então aqui, que a dura polémica entre os intelectuais confirmar-se a cisão. Sartre é acusado de *ultrabolchevismo* por Merleau-Ponty, pois justificava o comunismo não mais pela verdade, pela filosofia da história e pela dialética, mas sim, por sua negação (CHÂTELET e KOUCHNER, 1983). A ideia de Revolução, portanto, se esvaziava de qualquer significado para Sartre, no mesmo sentido que havia feito em *Materialismo e Revolução*, – publicada anteriormente em 1946 – por

uma teoria filosófica que mostre que a realidade do homem é a ação e que a ação sobre o universo se funde com a compreensão desse universo como ele é ou, em outras palavras, que a ação é revelação da realidade e, ao mesmo tempo, transformação desta. (LOSURDO, 2006, p.139).

Contudo, após ser criticado por Merleau-Ponty por não ter superado o “dualismo entre teoria e prática” nessas obras, Sartre decide lançar mão dos fundamentos teóricos do que mais tarde vai chamar, em *Crítica da Razão Dialética*, de “marxismo prático” (CHÂTELET e KOUCHNER, 1983, p.620) – isto é, o marxismo como uma “filosofia do engajamento e da práxis” (LOSURDO, 2006, p.139).

Todavia, nessa outra filosofia da história que Sartre irá concluir na década de 60 com a *Crítica*, é notório nas suas considerações em torno do marxismo “enquanto filosofia insuperável de nosso tempo”, persistir ainda, o enclave da ideologia existencialista¹², bem como de seu

¹² A respeito do problema entre existencialismo e marxismo, há um interessante diálogo entre Sartre e Lukács que tem em seu plano de fundo a questão da pequena-burguesia. Como se sabe, Lukács em seu livro “Existencialismo ou Marxismo? (1979)” defende o antagonismo entre essas duas doutrinas. Por outro lado, Sartre, assumindo sua posição de democrata pequeno-burguês, sai em defesa do existencialismo como única abordagem concreta da realidade, assegurando assim, através da ontologia da consciência, a compreensão adequada sobre os temas relevantes à discussão: a subjetividade e liberdade. Desse modo, nota-se que o existencialismo – sobretudo idealista – sofre uma

método compreensivo (SARTRE, 1967).

Segundo o quadro que nos fornece Châtelet e Kouchner,

a pesquisa do exercício autenticamente dialético da Razão será marcada por uma tensão constante e por um equívoco incessantemente ultrapassado entre vontade de superar o criacionismo abstrato de *Os comunistas e a paz* e de inscrever a teoria no projeto revolucionário, tal como o marxismo o concebeu, e a afirmação do irredutível primado da práxis individual. Desse modo, revela-se claramente que, se Sartre não escreveu sua moral, foi porque, para ele, agora, sua moral é política (CHÂTELET e KOUCHNER, 1983, p.620).

Porem percebe-se que é somente na *Critica* onde Sartre engendra as noções de engajamento com as do Estado, embora não atribua o papel dos intelectuais como mediadores da hegemonia e dominação. Poder-se-ia então dizer que é nessa leitura que emerge toda a dificuldade de seu projeto, visto que a concepção de Estado, configurada de modo realista e histórico, não é ampliada a sua função de consentimento. O Estado aparece restrito a

uma mediação entre conflitos internos à classe dominante [...]. Ele se afirma como negação [...] da luta de classes; sua legitimidade [...], ele a retira de si mesmo e as séries não tem outra escolha a não ser aceita-lo. E é preciso que elas o aceitem: é preciso ainda que ele se apresente às classes dominadas como a garantia delas”. “A estratégia da classe dominante consiste em manter, através dos procedimentos da propaganda, da agitação, da publicidade, da orquestração do medo e do terror, uma totalidade abstrata, uma totalidade de dispersão, inerte, e, por isso mesmo, impotente: A práxis, portanto, consiste – para o grupo soberano – em condicionar cada um por meio da atuação sobre os Outros. Nessa situação, a invenção dos dominados, dos explorados, não pode ser senão a revolta, a constituição de um

reviravolta, quando Sartre, abandonando o pluralismo (esse conceito de direita) em nome de “um pensamento de esquerda que ainda se ignorava” assume “lutar do lado da classe operária” (SARTRE, 1967, p.21-22).

grupo em fusão – que saiba se comportar de tal modo que seja exorcizado o fantasma da escassez (CHÂTELET e KOUCHNER, 1983, p. 630).

Com efeito, retomando as observações de Meszaros, nota-se que Sartre não obtém êxito quanto aos problemas de mediação, justamente por não “submeter os fundamentos materiais da ordem social do capital a uma crítica sólida”. Segundo o autor, a crítica do *engajamento* mantém-se restrita ao plano político, ideológico/psicológico, só preenchendo com conteúdos “as liberdades abstratas da burguesia” - um problema, aliás, de toda tentativa de “totalização na história real dentro do quadro categorial das estruturas formais da história”, ou seja, “dentro dos limites dos nunca realizados direitos [burgueses] do homem”. (MESZAROS, 2012, p.251-252).

Exemplo disso pode ser encontrado nos estudos de Caubet, que buscou abranger a “totalidade do teatro de Sartre”. Segundo a autora, Sartre, na estreia de sua última peça, *Os Sequestrados de Altona* (1959), ainda que se declarasse “nada mais ter a dizer aos burgueses”, pois “temia que esse público burguês assimilasse a liberdade que pregava, confiscando-a em benefício próprio”, não soube ampliar o engajamento para além de sua própria classe (CAUBET, 1989, p.124-134). Nas palavras do próprio Sartre:

Não fui eu que mudei, foi a situação. Quando fiz encenar Nekrassov, a violência física não andava espalhada pela França como agora: não tinha sido promovida a nível de forma de repressão. Havia, sim, um aparelho repressivo, mas era o aparelho tradicional "normal", ousaria dizer. O que me pareceu grave, é a formação, na Argélia, e até na França, de um novo aparelho repressivo que ninguém ousa pretender que seja uma necessidade. Pois o desenvolvimento do sistema capitalista não está ligado às torturas praticadas na Argélia. Poder-se-ia até afirmar o contrário. Essas torturas comprometem a causa do capitalismo: os burgueses mais lúcidos o entenderam. E a razão pela qual me pareceu necessário evocar o problema assim colocado de evocá-lo através do teatro, isto é: para todo o mundo, para o maior número, para os burgueses também. (SARTRE apud CAUBET, 1989, p.134-35)

Sem embargo, apesar dos esforços de Sartre em buscar um sentido “socialista” à tese do engajamento, suas análises filosóficas acabam operando “uma singular inversão, pela qual o marxismo aparece como celebração da guerra e do conflito” (SILVA, 2011). Segundo Losurdo, poder-se-ia dizer que Sartre inscrevendo-se nos mesmos equívocos juvenis de Lukacs e Bloch, - quando procuravam “conciliar em forma mitológica as contradições reais da vida histórica” – acabou influenciando-se por Fichte, o filósofo alemão da ação e do agir (LOSURDO, 1998, p.21).

No clima do segundo pós-guerra, no esforço para construir um mundo novo a partir de uma exigência pura e universalmente moral (assim como universal fora a indignação provocada pelo nazi-fascismo), prescindindo de qualquer referencia a uma dialética objetiva, considerada um elemento de distúrbio e de contaminação da consciência moral, Sartre parece proceder a uma fichtianização de Marx, assim como, cerca de um século antes, os jovens hegelianos haviam procedido à fichtianização de Hegel (LOSURDO, 2006, p.139).

Ainda aqui, insiste o autor, o *marxismo prático* de Sartre ocupado “em recusar uma posição de passiva contemplação, oriunda da identidade, em Hegel, entre o real e o racional”, nega a objetividade do sujeito e da práxis histórica, associando mecanicamente “o real a empiria imediata” (SILVA, 2011). Daí que surge a celebração do “*pathos* de um dever-ser que se contrapõe ao mundo como tal e aposta mais na consciência moral do que na ação política” (LOSURDO, 1998, p.21), fazendo “da práxis a essência mesma da doutrina da ação”¹³ (RODRIGUES, 2005).

Como assinala Losurdo, o reflexo dessa inflexão que chega a contrapor a objetividade material, - a objetividade enquanto tal – “à vontade, e à atividade revolucionaria” (LOSURDO, 2006, p.139) irá

¹³ Nesse sentido, nota-se a total “recusa das lições de Hegel em Fenomenologia do Espírito, onde o sujeito e a práxis histórica estão inseridos na objetividade: Se o negativo ‘aparece como desigualdade do Eu com relação ao objeto, ele é também a desigualdade da substância em relação a ela mesma. O que parece produzir-se fora dela, e ser uma atividade contra ela, é seu próprio operar, e ela mostra ser essencialmente Sujeito’” (SILVA, 2011; LOSURDO, 1997).

repercutir na incapacidade de Sartre

opor resistência ao niilismo nacional, apesar de seu grande compromisso na luta contra o colonialismo. Como esclarece um capítulo fundamental de *Crítica da Razão Dialética* (Livro I, cap. C), o filósofo francês faz derivar os vários conflitos humanos, em última análise, da "penúria" (rareté). O resultado dessa abordagem é avassalador. Na medida em que parece determinar uma luta pela vida e pela morte, a condição de penúria acaba, de alguma forma, justificando os responsáveis pela opressão. Eles aparecem como os protagonistas de uma luta trágica pela sobrevivência que, no presente se impõe de maneira fatal e, no futuro, pode ser eliminada apenas por um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas. No lado oposto, os oprimidos aparecem movidos apenas pelo desejo de escapar das intoleráveis condições de vida; mas, então, posto que a língua, a cultura, a identidade e a dignidade nacional não desempenham nenhuma função, não se compreende a participação na luta contra a opressão nacional por parte de camadas sociais que gozam de um padrão de vida confortável ou de uma comodidade mais ou menos relevante. Como se vê, a simpatia pelos "deserdados da terra" e a indignação pelos crimes do colonialismo e do imperialismo na Argélia ou no Vietnã, embora meritórias, não garantem por si só uma compreensão adequada da questão nacional (LOSURDO, 2011).

Desse modo, fica claro compreender também o porquê de Sartre, em um artigo publicado após os acontecimentos do Maio de 68 "Eleições, armadilha para otários" (1973), desconsiderar toda herança das "instituições tradicionais do Estado e os partidos políticos constituídos", ao eleger rigorosamente à democracia direta dos tempos de Rousseau, - que vale lembrar, constituiu-se "no espírito da melhor tradição burguesa do iluminismo" - como uma instituição mantida exclusivamente no dever-ser "em relação a qualquer futuro possível" (MESZAROS, 2012, p.250-252).

Como nos demonstra Johnson, Sartre de

hecho nunca leyó a Marx, salvo quizás en extractos. Fue por cierto un rebelde, pero un rebelde sin causa. No se incorporó a ningún partido. No le interesó el ascenso de Hitler. España le dejó indiferente (JOHNSON, 1990, p.194).

Talvez seja aqui que se poderia encontrar a virada à filosofia da práxis gramsciana que soube

reter a advertência de Marx, feita no prefácio da segunda edição de O capital, quanto à importância da “pesquisa desinteressada” e da “livre pesquisa científica” — abandonada pelos “espadachins assalariados” —, para insistir que, distante de qualquer caráter indiciatório — facilmente identificável na crítica niilista, diríamos —, a discussão científica implica a incorporação, como um momento subordinado, do ponto de vista mesmo do adversário, condição *sine qua non* da conquista da hegemonia da classe revolucionária. Trata-se, pois, numa linha que segue o conceito engelsiano de ideologia como “falsa consciência” — as verdadeiras forças motrizes do processo social permanecem estranhas ao pensador —, do esforço de garantir a compreensão da objetividade do ser social para fazer justiça a ambas as partes, algo absolutamente ausente em toda a crítica subjetivista — por exemplo, o marxismo da decadência ideológica, afinal tributário do anarquismo —, presa à ideia da subjetividade insincera e corrupta dos autores burgueses (SILVA, 2011).

Com efeito, em uma vertente distinta do intelectual engajado de Sartre (MESZAROS, 2012, p.250), é possível estabelecer com o marxismo de Gramsci, uma chave interpretativa do momento unitário do bloco histórico dominante a partir da “sociologia dos intelectuais, cujo alcance explicativo transcende a morfologia desse estrato, para se instalar no centro da sua ciência política como explicação do porquê, como e quando o domínio do Estado se amplia” (WERNECK VIANNA, 2007).

Certamente nessa sociologia há um distanciamento às orientações de linhagem burguesas tão caras a Sartre, insistente no apelo direto a consciência dos intelectuais, chamados a instituir um “grupo soberano [...] desprovido da necessidade de representantes” na decorrência de uma (possível) dissolução do grupo-em-fusão (MESZAROS, 2012, p.248), ou dito de outro modo, do partido como intelectual coletivo (VAZQUEZ, 1977).

Como aponta Gramsci, essa tentativa de fortalecer um toco cosmopolitismo por parte do engajamento dos intelectuais desprovidos de qualquer organicidade, na verdade, é o grande perigo de todo subjetivismo idealista alemão (LOSURDO, 2006) que busca afirmar-se ideológica e politicamente através de uma “utopia social que os leva a se acreditarem independentes, autônomos, revestidos de características próprias” (SIMIONATTO, 2004, p.55).

Ora, em tais circunstâncias, Gramsci adota uma estratégia distinta das forças revolucionárias – emergidas de extratos sociais da pequena e média burguesia - comprometidas com a mudança, que costumeiramente tendem a (i)mobilizar os intelectuais “através de fórmulas não dialéticas, cujo efeito lhes parece ser mais direto e imediato” no combate (KONDER, 2009, p.34).

Segundo o marxista italiano, não impedindo a possibilidade de que um, ou mais intelectuais possa individualmente aderir ao “programa e doutrina do proletariado”, Gramsci resgata que o que se devem levar em conta pelos intelectuais é o seu papel “como massa, e não apenas como indivíduos” (GRAMSCI, 1987, p.164). É somente assim que se “põe o problema da formação, para o proletariado, do próprio grupo dos intelectuais independentes e do partido político autônomo” (SILVA, 2011).

Na medida em que o grupo dos intelectuais formados no interior do marxismo não tem suas origens ligadas ao povo — oriundas, antes, tais origens, na pequena e média burguesia, classes às quais, por interesses no mais das vezes ligados à promoção social, podem voltar nas grandes crises históricas (Benedetto Croce, por exemplo) —, é crucial ao proletariado criar a sua própria categoria de intelectuais orgânicos. Estes devem estar ligados a ele não só pelas ideias, mas também pela extração social, para o que é necessário proceder a uma catarse cultural e política, maneira de se libertar do espírito

corporativo, o que ademais é uma outra forma de colocar-se permanentemente o problema da herança (SILVA, 2011).

É deste modo que chegamos a formação dos intelectuais tradicionais como expressão do “problema histórico mais interessante” (GRAMSCI, 1989, p.15). Estes intelectuais advindos do ambiente rural se desenvolvem “lentamente muito mais do que qualquer outro grupo social por causa de sua própria natureza e sua função histórica”. Pensar na possibilidade de que estes extratos intermediários possam romper com o passado, e passar diretamente, da noite para o dia ao plano “de uma nova ideologia” - na forma de intelectual-massa - seria desconsiderar todo o problema das transições à ordem social burguesa nos capitalismo dito periféricos, como também ao socialismo (GRAMSCI, 1987, p.164).

Nesse sentido, considerar que na formação dos estados nacionais latino-americanos, o desenvolvimento da categoria dos intelectuais tradicionais se configurou sob a forma do clero, e de um parasitismo militar de castas, sobretudo “fossilizados segundo o modelo da mãe-pátria europeia” (GRAMSCI, 1989, p.21), Gramsci, buscando “superar o assédio das classes dominantes” (SILVA, 2011), assinala que é necessário que se produza no bloco histórico dominante

uma fratura de caráter orgânico [entre eles], historicamente caracterizada; que se crie, como formação de massas, uma tendência de esquerda no sentido moderno da palavra, isto é, orientada em direção ao proletariado revolucionário. A aliança do proletariado com as massas camponesas exige essa formação, [...] mas somente conseguirá cumprir essa tarefa se for capaz, entre outras coisas, de desagregar o bloco intelectual que é a armadura flexível, mas muito resistente, do bloco agrário (GRAMSCI, 1987, p.165).

Assim, nesta passagem dos intelectuais tradicionais à modernidade sob uma possível hegemonia do proletariado, nota-se o quão distante está Gramsci das teses elaboradas por Che Guevara a respeito do novo homem, da nova cultura, ou ainda de um novo tipo de sociedade, - recentemente retomada como estratégia socialista, na obra de Atilio Boron (2010) “O socialismo no século XXI”.

Como assinala Losurdo, esse novo homem para Gramsci, antes de ser levado como um sujeito individualizado no vir-a-ser da sociedade pós-capitalista, é encarado como uma relação social. Compreendido em chave dialética, esse novo homem é tido, não como uma característica exclusivamente do comunismo, já que o “velho homem, pela mudança, torna-se novo, porque entra a fazer parte das novas relações, uma vez que as anteriores foram revertidas” (LOSURDO, 2006, p.233).

1.5 Uma NEP bolivariana

Nessa linha estratégica, vale lembrar as advertências de Gramsci a respeito da conquista do poder pelo proletariado, que “deve saber de algum modo nacionalizar a si mesmo” (LOSURDO, 1998, p.4), - como foi o caso dos bolcheviques na Rússia, dos maoístas na China, dos anamitas no Vietnã, etc. - e que nesse momento desempenha um papel crucial na transição ao socialismo que ocorre em países de terceiro mundo.

No caso da América Latina, a Revolução Democrática Bolivariana se manifesta em atual consonância com essa realidade. Porém, de acordo com Ouriques, tal Revolução não poderia se enquadrar nos marcos da tradição marxista, esta que tem como ênfase a classe operária, -“uma classe subalterna moderna” (WERNECK VIANNA, 2007) – na direção da revolução. Segundo o autor, o papel revolucionário estaria mais ligado a setores sociais denominados informais, com forte caráter anárquico. Daí então que Ouriques sugere o “povo enquanto categoria social e realidade histórica”, como chave interpretativa para tal Revolução (OURIQUES, 2005, p.150).

De certo modo, poderíamos dizer que Ouriques tem razão ao afirmar que a Revolução Bolivariana não está sendo conduzida sob a hegemonia da classe operária, mesmo porque o caráter nacional-popular estaria instituído “como o discurso e a prática de personagens da tradição” (WERNECK VIANNA, 2007), tendo o chavismo seu principal porta-voz.

Mas, a nosso ver, seria um exagero abandonar o horizonte da classe operária, para situar o “povo” como categoria histórica central na formulação de uma estratégia socialista que permita avançar com a Revolução Bolivariana. Como lembra Glauber Rocha em seu manifesto *Eztetyka do Sonho*, “o povo é o mito da burguesia” cuja “a razão do povo se converte na razão da burguesia sobre o povo” (ROCHA, 1981, p.219). E ademais, conclui o autor, a noção de povo corresponde a todo o problema das heranças revolucionárias reivindicadas pela burguesia

européia na consolidação de sua hegemonia e dominação, não pela classe subalterna moderna da qual o proletariado se faz representante (ROCHA, 1981, p.219).

Nesse sentido, o conceito de povo, embora contenha elementos significativos que são úteis para elucidar “a história do Ocidente como um todo” (LOSURDO, 2004), não ultrapassa os limites da burguesia, para se instalar em uma estratégia revolucionária que possa orientar o proletariado em ampliar sua hegemonia na condução da Revolução.

Conforme assinala Losurdo, a expressividade da categoria povo só ganha forma, na medida em que é utilizada para denunciar o peso dos conflitos de natureza colonial-imperialista sob a égide da “democracia do povo dominante”. Pois nesse sentido, permite avançar com o paradoxo presente em inúmeros intelectuais norte-americanos que logram subsumir tal categoria numa concepção mecanicista de democracia dos Senhores, - muito apreciada por Hitler - onde a aniquilação dos povos originários é desprezada, para corroborar a tese da supremacia da raça branca em relação às demais (LOSURDO, 2004). Assim, insiste o autor,

Desde o final do século XIX e nos princípios do século XX, a extensão do sufrágio na Europa marcha a par com a colonização e a imposição de relações laborais de servidão e semi-servidão aos povos submetidos. O governo democrático na Europa estava fortemente entrelaçado com o poder da burocracia e com a violência policial, e o estado de sítio nas colônias. Em última análise, trata-se do mesmo fenômeno que ocorrida nos Estados Unidos, com a diferença que na Europa era menos evidente porque os povos colonizados viviam do outro lado do oceano (LOSURDO, 2004).

Em suma, poder-se-ia afirmar que, não basta somente inverter a categoria povo numa tentativa de substanciá-la com a noção de subalternidade para conceber a democracia do povo, como bem faz Emir Sader em seu artigo “Povo, popular, ou populismo?”. A questão, de certo modo levantada pelo autor, remete exclusivamente ao arbítrio moralizante dos conceitos contrapontísticos em foco, cuja oposição do significado ideológico das palavras - como, por exemplo, populismo, nacionalismo, etc. - costumeiramente utilizado pelas publicistas conservadoras na desestabilização de governos progressistas ou

socialistas, aparecem sem qualquer tipo de interação dialética.

A questão não é se perguntar “Se o populismo é ruim, qual seu oposto? O que é bom? Antipopulismo ou antipopular ou antipovo.” (SADER, 2006). A estratégia socialista no século XXI necessita de bases teóricas mais sólidas, que possam romper com conceitos puramente retóricos, “cultivados e inculcados com habilidade pelos publicitários da direita – que com seus meios de comunicação dominam quase sem contrapeso a cena mediática da região”. (BORON, 2010, p.84).

Um conceito elástico, como é o caso do populismo, embora sinalize as transformações que ocorreram nos países (de capitalismo tardio) latino-americanos, com “a entrada das massas empobrecidas no cenário político” (MARINGONI, 2009, p.169), acaba, por outro lado, inibindo as particularidades específicas de suas formações sociais com a retórica do culto a personalidade (LOSURDO, 2010) – e sua suposta relação direta entre o líder e as massas. Aliás, é desse modo que uma gama de intelectuais latino-americanos – como, por exemplo, Margarita Lopez Maya, Ernesto Laclau, Gilberto Maringoni, Emir Sader, entre outros tem se beneficiado do conceito, - produzindo uma polarização social inexistente - ao denominar o processo revolucionário bolivariano: “*Un populismo de izquierda (no necesariamente socialista)*” (LOPEZ MAYA, 2011, p.3).

A impressão que se tem daí é a permanência da (in)superada tese de Benjamin sobre o conceito de história, ou melhor dizendo, da noção de Estado de Exceção que não faz sentido algum engendrará-la nas análises da Revolução Democrática Bolivariana. Vejamos o que diz o autor:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios em que vivemos no século XX ainda sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento

de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (BENJAMIN, 1987, p.226).

Neste sentido, seria preciso voltar as lições de Lenin quanto aos oportunistas e utópicos que surgiram na Revolução de Outubro com a retórica anti-contemplativa e anti-hegeliana tão caras a reação feudal (SILVA, 2011). Vejamos o que diz o dirigente bolchevique:

O Estado livre do povo era o programa e a fórmula corrente dos social-democratas alemães de 1870. Essa fórmula não tem nenhum conteúdo político, não passando de uma pomposa expressão burguesa da ideia de democracia. Engels dispunha-se a "justificar momentaneamente" o seu emprego na agitação, na medida em que essa fórmula aludia legalmente à república democrática. Mas era uma fórmula oportunista, pois exprimia não só uma democracia burguesa mal disfarçada, como também - a incompreensão da crítica socialista do Estado em geral. Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andáramos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática (LENIN, 2005, p.38-39).

Na verdade, é preciso ressaltar que em nenhum momento aqui se tem em mente descartar as noções de povo e nação. A questão estratégica, a nosso ver, se passa na busca de reconhecer o salto histórico do mito, que oscila entre “realidade e imaginação, entre revolução e utopia, ou seja, aquela peculiar dialética entre pensamento e ação de tipo jacobino cujo príncipe de Maquiavel,- “que se faz povo, se confunde com o povo” – se torna com pensamento de Gramsci algo realmente moderno – como é caso do partido político das classes subalternas (BARATTA, 2011, p.328).

Somente assim, se faz pertinente as colocações de Ouriques, quando resgata o nacionalismo “como força vital na luta das classes subalternas de toda periferia capitalista” (OURIQUES, 2005, p134), e que, aliás, se apresenta como única saída possível, para “enfrentar o problema da reestruturação supranacional do planeta sob condução das

nações hegemônicas” (OURIQUES, 2005, p.135).

Mas, de outro modo, pode-se dizer que essa questão não é das mais atuais entre os marxistas. Segundo Bernardo, no 12º Congresso do Partido Comunista Russo, em Abril de 1923, Bukharin atribuía a Turquia, ”apesar das perseguições aos comunistas,... um papel revolucionário devido ao facto de ser um instrumento destrutivo relativamente ao sistema imperialista considerado como um todo” (BERNARDO, 2009). E ainda acrescenta:

Segundo esta admirável dialéctica, um regime podia ser classificado como revolucionário por considerações estritamente geopolíticas, quando a sua orientação externa era favorável ao Estado soviético no confronto com outras potências, sem que em nada parecesse importar o seu carácter contra-revolucionário no plano social interno, o único em que tais questões deviam ser aferidas. O confronto entre a orientação nacionalista e a orientação de classe atravessou o interior dos partidos comunistas. Formou-se assim uma ala esquerda, que defendia a luta não só contra as grandes potências imperialistas mas igualmente contra as classes dominantes locais, e uma ala apoiada pela III Internacional, que atribuía a prioridade à luta contra o imperialismo estrangeiro e para isso apoiava a burguesia nacional e a tecnocracia modernizadora. À medida que a evolução da base social dos partidos comunistas, agravada pela repressão local e pelas interferências de Moscovo, contribuiu para a marginalização e depois para a expulsão das alas esquerdas, esses partidos foram-se transformando em câmaras de eco do nacionalismo junto à classe trabalhadora. A luta de classe foi substituída pela geopolítica (BERNARDO, 2009).

Na verdade, as observações de Bernardo embora pertinentes, acabam por não compreender as dificuldades “da construção de uma sociedade pós-capitalista” (LOSURDO, 1998, p.5). Anteriormente, no X Congresso do Partido Comunista Russo realizado em 1921, o problema central das discussões giravam entorno da questão nacional cujo “destino do socialismo no país dos soviets, rodeados de países capitalistas hostis, tinha adquirido vital importância” (BERTELLI, 1987,

p. 126).

Segundo Gramsci, “ao avaliar a situação interna, V. I. Lenin disse que durante a passagem da guerra à paz” (BERTELLI, 1987, p.126),

o proletariado é obrigado a fazer concessões que podem ser onerosas a estratos sociais burgueses que, mesmo privados doravante do poder político, continuam a gozar de condições de vida nitidamente melhores e portanto de privilégios escandalosos. (LOSURDO, 1998, p.5).

Daí é que surge a consolidação da Nova Política Econômica (NEP), - uma aliança operário-camponesa – que, encontrando aproximação até mesmo no Partido Comunista Italiano (PCI) em 1923, enxerga que o problema das relações entre operários e camponeses, “se põe não apenas como um problema de relação de classe, mas também especialmente como um problema territorial, ou seja, como um dos aspectos da questão nacional” (GRAMSCI, 1987, p.85). Como aponta Casati, a NEP

Foi o conjunto de ideias e de ações concretas com os quais se procurou sair dos vastos problemas com que se defrontava a imensa Rússia após a guerra, após o Outubro e após a Guerra Civil para afirmar a revolução: a carestia; os deslocamentos das massas incalculáveis de refugiados e órfãos; a não resolvida questão fundamental dos camponeses, que eram a maioria do povo, enquanto os proletários industriais eram a minoria; as greves dos operários, como a de Petrogrado, ou as revoltas dos soldados, como na fortaleza marítima do Kronstadt; o forte bloqueio dos países capitalistas. Era esta a crise que poderia arrastar consigo a Revolução. A NEP, numa primeira leitura simplificada, fora a liberalização do pequeno comércio privado – Se façam circular as mercadorias –, o lançamento da cooperação, o início de um sistema de economia mista (o qual, porém, abriu caminho ao NEPMAN, ambígua figura de capitalista que se movia em uma economia controlada pelos comunistas). Mas a NEP foi muito mais. Foi uma revisão profunda, sobretudo teórica, como se andou afirmando, uma

virada, que ao socialismo, mesmo após a tomada armada do poder, se chegou como uma transição. E é um percurso lento. Disse Lenin a esse propósito: É preciso armar-se da salutar desconfiança em relação a cada progresso mais rápido, em relação a qualquer jactância... a coisa mais nociva é a pressa [...]. Sempre a esse propósito comenta Boffa: “São formulações que deixam entrever aquilo que, segundo uma categoria gramsciana, é a passagem da Guerra de Movimento à Guerra de Posição, se estivesse delineado no pensamento de Lenin não só a luta internacional mas também a evolução interna do País (CASATI, 2012, p22).

De qualquer modo, poder-se-ia dizer que no atual estágio de transição em que se encontra a Revolução Democrática Bolivariana, as semelhanças se apresentam tão próximas ao “socialismo real” que o debate sobre a NEP continua posto na ordem do dia, - embora àqueles que insistem no “*fracaso de la NEP bolivariana*” (ESCALANTE, 2010).

Nesse sentido, é válido dizer que o trotskismo “revolucionário” sofre desse problema. Não tão distante também se encontra os reformistas do socialismo do século XXI. A nosso ver, talvez o mais lúcido nesse debate, - e que aparece um tanto ofuscado pelas consignas promocionais - se encontra entrincheirado no ministério de Planejamento venezuelano.

Enquanto intelectuais de grande porte como Alan Woods e Heinz Dieterich se primam pela autopromoção individual¹⁴ à custa da transição socialista venezuelana, Jorge Giordani em uma sensata avaliação da Revolução Bolivariana, por outro lado, esclarece que

La estructura productiva lejos de poder ser modificada en el corto plazo por la dependencia

¹⁴ Para uma análise do debate da NEP entre os dois autores, ver as obras de Heinz Dieterich - “Hugo Chávez y el Socialismo del Siglo XXI”, e “Reformismo o Revolución, (Respuesta a Heinz Dieterich)” de Alan Woods. Com todo apreço pelos dois autores na defesa da Revolução Bolivariana, diríamos que o debate não adentra na substancia das dificuldades estratégicas do processo bolivariano, pois permanece de um lado bloqueado por modelos funcionais que nada condizem com a realidade em questão, e por outro, numa autopromoção personalista, que nada contribui para uma efetiva consolidação do triunfo popular.

de los ingresos petroleros y la insuficiencia del desarrollo de las fuerzas productivas nacionales, hacen sí que la transición buscada hacia un sistema basado en la lógica del trabajo, un sistema socialista, pueda lograrse en la medida en que ese Estado rentista petrolero como el que observamos en la actualidad permita el paso hacia otro de carácter productivo con una mayor integración que se podrá dar internamente en el país en la medida en que tenga efecto la política de inclusión social emprendida desde el mismo inicio de gobierno en 1999, y en correspondencia de un desarrollo acelerado de las fuerzas productivas del país (GIORDANI, 2009, p.78).

E acrescenta:

Hemos afirmado que Venezuela vive una transición en la búsqueda de su próprio caminho, el del socialismo tan aspirado por muchos a lo largo de la historia universal, y con tantos sacrificios y vidas en su prosecución, el reto que se plantea hoy debe terminar superando lo que se presenta como discrepancia de una regla o un uso para transformarse en una posibilidad real de cambio. En ese caminho andamos (GIORDANI, 2009, p.86).

Partindo dessa extraordinária contribuição de Giordani, como é então que pode ser lido a NEP bolivariana no atual estágio em que se encontra a Revolução Democrática na Venezuela? Estaríamos diante de um capitalismo de Estado forjado aos moldes da CEPAL nos anos 50 como o quer considerar Heinz Dieterich? Ou, seria preciso recorrer aos velhos mecanismos de industrialização forçada dos tempos de Stalin, - como propõe Tajeldine (2008), Escalante (2010), Shuterlands (2008) - que encontrou eco até mesmo nas teses de Rosa Luxemburgo, quando “condenou a reforma agrária bolchevique como pequeno-burguesa, bem como convidou o novo governo a sufocar com mão de ferro qualquer tendência separatista”? (SILVA, 2011).

Ora, Lenin (1988) já chamava atenção no “Desenvolvimento do capitalismo na Rússia” às duas grandes vias de transição, – o tipo prussiano e o norte-americano – insistindo nas múltiplas combinações de ambas as categorias na análise concreta da realidade. Nesse sentido,

pode-se dizer que a transição bolivariana está colocada em uma combinação de capitalismo de Estado – a via pelo alto (prussiana) – com o socialismo, – a via (americana) dos produtores – ou seja, a NEP bolivariana.

Todavia, como sustenta Casati (2012) a transição bolivariana não está sozinha nesse caminho. Povos e países como China, Cuba e Vietnã, cada um a suas especificidades, estão imersos nesse processo de transição socialista. No caso chinês, e vietnamita, Jabbour assinala que o mix das duas transições “só pode ocorrer e se sustentar sob a lógica da intermediação financeira”, isto é, mantendo a fusão do banco com a indústria (JABBOUR, 2010, p.258). E é o que vem ocorrendo nesses dois países. Segundo o autor, atualmente “os bancos chineses são a bomba ejetora do processo de desenvolvimento ao oeste chinês, um processo que se retroalimenta com repercussões no mundo ainda a serem calculadas, ainda que enormes contradições existam no presente” (JABBOUR, 2010, p. 259).

Já no caso cubano, a virada que está ocorrendo na economia, conforme esboça Casati, é única no mundo:

Não existe outro país que tenha resistido ao assédio posto pelos EUA, que é o mais longo jamais estabelecido na história moderna. Cuba tem resistido ao “bloqueio” como aos cinco furacões que varreram a ilha nos últimos dez anos, assim como resistido ao terrorismo que assassinou 4000 cidadãos cubanos. Cuba, sobretudo, soube resistir com o “Período Especial”, quando, há mais ou menos vinte anos, a União Soviética, que então se dissolvia, interrompeu repentinamente as relações comerciais exclusivas que tinha com Havana. Cuba, da União Soviética, importava mercadorias, mas também suas limitações, e o sabia, tanto que alguns anos antes, em 1986, havia iniciado a campanha da “Retificação dos Erros” com que se propunha reduzir os aparatos burocráticos e descentralizar poder aos territórios. O “Período Especial”, porém, retarda aquele processo que, só hoje, é robustamente relançado com o VI Congresso de Abril de 2011, data do 50º aniversário da vitória de Playa Girón. Nele se aprovam uma série de reformas voltadas a salvar a economia e a revolução. A NEP cubana é um projeto em que as linhas mestras foram discutidas

por bem uns nove (entre onze) milhões de cidadãos, e onde se combinam elementos fundamentais de socialismo com elementos de capitalismo. É o Partido Comunista que controla as “Grandes Estratégias” – as bases da economia, da empresa pública ou privada, cubana ou estrangeira – com o objetivo do desenvolvimento econômico. E aquelas reformas, anunciadas e depois arrefecidas no “Período Especial”, são retomadas, reconhecendo que nem todos os limites são imputáveis ao bloqueio: é preciso então dar força à pequena empresa e ao artesanato, é preciso reduzir o peso do enorme aparato estatal improdutivo, é preciso atrair (como Vietnã e China) investimentos externos. E o caminho através do socialismo prossegue com esta mudança de velocidade e estrutura (CASATI, 2012, p.23).

No que diz respeito à NEP na Venezuela, não se deve perder de vista o caráter rentístico da economia (o capitalismo dependente), bem demarcado pelos estudos de Asdrúbal Baptista (2007). Porém, conforme expressa Giordani, deve-se atentar, por outro lado, no fato da coexistência de diferentes formas de propriedade promulgadas na Constituição Bolivariana em 1999: a propriedade pública, social, coletiva, mista e privada. Daí é que se pode ter uma noção das modificações que levaram ao ministro de Planejamento propor a tese do socialismo rentístico – colocando o problema da renda petroleira como uma “*nueva anomalia histórica*” – na substituição da lógica do capital pela lógica do trabalho (GIORDANI, 2009, p.85).

Mas não é somente isso. Onde estaria a combinação do Capitalismo de Estado com o socialismo? Dada a crise de deslegitimação do Estado nos anos 80, a desnacionalização industrial, e a conseqüente aniquilação das instituições, Baratta sugere que a ascensão de Chávez no poder encarna uma tipo de “cesarismo” provisório na transição socialista – para utilizar uma categoria gramsciana referente à via prussiana leninista – “capaz de promover a transformação em sentido democrático das instituições fundamentais da sociedade civil” (BARATTA, 2011, p.343).

Ora, após o golpe cívico-militar forjado pela oposição no ano de 2002, - sobretudo formada pelos patronos da FEDECAMARAS, pela central sindical CTV, por alguns setores do exército, igreja, imprensa,

Ong's – e, ademais, a sabotagem petroleira no ano de 2003, o governo Chávez começa então a inverter o quadro fabricado pelas classes dominantes em torno do Estado (sociedade política). Através das leis habilitantes referendadas na Constituição, - a retomada do controle pelo Estado da empresa petroleira PDVSA - os ingressos recebidos do petróleo começam a serem invertidos em políticas públicas denominadas “*missiones sociales*” (SEVERO, 2009). Somadas a essas, não se deve esquecer dos Círculos Bolivarianos – de jovens, camponeses, operários, estudantes, mulheres, etc – criados em 2001 para “*las tareas de construcción, consolidación y desarrollo de la propuesta presente em la Constitución Nacional de 1999*” (UZCÁTEGUI, 2010, p.198), que, após o golpe fascista de 2002, se convertem em *Unidades de Batalla Endógenas Sociales* (UBES) na defesa da revolução.

Contudo, com a transição ao socialismo do século XXI posto na ordem do dia em 2005, a UBES são dissolvidas nos *Consejos Comunales* (CC), planejados, sobretudo mediante as diretivas do *Proyecto Socialista Bolivariano* – de participação popular e desenvolvimento social. Um ano depois, a frente ampla que se tinha construído até 2005 sob as bases do *Movimiento V República*, organiza-se para fundar o *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV), dando início a uma nova etapa de consolidação da unidade das classes subalternas.¹⁵ Começa-se então a radicalização do processo revolucionário anti-capitalista, com a nacionalização de setores estratégicos da economia, – bancos, indústria, transporte, alimentos, energia, infraestruturas, etc. – a ampliação do controle obreiro nas fabricas, a criação das cooperativas rurais/urbanas, o fortalecimento das empresas mistas, a formação da Milícia Nacional Bolivariana – “*una fuerza de civiles com entrenamiento militar que forman parte del Ejército Venezolano*” (UZCÁTEGUI, 2010, p.207) e também a democratização midiática – incentivando os meios comunitários alternativos. Já na política externa, concretizam-se acordos bilaterais com países periféricos – como a China, Irã, Bielo-Rússia, etc. - numa tentativa de diminuir a dependência petroleira com os EUA. Além disso, desenvolve-se uma política de subsídios petroleiros a países e povos do terceiro mundo - como, por exemplo, Cuba, Nicarágua, Bolívia, Republica Dominicana, Uruguai, etc. - fomentando a solidariedade e a expansão da unificação dos povos latino-americanos.

¹⁵ Vale lembrar que embora o Partido comunista de Venezuela (PCV), o Pátria Para Todos (PPT), entre outros não aderiram a unificação no interior do PSUV, continuam a apoiar a Revolução.

Mas, segundo Fuentes, todo o esforço de Chávez em reafirmar a soberania nacional sobre a economia não foi suficiente. O próprio Chávez declarava que as “*nacionalización por si misma no equivalía a socialismo*”. Era preciso ampliar a comunicação entre os *Consejos Comunales (CC)*, abarcando-os dentro de uma “*comunidad autodefinida, para intentar abordar colectivamente los problemas a una escala mayor*”. Conforme expressa o autor, “*estas nuevas formas de organización dan cabida a un número de personas sin precedente en la organización comunitaria. Se han convertido en los ladrillos para construir un nuevo Estado*” (FUENTES, 2012).

Com a crise financeira mundial em 2009, a economia bolivariana embora entre em um curto período recessivo, - situação a qual os contrarrevolucionários aproveitavam oportunamente para sabotar a Revolução (GOLINGER, 2006) decretando o fracasso da economia, da PDVSA, etc. – Chávez consegue manter as políticas sociais em pleno funcionamento, dado os mecanismos de planificação. No entanto, o fenômeno que realmente emerge das contradições nesse momento, é o que tem se chamado de boliburguesia – o que quer dizer em outras palavras, burocracia estatal “roja” (FUENTES, 2012).

Esse tipo de fenômeno é ampliado até mesmo no interior do PSUV, que Chávez reconhecendo esses problemas da burocracia no interior do partido, decide lançar mão de uma nova estratégia de unidade dos movimentos sociais e de todos os partidos favoráveis a Revolução – fundando o *Gran Polo Patriótico (GPP)*. A estratégia toma corpo que o número de inscrições chegou próximo a margem de 30.000 organizações sociais, decisivas na vitória de Chávez em 2012 (FUENTES, 2012). (No Anexo I. Mapas das eleições (1998-2012) encontram-se disponíveis os mapas de todas as eleições ao longo dos 14 anos de Revolução, e as modificações regionais entre o oficialismo e a oposição).

Pois bem, partindo desse esboço, pode-se concluir que a NEP bolivariana segue um caminho lento, menos autoritário do que foi o caso Russo, - pois aqui não houve completa estatização da economia, nem a formação de um partido único – não abdicando do mercado, que, todavia vai além do capitalismo. Nesse sentido, vale lembrar algumas observações de Gramsci a respeito da alternância do bloco histórico, e o processo decisivo de manter a hegemonia das classes subalternas no Estado (sociedade política)¹⁶.

¹⁶ Como assinala Baratta, “Gramsci exprime claramente os riscos objetivos e naturais da estatolatria para a União Soviética, país socialista sitiado e socialmente atrasado como situação de partida; e distingue uma estatolatria

Mas antes de abordarmos essa questão, é preciso retomar a frase de Rafael Uzcátegui, um dos membros da oposição ao chavismo, residente em uma instituição duvidosa dos Direitos Humanos (PROVEA) que frequentemente tem utilizado de temáticas conflituosas na tentativa de desestabilizar a Revolução com dados falsos e sensacionalistas. Vejamos o que diz o anarco-capitalista: “*En los CC todos los caminos conducen a Roma*” (UZCÁTEGUI, 2010, p.205). E conclui ao lado da ativista ambientalista Maria Pilar Guadilla:¹⁷

Hasta el día de hoy, la mayoría de los CC carecen de la capacidad para ir más allá de hacer pequeños cambios y mejoras en el entorno que ocupan. Carecen, también, de la capacidad para enriquecer las identidades sociales y culturales y, de este modo, contribuir al pluralismo de los modos de vida urbanos ya que no han generado un proyecto de sociedad autónomo, alternativo y divergente del Estado que permita la construcción

estrutural, fechada em si mesma e autolegitimada, de uma estatolatria puramente transitória e consciente da necessidade de abrir-se ao seu contrario: a participação dos indivíduos e dos grupos sociais na propriedade da coisa pública e no exercício do poder” (BARATTA, 2011, p.344).

¹⁷ É válido dizer aqui que alguns ambientalistas provenientes de Ong’s venezuelanas têm procurado promover uma polarização social inexistente no país através dos conceitos de desenvolvimento sustentável, da ecologia, biodiversidade, etc. A esse respeito Jorge Orduna chama atenção quanto ao problema da interferência do ativismo verde (as internacionais ecologistas) nas questões de soberania nacional. Esse pensamento de exclusividade étnica, conforme observa o autor, “*considera que las diferentes etnias son también parte de la <diversidad biológica>, y que por ello ninguna debiera desaparecer. Deben <conservarse>, al igual que otras especies vegetales y animales, y de ser posible, en el estado en que se encuentran (<reservas antropológicas>, se les llama). Vuelcan entonces montañas de comprensivas y cariñosas expresiones hacia pueblos que conceptualmente consideran inferiores, y el más desembozado racismo adquiere así las aparências de un humanismo altruísta y desinteresado... Varias tendencias ecologistas promueven la pluralidad étnica y la diversidad cultural. ... pero ... Reprueban el mestizaje y son firmes soportes de las legislaciones antiinmigratorias, cada vez más radicales en Europa y Estados Unidos. En lugar de figurar como racistas, acérrimos enemigos de la inmigración, el mestizaje y la <mongrelización> (miscigenation) de la <superior raza> nórdica, figuran como benévolo <verdes>, consecuentes con la misma política que propugnan para la naturaleza: conservar la <biodiversidad>.” (ORDUNA, 2008, p.185-186).*

de hegemonia para la transformación social (GUADILLA apud UZCÁTEGUI, 2010, p.206).”

Como lembra Gramsci na “história dos grupos sociais subalternos” na Itália, e isso os autores fazem questão de omitir,

O Estado moderno substituiu o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal (GRAMSCI, 2002, p.139).

Como já vimos anteriormente, não é o que ocorre na Venezuela. Na verdade, o que tem transitado no processo revolucionário bolivariano é que as classes burguesas estão paulatinamente sendo bloqueadas do Estado (sociedade política), na medida em que avança a unidade das classes subalternas com as *missiones sociales*, o *Gran Polo Patriótico*, os *Consejos Comunales*. Porém, é preciso ter clareza que a dominação da classe burguesa se faz também através de ligações orgânicas entre Estado e sociedade civil (imprensa, igreja, etc.), ou seja, pelos aparelhos privados de hegemonia e mediação. Desse modo, segundo Gramsci, somente a NEP pode levar as classes subalternas a tornarem-se Estado sem que seja preciso eliminar completamente a burguesia – como foi o caso do comunismo de Guerra na Rússia (BARATTA, 2011). Ressalta-se que essa alternativa é um processo árduo, à longo prazo, que não significa um abandono do socialismo pelo fato de sua desaceleração. Aliás, considerando que “a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica” na sociedade civil (GRAMSCI, 2002, p. 135), e que essas mesmas classes só conseguem se elevar a condição de Estado mantendo a unidade, o cesarismo provisório (progressista) de Chavez aparece como mecanismo de impor a desagregação na burguesia (limitada à sociedade civil) – abrindo assim, caminho para a constituição do “novo Estado socialista e humanista” (BARATTA, 2011, p.343).

Com efeito, é preciso notar alguns entraves econômico-sociais do século XX, para compreender a especificidade da NEP bolivariana. Nesse sentido, destacam-se dois pontos importantes que devem ser

levados em consideração: 1) de acordo com Ferreira, na Venezuela do período entre as décadas de 40 e 70, diferentemente dos outros países latino-americanos de alta concentração urbana, não houve a industrialização no campo, e a “criação dos complexos agroexportadores sob o controle de uma burguesia subvencionada pelo Estado”. Muito pelo contrario, como sinaliza a autora, dado a centralidade do petróleo na economia, “a agricultura campesina de subsistência e de abastecimento ao mercado interno chocou-se com sérios obstáculos para desenvolver-se”, tendo no colapso do setor agrícola (FERREIRA, 2011, p.3), a repercussão nas grandes importações de alimentos e nas massivas migrações internas em busca de melhores condições de vida, oportunidades de trabalho que pareciam oferecer a capital Caracas (BARRIOS, 2008). (No capítulo 2 será tratada essa questão); 2) Já o outro ponto, remete aos problemas da urbanização/imigração que fortaleceram a conformação de bairros pobres na área metropolitana de Caracas. Segundo Barrios expressa na **Error! Reference source not found.** e Gráfico 1), entre 1941 e 1950, dos 150.500 novos imigrantes que se instalaram no país, 50% se fixaram em Caracas formando junto ao êxodo rural, uma soma de 860 mil habitantes nas periferias da capital¹⁸ – ou seja, cerca de “40% de la población caraqueña” (BARRIOS, 2008, p.16).

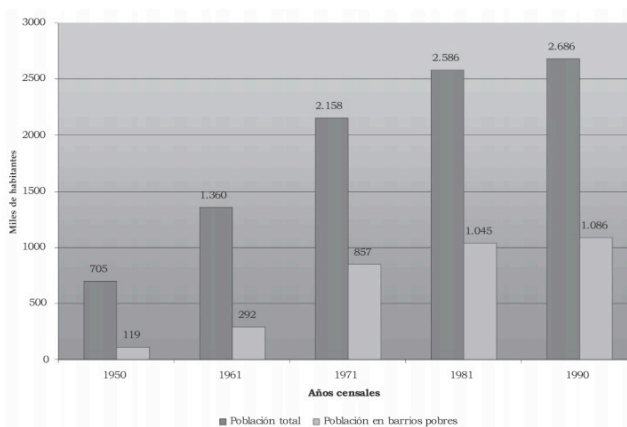
Tabela 1. Área metropolitana de Caracas. Población total y población en barrios pobres 1950 – 1990 (Miles de habitantes)

Años censales	Población Total (1)	Población en barrios pobres (2)	(2) / (1) (%)
1950	705	119	16,9
1961	1.360	292	21,5
1971	2.158	857	39,7
1981	2.586	1.045	40,4
1990	2.686	1.086	40,4

Fonte: (BARRIOS, S. 2008, p. 13.)

¹⁸ Ainda segundo os estudos de Barrios, na Caracas dos anos sessenta, “*debido a sus bajos ingresos, 50% de los grupos familiares estaba marginado de la oferta habitacional pública y privada, teniendo además dificultad para satisfacer otras necesidades elementales. Se trataba de una población con hábitos rurales y sin la mínima capacidad técnica para insertarse en el nuevo medio en que les tocaba desenvolverse*”(TUCKER apud BARRIOS, 2008, p.17).

Gráfico 1. Área metropolitana de Caracas. población total y población en barrios pobres 1950 – 1990

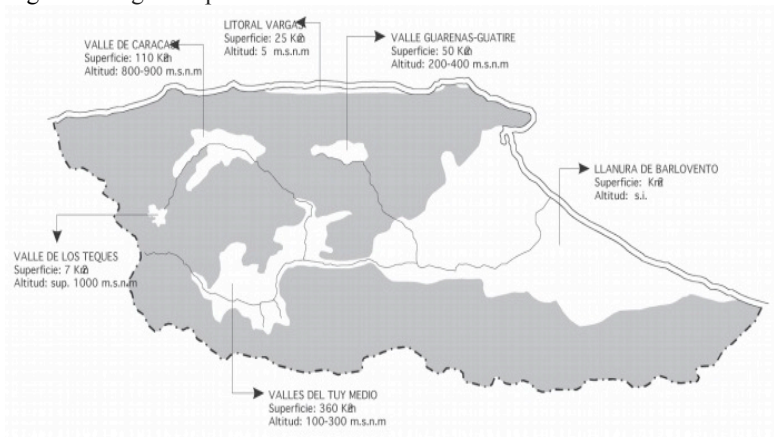


Fonte: (BARRIOS, S. 2008, p. 17.)

Nos finais da década de 70, a concentração populacional em Caracas se aproxima dos 20,1% da população total da Venezuela, sendo que 27,4% correspondiam a população urbana. Todavia, nota-se que os altos índices de crescimento industrial em vez de se concentrarem na capital Caracas, se deslocam para as capitais regionais. Isto é, a cidade-capital (Caracas) apresentava limitações físicas, por seu relevo montanhoso, com pouca disponibilidade de terrenos planos, dificultando a instalação de setores industriais de grande porte, nos centros povoados localizados em sua periferia¹⁹. Daí que a capital nos anos 80 e 90, perdendo a capacidade de competir com as indústrias mais modernas instaladas em outras áreas do país, sofre um processo de desindustrialização aprofundando a terceirização da economia urbana, diminuindo o número de empregos industriais, ao mesmo tempo em que avançava no setor de transporte/comunicações, e, sobretudo, no financeiro. (BARRIOS, 2008).

¹⁹ Dos 77.000 hectares que abarcam os cinco municípios do vale de Caracas, somente 22.000 hectares estavam disponíveis para utilização, conforme indica o mapa físico-ambiental (Figura 1).

Figura 1. Región capital. El marco físico-ambiental



Fonte: (BARRIOS, S. 2008, p. 15.)

Desse modo, é somente com a articulação dos eixos de transporte fomentados sob um ponto de vista territorial (de acordo com a Figura 2 e Figura 3), que Caracas, abarcando um novo eixo de integração entre os dois portos mais importantes da Venezuela, - Pto. Cabello e La Guaira - irá desenvolver “*así importantes economías de aglomeración para las empresas ubicadas en sus cercanías*”²⁰. No entanto, concentrando uma população de 7,6 milhões de habitantes em meados do século XXI, e com um setor terciário superior, Caracas desenvolve uma centralização que estabelece uma aguda dependência na industrialização das capitais regionais metropolitanas.²¹

²⁰ Vale lembrar que desde a década de 70, segundo os levantamentos da CORDIPLAN, já haviam sido identificados outros corredores urbanos de grande destaque – referentes as capitais regionais industrializadas: “*Maracaibo-Costa Oriental del Lago, que concentra hoy en dia unos 2,4 millones de habitantes; Barquisimeto y área de influencia inmediata; Barcelona-Puerto La Cruz-Cumaná; Ciudad Guayana-Ciudad Bolívar; y la metrópoli binacional San Cristóbal-La-Fria-Cúcuta*”(CORDIPLAN apud BARRIOS, 2008, p.31).

²¹ Como aponta Barrios, se por um lado Caracas se torna uma cidade funcional, concentrando os mais prestigiosos núcleos universitários, um aeroporto internacional, os vínculos portuários, e além disso ser escolhida com “*base regional de operaciones para 20 conocidas corporaciones transnacionales*”, de outro modo, é nas sete metrópoles regionais que se encontra a primazia populacional (CHIAPPE apud BARRIOS, 2008, p.32).

Figura 2. Eje Caracas-Maracay-Valencia



Fonte: (BARRIOS, S. 2008, p.31.)

Figura 3. Caracas: la gran metrópoli-de-metrópolis. comienzos de los años 2000



Fonte: (BARRIOS, S. 2008, p.32.)

Somadas a essas, Barrios conclui de acordo com as pesquisas industriais, que em meados de 2003, a Venezuela não havia superado em suas unidades produtivas, tanto nas áreas metropolitanas, como nas cidades menores, a condição de baixo nível tecnológico e baixa produtividade (ver Tabela 2, Tabela 3 e Gráfico 2), justamente por que as empresas não ofereciam empregos bem remunerados para uma grande parcela da classe trabalhadora, além de não assumirem um dos “*principales motores de las economías locales*”. Ainda mais, somente 16,6% dos 55,6% da população tinham algum nível de educação superior. Nessa situação agravante em que estava inserida a economia venezuelana, pode-se dizer

con propiedad de un fenómeno creciente de segmentación urbana y territorial, donde los individuos y las empresas que no logran conectarse a las redes globales resultan excluidos desde el punto de vista económico y social (IRAZÁBAL, apud BARRIOS, 2008, p.37).

Tabela 2. Metrôpolis regionais venezolanas. Níveis de primacia urbana 2001

Entidad Federal (EF)	Población (miles)	Área metropolitana (AM)	Población (miles)	AM/EF (%)
Zulia	3.032	Maracaibo	1.572	51,8
Carabobo	1.932	Valencia	1.366	70,7
Aragua	1.450	Maracay	1.009	69,6
Lara	1.556	Barquisimeto	1.030	66,2
Bolívar	1.257	Ciudad Guayana	620	49,3
Anzoátegui	1.231	Barcelona-Puerto La Cruz	602	48,9
Táchira	993	San Cristóbal	489	49,2

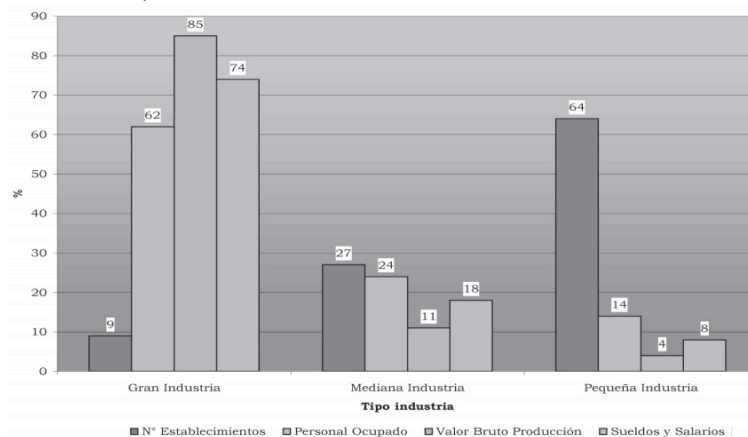
Fonte: (BARRIOS, S. 2008, p. 33).

Tabela 3. Metrôpolis regionais. Indicadores de la industria manufacturera fabril 1999

Principales Áreas Metropolitanas	Población (miles)	Número Establecimientos (%)	Ocupación (%)	Valor Producción (%)
Maracaibo	1.572	9,5	16,6	21,4
Valencia	1.366	14,7	17,3	21,2
Maracay	1.009	11,0	15,1	12,0
Barquisimeto	1.030	8,6	7,1	7,4
Ciudad Guayana	620	3,8	7,1	9,6
Barcelona/Pto La Cruz	602	3,6	3,2	5,6
San Cristóbal	489	2,8	2,1	0,7
Subtotal	6.688	54,0	68,5	77,9
Caracas	2.763	33,4	29,2	15,9
Total	9.451	87,4	97,7	93,8

Fonte: (BARRIOS, S. 2008, p. 12.).

Gráfico 2. Indicadores industriais por tamanho de empresa (total indústria=100%)



Fonte: (BARRIOS, S. 2008, p. 12)

Desta maneira, poder-se-ia afirmar que a NEP bolivariana não se encontra fundamentada em seu conceito clássico de aliança operário-camponesa, já que o alto grau de urbanização e de ocupação da força de trabalho nas cidades é predominante. Parece-nos que as noções de classes subalternas (frente ampla), ou por outro lado, uma possível tese de aliança “classe operaria – sub-proletariado” (SINGER, 2012), seria mais adequada para compreender o fenômeno revolucionário, e alçar uma estratégia em longo prazo. Segundo as observações de Ferrerira, atualmente os operários²² e trabalhadores industriais correspondem a

²² É válido lembrar que a classe operaria está concentrada em dois tipos de indústria: a petroleira, e a das atividades eletrointensivas como suporte ao outro setor. A primeira, todavia, encontra-se predominantemente estabelecida em dois blocos regionais: 1) Maracaibo – (ocidente venezuelano) com a função de extração e refino do petróleo e gás (PDVSA e transnacionais) – subdividida ainda pelos estados de Falcon (complexo de refino Paranagua) e Porto La Cruz (refinaria Porto la Cruz e El Palito); 2) e a faixa do Orinoco (situada no meio do território nacional) que liga de Porto Ayacucho ao Delta Amaruco numa faixa de 700km de comprimento e 53.720Km² de extensão – nota-se que essa região detentora de reservas primárias – atualmente conhecida como farras do Orinoco – em 2011 levou a Venezuela a se transformar no país com maior reservas de petróleo no mundo, 296,5 bilhões de barris passando a Arábia Saudita que

30% da força de trabalho ocupada na indústria das cidades, sofrendo uma redução de 2 pontos percentuais desde os índices da década de 80 (1981- 31,8% à 2008 -30%); 60% dos trabalhadores estão ocupados em atividades não produtivas (administração governamental, comércio, serviços e financeiro) e 10% de trabalhadores de baixa produtividade situados no artesanato, e na economia de subsistência (FERREIRA, 2011).

A partir dessas acepções, a autora sustenta que a classe operária venezuelana, por pertencer ao pólo dinâmico da economia nacional, sustenta em seus próprios ombros a mais-valia produzida em quase todo edifício da economia, ao passo que uma parte dessa mais-valia é apropriada “pelo Estado sob a forma de renda petroleira, e que ao ser redistribuído, alimenta praticamente todas as demais atividades de produção e consumo... É esse consumo mediado pela renda uma das características importante do padrão de reprodução do capital” (FERREIRA, 2011, p.9). Daí que Ferreira, quando dá um passo a frente ao encaminhar a conclusão, se dirige ao lado do sindicalista Orlando Chirino, e da historiadora Margarita Lopez Maya – os que romperam com o governo Chávez – para dizer “que não é mais possível seguir lutando pelo socialismo e pelos direitos dos trabalhadores permanecendo no interior do diverso movimento bolivariano” (FERREIRA, 2011, p.14). Traduzindo em outras palavras, o espírito de cisão –a autonomia integral - representado por uma pequena ala de sindicalistas, intelectuais, Ong’s, ao encaminhar a estratégia da ruptura revolucionária adiante, acaba cometendo os mesmos equívocos das teses “catastrofistas” citadas anteriormente no texto. Portanto, a única maneira de insistir na transição ao socialismo bolivariano, continua sendo a NEP, já que uma parcela dos trabalhadores resolveu se somar as mazelas da oposição.

possui 264,5 bilhões de barris. Já a segunda, concentram-se no sudeste do país, mais especificamente na cidade de Guayana com a exploração de recursos minerais, hídricos, florestais, etc. Formada por um conjunto de 15 empresas estatais descentralizadas, e com 18 mil funcionários (45% fixos, e 19% temporários, flutuantes), a Corporacion Venezolana de Guayana (nacionalizada) atua nas atividades produtivas eletrointensivas de exportação, bem como núcleo endógeno industrial – na estratégia de diversificação econômica da indústria nacional, já que passou por muito tempo sucateada, e com imensas dificuldades de atração de capitais (FERREIRA, 2011).

1.6 Uma nota sobre a categoria de Revolução Passiva

O debate que se processa na América Latina em meados do século XXI sobre as relações entre revolução e democracia parece suscitar novas problemáticas teóricas, quando não filosóficas, sobretudo no que diz respeito à transição socialista.

Após “décadas em que a idéia de revolução acendeu o ânimo de gerações na esperança de uma sociedade mais justa” (WERNECK VIANNA, 2007), de acordo com Vasquez, o início do século parece confirmar a tese de um aparente consenso sobre a “queda do paradigma da revolução” (VASQUEZ, 2001, p.98), tendo em vista que as falácias do mercado e da globalização substituíram a crítica ao “processo de internacionalização capitalista” (SANTOS, 2007, p. 23). Não por acaso que se nota a crescente expansão das publicistas terceiro-mundistas, seja de ambos os lados do espectro político, preocupadas em “sepultar o comunismo” (CASATI, 2012) com uma crítica superficial a todo o problema que confere as crises e transições do subdesenvolvimento latino-americano. Aliás, uma crítica dotada de categorias a - históricas, inorgânicas, que não ultrapassam o campo da moral, como é o caso do populismo.

Todavia, esse procedimento é tão amplo que não escapa até mesmo uma grande parte das ciências sociais e geográficas, que, seguindo as cartilhas neoliberais impostas pelos monopólios comunicacionais de massa, se interessa mais por articular denúncias e discursos inflamados - visando à desestabilização de governos estabelecidos sobre bases populares na América Latina (KONRAD, 2011) - do que promover um debate que ultrapasse as barreiras do pensamento único e do próprio academicismo escolástico.

Nesse sentido, se faz necessário restabelecer o debate entorno das noções de revolução e democracia, a fim de ampliar as categorias ou até mesmo substituí-las por outras concepções mais condizentes com a realidade latino-americana, especialmente no que diz respeito a um processo de revolução passiva.²³

²³ Como expressa Coutinho, a noção de revolução passiva “implica sempre a presença de dois momentos: o da restauração (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical de baixo para cima) e o da renovação (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)” (COUTINHO, apud SINGER, 2012, p.38). Marcos del Roio, por outro lado, acrescenta que além de “ajudar no entendimento das revoluções burguesa tardias, que ocorreram na

Nas duas últimas décadas do século XX, a ofensiva do consenso de Washington, levada a cabo pela burguesia imperialista financeira com suas políticas do *establishment*, colaborou de forma significativa na pulverização da esquerda latino-americana. A violenta crise de legitimação das conquistas realizadas pela classe trabalhadora, ao poucos foi sendo destruída pelas agendas impostas pelo FMI, que, em meio a tanto obscurantismo, afirmava o colapso do “tempo das revoluções” (WERNECK VIANNA, 2007).

Talvez, poder-se-ia dizer que o tempo das revoluções, formuladas aos moldes da via “atipicamente francesa”, não se encontra mais no campo hegemônico da intelectualidade de esquerda latino-americana, sobretudo, da teoria marxista em pleno século XXI. Mas que, de outro modo, isso não implicaria desconsiderar os “conflitos revolucionários de natureza nacional popular” (WERNECK VIANNA, 2007) que estão colocados na ordem do dia em grande parte do mundo.

Não deve haver dúvidas que neste período, uma grande parte da intelectualidade de esquerda, desencantada com a tragédia da União Soviética, foi absorvida efetivamente pelo “*Não há alternativas*” da agenda “neoliberal” colonialista (PETRAS, 1996). Basta observar no culto subjetivista dos pós-marxistas europeus latino-americanizados, - que trazem consigo a pós-modernidade - o decreto do fim da luta de classes, dos valores universais, dos grandes relatos, da totalidade, enfim, do socialismo (DUARTE e RAMPINELLI, 2005; JABBOUR, 2010).

Mas, diante destas controvérsias que sobrepoem os paradigmas antropológicos das identidades e diferenças culturais substitutivos à luta de classes nas ciências humanas, não se poderia afirmar que a esquerda latino-americana, predecessor desta crise de hegemonia instalada no início dos anos 80, antes mesmo de levar a tase de um suposto “pensamento único” adiante, foi incapaz de elaborar com vivacidade uma reflexão “filosófica” mais crítica e realista sobre as razões dessa “trágica desventura” contrarrevolucionária? (ARICÓ, 1998).

De certo modo, levando em consideração todos os esforços realizados pela intelectualidade progressista na região em estudo, sobretudo no que diz respeito aos debates estratégicos e as formulações teóricas referentes ao processo de industrialização tardia, revolução e subdesenvolvimento, segundo afirma Aricó, na América latina houve

América Latina e no Oriente”, a noção de revolução passiva pode auxiliar “na composição de uma chave explicativa da história do século como um todo, particularmente da tendencial generalização do americanismo” (DEL ROIO, 2003, p.93).

um “relativo estranhamento do debate marxista em relação à problemática concreta do movimento operário” (ARICÓ, 1998, p.4):

Mesmo nos casos, certamente bastante isolados, em que existiu uma vinculação mais ou menos estreita entre o mundo dos trabalhadores e o referente teórico marxista, nunca a relação adquiriu características próximas à constelação das formas européias. Nem a extensão e densidade histórica do proletariado foi comparável, nem seu horizonte ideal tendeu a reconhecer o socialismo, mais ou menos impregnado de marxismo, como uma expressão política própria (ARICÓ, 1998, p.5).

Certamente há validade nessa afirmação que Aricó utiliza nos anos 80 para introduzir as categorias analíticas de Gramsci nos estudos latino-americanos (como hegemonia, revolução passiva, tradutibilidade de linguagens, etc.) em busca de encontrar proximidades de algumas “experiências históricas, políticas e sociais” equivalentes em outras realidades (ARICÓ, 1998, p.6). Mas, por outro lado, se levarmos em conta o debate que houve naqueles tempos obscuros em que uma parcela da esquerda manteve-se na clandestinidade com seus livros e suas idéias “proibidos pela censura” (PRADO, 2011, p.71), diríamos, subscrevendo Alberto Aggio, que “a hipótese de revolução passiva, pensada em sua potencialidade conceitual de explicar a dimensão política dos processos de modernização,” já dialogava naquele momento “com a já consagrada noção de revolução burguesa em países dependentes, procurando aferir, teórica e politicamente as complexas situações de luta social e política” (AGGIO, 1999, p.48).²⁴

²⁴ Segundo Werneck Vianna é nítido nesse debate as posições divergentes entre os defensores da tese da revolução passiva, e os que queriam a estratégia da ruptura revolucionária no movimento operário. De forma resumida, nota-se que a *intelligentia* paulista antes de 1964, se posicionava contra a “aliança da esquerda com as elites territorialistas em torno do Estado e de um projeto nacional-desenvolvimentista”, pois “implicava convalidar a reciclagem do domínio das elites tradicionais... simulando representar os interesses da comunidade como um todo”. Ao mesmo tempo, “procurava situar sob nova perspectiva a cultura política da esquerda: romper com o campo intelectual da revolução passiva, a ser ignorada mesmo como critério de interpretação; denunciar o reformismo populista e a forma de Estado do iberismo territorialista; sinalizar em direção a uma via de ruptura com o capitalismo autoritário

Na verdade, poder-se-ia dizer que Aricó (1998), ao privilegiar o diálogo em volta das correntes do pensamento único, imposta por um dos representantes da agenda neoliberal na América Latina, - diga-se, o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso – permaneceu refém de seu próprio estranhamento ao debate que se fazia presente na classe trabalhadora naquele período. Um pouco antes dos anos 80, segundo Mamigonian

Os dependentistas foram uma dissidência no seio da intelectualidade de esquerda antes ligada ao modelo Cepal-PCB. Essa dissidência ocorreu em toda a América Latina, como também entre os intelectuais de esquerda do centro do sistema, entre economistas (A.G. Frank), sociólogos (I. Wallerstein), geógrafos (Y. Lacoste) etc. Na América Latina essa dissidência era sobretudo política nas suas motivações e visava refuncionalizar os PC. Partindo da idéia de que não havia condições de crescimento econômico sob o capitalismo, apontava somente duas perspectivas possíveis: fascismo ou socialismo, e, assim sendo, a teoria da dependência funcionou como justificativa às guerrilhas, já que o capitalismo na periferia, como para a Cepal, não tinha futuro (MAMIGONIAN, 2000, p.101).

Nesse sentido, fica evidente o exagero das afirmações de Aricó (1988) sobre o não entrelaçamento entre marxismo e movimento operário na América Latina. Como lembra Werneck Vianna,

aqui, apesar de ser este um subcontinente

brasileiro”. Mas, posteriormente, se verificou que não havia “nexos intrínsecos e inamovíveis entre capitalismo e regime político autocrático, tal como defendiam os adeptos da ruptura revolucionária, vindo a se conquistar a democracia política, em um contexto de mobilização de massas por parte da oposição democrática e de fortalecimento da vida sindical e associativa dos setores subalternos, sem se alterar a forma de propriedade. A institucionalização da democracia política, com a promulgação da Carta de 1988, de abrangência inédita no país, eliminou, ao menos em tese, obstáculos institucionais e constitucionais que viessem a interditar, como observava Gramsci, a passagem molecular dos grupos dirigidos a grupos dirigentes”(GUERRATANA apud WERNECK VIANNA, 1996).

exemplar na imposição de processos dessa natureza, nunca faltou o ímpeto jacobino para rupturas revolucionárias — mais que uma ideologia, o guevarismo foi o estado de espírito de várias gerações da intelligentsia ibero-americana. A ruptura não veio, mas houve e está havendo a modernização capitalista e, em ondas reformadoras sucessivas, se vem fortalecendo o processo de democratização que institui cada indivíduo dependente em um portador potencial de direitos à cidadania. (WERNECK VIANNA, 2007).

Talvez, seria mais válido dizer que o debate que percorreu a esquerda latino-americana desde a segunda metade do século XX, não só esteve presente no interior do movimento operário, como também ainda se encontra com grande vigor nos tempos atuais (BORON, 2010). É como afirma Werneck Vianna, sobre o fenômeno da Revolução. Se ela é válida para compreender os cenários nacionais possivelmente onde as instituições não são capazes “de expressar os conflitos em curso”, por outro lado, embora a revolução persista como um fato, ela não mais representa “o *fiat* do desenvolvimento histórico” (WERNECK VIANNA, 2007).

Desta maneira, uma visão mais adequada para o processo recém-inaugurado com a Revolução Bolivariana no século XXI, “entendendo por socialismo a fase de transição da forma capitalista àquela comunista,.. válido também quando a forma capitalista é precedida da opressão colonial e da posterior luta de libertação”, (CASATI, 2012) Werneck Vianna sugere uma leitura distinta daquela que privilegia a visão processualista de tipo explosivo francês na interpretação dos “conflitos revolucionários de natureza nacional-popular” (WERNECK VIANNA, 2007).

Todavia, ressalta-se que de nenhum modo essa outra via interpretativa liquida as análises que se utilizam da categoria de revolução “como processo ou conjunto de atos violentos que levam a tomada do poder”, - valorizando, sobretudo, o ímpeto jacobino na promoção de rupturas revolucionárias pela via insurrecional à democracia. Na verdade a tentativa de avançar com esses pressupostos se refere justamente em fortalecer a crítica àqueles que associam de maneira mecanicista a revolução como pressuposição de autocracia (VASQUEZ, 2001, p.96).

Assim, fazendo da revolução a “expressão da periferia”, percebe-

se que esse tipo de leitura inscrita na tese catastrofista, embora permita corroborar o processo aberto com a Revolução Cubana na segunda metade do século XX e sua expansão aos movimentos de libertação nacional espalhados por toda a América Latina com a “luta de guerrilhas” (MARIGHELLA, 2006, p.286), apresenta dificuldades em compreender a transição ao socialismo democrático chileno, - formada pela frente ampla da *Unidad Popular* no governo Allende²⁵ (1971) – como “um segundo caminho para o socialismo” (COX apud AGGIO, 2008).

Segundo Ouriques, a via chilena ao socialismo “representa um antecedente valioso nesta tradição que não opõe revolução e democracia”, justamente por não se utilizar da violência como estratégia revolucionária (OURIQUES, 2005, p.145). É como aponta Aggio, para um socialismo – via Allende - que “não rompe com a ordem política existente, não se fundamenta numa forma autoritária de governo e não estabelece o domínio de um partido único” (GARRETÓN Y MOULIAN apud AGGIO, 2006). Aliás, um socialismo que assume formas distintas do caso cubano, e que poderia encontrar características semelhantes ao processo revolucionário bolivariano na Venezuela.

²⁵ Ainda aqui, de acordo com Aggio, foi exatamente a tentativa de radicalizar a transição ao socialismo democrático chileno pela via armada – quando Fidel Castro na sua longa visita no país em 1971 estabeleceu “como elemento tático mediador da sua estratégia a “invenção” de uma contra-revolução” – que se abriram as portas para a queda do regime de Allende, instaurando-se assim, uma das ditaduras militares mais ferozes da América Latina, a cargo do general Pinochet (AGGIO, 2006).

2 VENEZUELA: ESTADO NACIONAL NA TRANSIÇÃO CAPITALISTA BLOQUEADA

2.1 Formação do Estado nacional: o caminho de uma revolução passiva

Durante a época colonial a Venezuela pertencia ao vice-reinado de Nova Granada. Neste período foram desenvolvidas no país fundamentalmente atividades extrativas - tais como cultivos tropicais, pecuária de corte e de tiro. Em meados do século XVIII temos a ocorrência de exportação para a Europa (principalmente café, cacau e índigo) e para as Antilhas (gado de corte e tiro), graças à relativa liberalização que a Espanha permitiu com a Reforma Comercial de 1778 (CANO, 2002; DONGHI, 1975).

Assim, fora a partir da Reforma Comercial Liberal e da crescente expansão comercial, que as tensões e os conflitos entre produtores e comerciantes - ainda controlados pela Coroa - ampliaram-se, despertando um sentimento de independência. Nos entremeios deste contexto, Bolívar organizou um exército de três mil homens que conseguiram a façanha de transpor os Andes e em 1819 libertar a Nova Granada com apoio do governo haitiano (CANO, 2002; DONGHI, 1975).

Como salienta Cano,

Conhecedor das principais vitórias e derrotas napoleônicas, Bolívar consolida a independência, tentando manter a unidade da ex-colônia, instaurando a República autoritária, tornando-se presidente vitalício com reduzido e selecionado contingente eleitoral, estabelecendo uma Constituição menos liberal e extinguindo a escravidão. Na verdade seu projeto mais amplo era o de unificar a América Espanhola (CANO, 2002, p. 500).

Contudo, a divergência com os interesses dos mantuanos de Caracas - grupo este que representava os desígnios da Metrópole - minaram seu projeto²⁶. A fragmentação de sua República Autoritária

²⁶ Deve-se considerar que o projeto bolivariano foi derrotado pelo fato de não haver uma classe social revolucionária capaz de aglutinar as forças que pudessem romper com o processo anterior. A presença ameaçadora das massas

(Colômbia, Venezuela e Equador) em 1829, com a saída da Venezuela e do Equador em 1830, bem como a derrota política no Peru em 1826 foram os fatores que exigiram seu exílio em Santa Maria, na Colômbia, local onde morreu em 1830. (CANO, 2002; DONGHI, 1975; CARDOSO e BRIGNOLI, 1983)

Esse típico processo venezuelano de formação do Estado Nacional fora vivenciado por uma grande parcela dos países latino-americanos, referentes não só à inserção de relações comerciais internacionais (metrópole-colônia) das atividades e dos produtos, como também no que concerne à estruturação da propriedade e das relações sociais. Este processo, vale salientar, fora fundamental na formação das estruturas econômicas, sociais e políticas do país. (CANO, 2002; DONGHI, 1975).

As influências repercutidas pela primeira Revolução Industrial e pelo início da segunda nos mercados exportadores coloniais, serviram de base para definir os novos caminhos que os produtos tropicais venezuelanos tomaram. Ou seja, dado os avanços da ciência na indústria química houve um fortalecimento do cacau e do café, e o enfraquecimento do índigo. Deve-se acrescentar ainda que - além das transformações industriais ocorridas a nível mundial - no ambiente nacional uma grande parte da população negra foi incorporada à luta pela independência, contribuindo consequentemente com a desorganização do mercado. (CANO, 2002; PEIXOTO, 2007).

Portanto, a despeito do fato de que no período anterior à independência a produção agrícola em larga escala, o plantation - constituída de mão-de-obra escrava - correspondesse à base econômica venezuelana (PEIXOTO, 2007), temos que a necessidade de uma reestruturação agrícola exigida pelas adversidades mencionadas acima “gerou uma estrutura fundiária concentrada e uma marginalidade social de negros, índios, mestiços e brancos pobres”. (CANO, 2002, p. 501.)

Percebem-se, deste modo, as dificuldades encontradas para a consolidação do Estado Nacional. O poder venezuelano pós-independência, que era disputado entre os caudilhos (liberais federalistas

populares dispostas a se lançarem a qualquer momento contra o “centro da ordem, da cultura e das finanças corroíam o débil jacobinismo que caracterizou os mais radicais representantes do movimento revolucionário” (ARICO, 1982, p.113-14).Ademais, o triunfo da nova ordem era temida “não só pelos indivíduos de mentalidade conservadora, mas também por muitos de formação liberal, como Bolívar, que viam que a massa popular tinha mais capacidade destrutiva do que construtiva (ARICO apud TORCUATO, 1982, p. 114).

e conservadores centralistas), encontrou seu fim apenas na Guerra Federal (1859-1863), com a promulgação de uma nova Constituição, que entrou em vigor a partir de 1870. (CANO, 2002; DONGHI, 1975) É neste contexto que a república dos caudilhos passou a ser comandada pela oligarquia; lembrando ainda que o gestor do Estado Nacional, representado por um ditador, fora na maioria das vezes um general andino. (CANO, 2002).

Na conjuntura do primeiro quartel do século XX, com o petróleo substituindo o carvão como principal fonte energética surgiu grandes oportunidades econômicas aos países detentores desta divisa, entre eles a Venezuela²⁷ (CANO, 2002). Durante esse período, de descoberta das jazidas, - marcada pela fase A do 3º Kondratieff²⁸ (MAMIGONIAN, 2000) – e até a efetiva consolidação do petróleo como fonte energética e principal fator de crescimento econômico, a Venezuela incorporou-se mais firmemente ao mercado internacional, uma incorporação afinal tardia (PEIXOTO, 2007). Assim é que a economia agrícola – envolvendo cerca de 75% da população – passou a reduzir suas exportações com o café, cacau e gado passando de 80% para 67,5% das exportações totais (SOUZA, 2008).

Ainda nesta conjuntura, vale salientar o pioneirismo das práticas monopolistas realizadas pela companhia de petróleo Standart Oil –

²⁷ Cholley assinalou que um processo de “desenvolvimento histórico/geográfico e econômico se revela através de um complexo de combinações e elementos de diversas ordens, que respondem medidas bem determinadas com relação ao espaço tempo” (CHOLLEY apud VIEIRA, PEREIRA, 2009, p. 160). Em outras palavras, o que o autor apontou é que os processos físicos, biológicos e humanos de diferentes ordens se juntam num processo histórico e se materializam no espaço (VIEIRA e PEREIRA, 2009). Assim, é cabível destacar o papel do petróleo como um recurso mineral que alterou fundamentalmente o desenvolvimento técnico-científico das economias mundiais, se transformando na principal fonte energética do século XX, bem como se fez sentir no desenvolvimento dos países amplamente dotados deste recurso, como a Venezuela.

²⁸ O 3º ciclo longo de acumulação foi o momento decisivo para o aceleração das “mutações que transformaram o capitalismo concorrencial em monopolista e imperialista, bem como foi lançada as bases da segunda revolução industrial (EUA e Alemanha)” (MAMIGONIAN, 2000, p.108). Vale notar que essas transformações se davam pela penetração do capital industrial no setor bancário, convertendo este último, de modesto intermediário à esfera monopolista, constituindo-se assim em um dos processos fundamentais do imperialismo: a concentração bancária (LENIN, 1977).

empresa americana liderada por John Rockefeller. Essa empresa americana, a partir da estratégia de integração vertical, “que ainda não atuava na exploração e produção de petróleo” (SOUZA, 2008, p. 57) foi obrigada a se desmembrar em 33 empresas distintas pela Suprema Corte dos Estados Unidos, perdendo sua hegemonia no mercado mundial. Nesse processo, as grandes majors de petróleo - Exxon, Royal Dutch-Shell, British Petroleum, Gulf Oil, Chevron, Móbil Oil e Texaco (as sete Irmãs) - aumentaram sua presença no desenvolvimento da indústria americana (CANELAS apud SOUZA, 2008, p. 57).

Desta forma, com o oligopólio internacional e as barreiras alfandegárias constituídas, as majors exerciam o controle do mercado mundial aumentando a relevância da competição estratégica (CANELAS apud SOUZA, 2008).

No início do século XX com a ascensão do ditador Juan Vicente Gomez, a Venezuela transformou-se em um feudo privado cujo caudilhismo regional foi derrotado e o poder centralizado violentamente. A abertura ao capital estrangeiro em contrapartida a “proteção” militar norte americana, permitiu que o país, em pouco mais de duas décadas, assumisse uma posição estratégica no mundo capitalista, solidificando as relações da região com a economia internacional (MARINGONI, 2009).

Mesmo diante da aliança formada entre as “classes dominantes internas – burguesia comercial, bancaria e latifundiária – e os monopólios estrangeiros dedicados ao negocio do petróleo, materializadas na política de concessões”, a Venezuela iniciou, a partir de 1935, com o fim da ditadura de Juan Vicente Gómez, uma política de proteção das reservas, fazendo frente pioneiramente ao cartel internacional do petróleo (MARINGONI, 2009, p. 46). O crescente aumento da produção petroleira passou de um índice de 1,4 milhões de barris para 137 milhões, alterando significativamente a economia venezuelana. A diferença entre as exportações de petróleo e as exportações agrícolas passou de 1,7% para 86,1%, transformando o país no segundo maior produtor petrolífero, atrás apenas dos EUA (MARINGONI, 2009; SAMPSON, 1975; SOUZA, 2008).

Na conjuntura interna do país, a migração dos trabalhadores das regiões rurais – onde predominavam 80% das terras privadas sob o regime de latifúndio – para os campos petrolíferos, contribuiu para a ampliação das classes médias e urbanas e de suas reivindicações, bem como: para o aumento da força de trabalho operaria e do subemprego; surgimento de novas instituições políticas contestatórias, geralmente clandestinas; além do enfraquecimento das elites tradicionais dado à

crescente conquista de terras férteis por parte dos investidores estrangeiros, levando a cabo a decadência da ditadura de Gomez (CANO, 2000; DONGHI, 1975; MARINGONI, 2009).

De um modo geral, os países da América Latina, com a depressão de 1929, adotaram medidas político-econômicas de defesa do setor produtivo interno - em oposição às medidas anticíclicas realizadas por países como Brasil, México e Argentina - dado a centralidade da problemática cambial revelada em cada crise cíclica (RANGEL, 1986).

Na Venezuela essa conjuntura foi de um aprofundamento na clássica divisão internacional do trabalho, que se traduziu numa enorme dependência estrangeira, onde os “Estados Unidos garantiam a compra de petróleo venezuelano e, em troca, a Venezuela removia as restrições sobre as exportações industriais americanas” (ASTORGA apud FURTADO, 2008, p.141). Nesse período, com vínculo monetário ao dólar, que seguia o comportamento dos preços norte-americanos, o cambio venezuelano se valorizou fortemente, passando de cinco para três (bolivares/dólar) em 1929, mantendo-se nesse patamar até a década de 1950 (CANO, 2000).

Assim, de acordo com o historiador Halpherin Donghi, se o “boom” petrolífero de 1930-40 permitiu que a Venezuela não fosse diretamente afetada pela crise mundial, na medida em que possibilitou a criação de empregos bem remunerados a um número restrito de trabalhadores na indústria petrolífera, por outro lado as consequências indiretas dessa expansão econômica tiveram repercussões muito amplas na vida venezuelana.

Particularmente em Caracas, há um grande desenvolvimento urbano; o setor terciário se desenvolve, enquanto decaem as atividades produtivas num país agora suficientemente rico para importar não apenas produtos industriais, mas até mesmo gêneros alimentícios (DONGHI, 1975, p.247)

Todavia, tentando conter os focos de agitação popular que restaram do fim da ditadura Gomez, a saída da classe dominante fora o de manter esta mesma ditadura por intermédio da eleição indireta do general Contreras – ministro de Guerra e Marinha no governo Gomez. (MARINGONI, 2009; SOUZA, 2008).

Porém, as revoltas sociais em resposta às medidas coercitivas estatais que daí decorreram foram imediatas, o que terminou resultando

em algumas conquistas sociais. As pressões exercidas pelas greves estudantis e petroleiras permitiram que o governo avançasse com as legislações trabalhistas – criando a Lei do Trabalho em 1936 –, concedendo aos trabalhadores maior participação nos benefícios da indústria petroleira; a implantação de um órgão auxiliar de fiscalização dos gastos públicos no congresso: a Controladoria Geral da República; a instituição do Banco Industrial em 1937, e do Banco Central em 1939 (CANO, 2000); além de abolir a tortura como método repressivo, característico do regime de Juan Vicente Gómez (SOUZA, 2008; MARINGONI, 2009).

Em 1941 realizaram-se eleições indiretas para o sucessor de Contreras. O peso da máquina do Executivo sob o parlamento prevaleceu nas urnas. O general Angarita, de modo semelhante à ascensão de Contreras, assumiu um país completamente dependente da renda petroleira, em plena conjuntura da Segunda Guerra Mundial; tendo que, mediante a queda em 10,6% do PIB venezuelano, adotar medidas restritivas nos gastos públicos (SOUZA, 2008; MARINGONI, 2009).

Contudo, Medina Angarita, diferentemente do governo Contreras, adotou uma postura estritamente nacionalista em sua gestão, deixando os aliados internos ao imperialismo norte-americano – latifundiários e burguesia financeira – sem possibilidade de ação. Através da Reforma Constitucional em 1945, estabeleceu o voto direto e popular, instituindo pela primeira vez o voto feminino; aprovou o Novo Código Civil, ampliando os direitos da família; instituiu a lei do Seguro Social Obrigatório; reformou o poder Judiciário a fim de coibir a anarquia existente no mesmo; permitiu que os partidos que atuavam na clandestinidade voltassem aos meio constitucionais legais; criou a lei do imposto de renda progressivo e a lei de hidrocarbonetos, permitindo uma maior arrecadação das empresas petrolíferas para impulsionar a industrialização; além de estabelecer um planejamento de reforma agrária (MARINGONI, 2009; SOUZA, 2008; CANO, 2000).

Em suma, é preciso destacar que a implementação de políticas protecionistas e de industrialização procurava se voltar para a diversificação produtiva. Como demonstra Cano

Sua produção industrial era pequena em 1936, com a indústria de transformação perfazendo apenas 10% do PIB, e equivalendo à metade do produto do petróleo. Na verdade, o sentido daquelas medidas protecionistas, na Venezuela,

decorreu da tomada de consciência de que nem sempre o petróleo geraria uma 'bonança' econômica e política, e que o país não poderia depender exclusivamente desse produto se pretendesse ter um destino econômico e social distinto do subdesenvolvimento. Por outro lado, o Estado se deu conta, a partir da expansão petroleira dos anos 40, de que era preciso se apropriar de maior parte do excedente gerado pelo petróleo, até então majoritariamente transferido ao exterior, na forma de remessas de lucros de capital estrangeiro, dando-lhe melhor utilização nacional (CANO, 2000, p.505).

Na medida em que foram preparadas as novas eleições de 1945, o governo Angarita fora surpreendido por um Golpe de Estado organizado pelo partido da Accion Democrática (AD). Após um levante militar em Maracay e Caracas, uma junta autodenominada revolucionária – composta por cinco civis, dois militares e presidida por Rômulo Betancourt – toma posse do governo e convoca uma Assembleia Constituinte (1946), introduzindo o sufrágio universal (MARINGONI, 2009).

A estratégia do governo transitório no primeiro momento foi de isolar as influências do Partido Comunista da Venezuela (PCV) nos movimentos sindicais e estudantis, e demarcar fronteiras com o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), – representado pela democracia cristã. Dessa forma, apoiando, em 1946, a sindicalização dos trabalhadores na criação da Federação Sindical Petroleira de Venezuela (FEDEPETROL) a AD garantia, por um lado, força e legitimidade nas negociações com as companhias estrangeiras, enquanto por outro, possuía hegemonia absoluta na Central dos Trabalhadores de Venezuela (CTV) (MARINGONI, 2009; SOUZA, 2008).

Neste ínterim, Romulo Gallegos – escritor combativo no período ditatorial de Gomez e dirigente da AD – assume o governo pela via eleitoral, caracterizando pela primeira vez na história venezuelana a ruptura do poder centralizado nas mãos da aristocracia togada, que prevalecera sob as ditaduras oligárquicas até 1946 (MARINGONI, 2009).

Em sua breve passagem pelo governo, Gallegos utilizou da intervenção estatal no desenvolvimento econômico, como agente regulador e produtor, revogando de imediato a Lei Agrária de 1945 –

decorrente das pressões externas do imperialismo norte-americano e das companhias estrangeiras. Ainda no mesmo ano, ao estabelecer a Reforma da Lei do imposto de Renda, o governo elevou os gastos públicos de 1.106 milhões de bolívares em 1946-47 para 1.315 milhões em 1947-48, modificando sensivelmente a vida da classe trabalhadora, com a redução dos preços de alugueis, construção de moradias, controle da oferta de alimentos, aumento do poder de consumo, etc. (SOUZA, 2008). Alias, a partir dessas medidas, dava-se início ao que seria denominado de regime petrolero, onde “a expansão capitalista do pós-guerra materializou-se em um aumento dos investimentos e em um incremento das importações” (MARINGONI, 2009, p.53).

Entretanto, como todo típico processo de Revolução Passiva²⁹ se configura por certa instabilidade política nas transições para a democracia liberal burguesa (GRAMSCI, 1968), não seria a Venezuela um caso a diferir. São exemplos as sucessivas ondas de golpes de Estado provocadas por civis e militares em um curto espaço de tempo, que podem ser claramente identificadas com esta categoria gramsciana de análise, levando-se em consideração ainda que a Venezuela, apesar de ser um país detentor de grandes divisas geradas pelas rendas petroleras, detinha um baixo grau de industrialização (FURTADO, 2008).

²⁹ A respeito da formação dos estados nacionais da América Latina, José Aricó procurou observar os acertos e dificuldades que contribuíram para as formulações de Marx e suas as preconceituosas teses contra a via bonapartista bolivariana. Segundo o autor, no caso das guerras de independência latino-americanas, Marx, traindo seu método de analisar os processos sociais – deslocando a análise das forças sociais internas em seu caráter nacional e popular emancipatório no mesmo sentido a qual criticava Proudhon nas análises do golpe de estado na França cuja “construção histórica do golpe de estado acaba se convertendo em uma apologia histórica do herói do golpe de estado” (MARX apud ARICÓ, 1982, p.105) –, personificou a figura de Bolívar como um falso “herói”, corroborando a partir de sua negação, a forma bonapartista e autoritária do projeto bolivariano. Assim, Marx, deixando de lado os elementos criativos das determinações contraditórias do processo latino-americano, – traduzidos pela debilidade das elites dominantes em assumir o projeto bolivariano, além da ausência de uma presença autônoma das massas populares - “recusou-se a desenvolver sua formidável capacidade de análise no exame de uma revolução dramaticamente colocada na situação de se realizar por cima” (ARICÓ, 1982, p.115). E é exatamente este o problema da revolução passiva gramsciana.

2.2 Capitalismo de Estado e os limites da diversificação produtiva

Durante esse longo período de grandes transformações, na América Latina, tanto a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)³⁰, quanto a teoria da dependência – refletindo acerca da conjuntura do continente – engendraram políticas de desenvolvimento voltadas á superação do atraso do continente. Nesse contexto, a Venezuela³¹ ganhou consciência da sua situação de subdesenvolvimento,

³⁰ No período em que se enquadra a fase A do 4º Kondratieff (1948-1973) é de grande importância o debate que surge entre três vertentes teóricas da industrialização latino-americana. 1) A CEPAL, com sua análise das relações centro-periferia, ao mesmo tempo que rompia com a “teoria das vantagens comparativas do comércio internacional [...], insistia na degradação das relações de troca e assim na oposição entre nações periféricas frente às nações do centro do sistema capitalista em consequência do bloqueio imposto ao desenvolvimento da periferia” (MAMIGONIAN, 2000, p.108); 2) a teoria da dependência, embora avançasse em alguns aspectos da visão cepalina, na verdade foi mais uma extensão sua na interpretação da nova realidade industrial e do regime militar no Brasil. Sua tese central se baseava na “existência de uma aliança de interesses das classes dominantes centrais e periféricas e para as oportunidades de avanço da industrialização dependente, capturada pelas multinacionais nas conjunturas favoráveis da divisão internacional do trabalho (DIT)”(MAMIGONIAN, 2000, p.108); 3) Já a teoria dos ciclos econômicos desenvolvida por Ignacio Rangel à luz de Kondratieff confrontou ambas as teses acima na medida em que sinalizava para uma possibilidade de expansão capitalista nos países periféricos tanto nas fases de expansão do sistema capitalista mundial e da DIT, como nas fases de contração, tendo em vista a existência de um setor interno industrial, com dinamismo próprio, como ficara demonstrado na década de 30 (MAMIGONIAN, 2000, p.108)

³¹ Diferentemente da análise estruturalista de Furtado, Losada Aldana, em suas “Breves notas Sobre a Venezuela Subdesenvolvida” procurou identificar – a partir do conceito de pluriparticularidade – como se davam a união dialética entre as estruturas elementares venezuelanas, culminando em seu subdesenvolvimento. Uma vez identificada às formações pré-capitalistas (feudais) em conjunção ao capitalismo monopolista externo (imperialismo), o impasse no desenvolvimento do capitalismo nacional se dava sob dois momentos: por um lado as forças externas se apoiavam nos elementos feudais para conservar sua influencia econômica e política na Venezuela, e por outro, a hegemonia no interior do capitalismo nacional de setores reacionários da burguesia industrial, “impregnada de ressábios feudais e induzida pelo capital alienígena – o que adquire um singular relevo num país como a Venezuela, onde o petróleo penetra toda a essência e todas as Brechas do nosso deformado crescimento industrial” (ALDANA, 1968, p.211).

alterando assim os “rumos da ação do Estado e da política econômica” (CANO, 2000, p.505).

Não por acaso que as análises de Furtado (2008), no período em que emerge a ditadura de Perez Jimenez (1952-58), revelam-se nitidamente inseridas nas políticas cepalinas das substituições de importação, lançando as bases de um Capitalismo de Estado (MARINGONI, 2009) no qual o governo recorreu às medidas protecionistas para desenvolver a indústria nacional, baseado no fato de que o país não poderia mais só depender das rendas obtidas pelas taxas de importação (CUNILL, 1968).

Souza (2008) aponta, ainda, por outro lado, que os investimentos em infraestrutura nos setores de siderurgia, petroquímica, hidrelétrica, voltados para o aquecimento da economia nacional, foram propiciados pela crise dos países produtores de petróleo no Oriente Médio em 1958, com o aumento dos preços do barril coincidindo com a elevação dos investimentos públicos no país.

Em suas análises, Celso Furtado (2008) expressa claramente que embora a média da participação do setor petrolífero do país entre os períodos de 1945-48 e 1954-56 fossem idênticas, não passando de 28%, houve um crescimento sensível em outros setores da economia. Vejamos:

A mineração, também impulsionada pela demanda externa, cresceu com grande intensidade, multiplicando-se seu produto aproximadamente 20 vezes. Dos setores ligados ao mercado interno, a agropecuária e os aluguéis apresentavam um incremento mais reduzido: 55% nos onze anos. A indústria da construção aumentara 271% e as manufaturas, 228%. Contudo, a participação desses dois setores no total do produto – petróleo e mineiro – era somente de 14,7%, o que refletia um grau de industrialização ainda muito baixo. Quando ao produto total, a participação das indústrias manufatureiras e da construção foi de 10,2%, em 1956, contra 8,2% em 1945. O setor agropecuário, que em 1945 contribuiria com 18,7% do produto – excluídos os setores petróleo e mineiro – teve sua cota reduzida, para 11,0% (FURTADO, 2008, p.37-38).

Ainda assim, é cabível ressaltar que com a forte intervenção

estatal na economia³², a substituição da produção de artigos nacionais pelas importações contribuiu na elevação do coeficiente de importações, passando de 51,4% em 1945-47 para 59,1% 1954-56. Mas mesmo assim, Furtado sustentava que a dependência do setor exportador significava maior vulnerabilidade externa para a economia, de modo que “a baixa absorção da força de trabalho no setor petrolífero e o impacto negativo do câmbio valorizado sobre o emprego nos demais setores” (MEDEIROS, 2007, p.4), incapacitava a transformação dos ganhos produtivos “do setor exportador numa base para a modernização conjunta da economia” (MEDEIROS, 2007, p.4) Apesar dos investimentos realizados pelo governo aliviarem os cofres públicos, o aumento insustentável da dívida pública propiciou a ampliação das contradições sociais, ocasionando no ambiente político a conformação de uma Junta Patriótica – liderada, sobretudo, pelo Partido Comunista de Venezuela –, que conseguiu eliminar “de forma crescente a ditadura Perez Jimenez” (MARINGONI, 2009, p. 59).

2.3 Subdesenvolvimento³³ : doença holandesa e nacionalismo petrolífero

Na década de 50, após a queda da ditadura de Jimenez, vê-se consolidar mudanças tanto organizacionais quanto estruturais na sociedade venezuelana. Associadas a estas, não faltaram, todavia, transformações de grande impacto nas relações sociais de produção em toda a indústria petrolífera. Não resta dúvida que nestas mudanças se deve ver o papel fundamental do imperialismo norte-americano, interessado em manter sua hegemonia contra as forças insurgentes das esquerdas latino-americanas. Mas ainda assim é preciso compreender que o processo – de transição ao capitalismo bloqueado ocasionado pela doença holandesa – requereu uma escolha e interesse da parte dos

³² Segundo Furtado, na década de 50, a Venezuela possuía a renda per capita mais elevada da América Latina e no mundo, tendo o produto per capita do país em torno 7247 dólares (base em 1992) “pela metodologia da paridade de poder de compra, contra 4987 da Argentina e 1673 do Brasil” (MEDEIROS apud FURTADO, 2008, p.3).

³³ A categoria de subdesenvolvimento aqui, não se esgota, nem se identifica com o conceito corrente de atraso, de pobreza, de primitivismo. Muito pelo contrário, seguindo os passos de I. Rangel, no conceito de subdesenvolvimento, já está implícita, também, a idéia de que está em marcha um processo de superação do atraso, de perturbação do primitivo estado de quietismo arcaico. Antes disso há atraso, mas não há subdesenvolvimento (RANGEL, 1968).

gestores governamentais e empresariais internos, o que se fez através da consolidação do chamado pacto de Punto Fijo (PEIXOTO, 2007; MARINGONI, 2009).

De fato, o pacto Punto Fijo conseguiu sistematizar as eleições na Venezuela em busca de alternativas para um regime democrático. Entretanto, a chamada democracia representativa proposta pelo pacto reduziu o espaço político venezuelano a praticamente dois partidos: a *Acción Democrática* (AD) e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI). Como demonstra Manuel Caballero, os objetivos eram formar um programa comum e constituir um governo de coalizão independente do resultado das eleições (CABALLERO apud SALGADO, 2011); de modo que as forças políticas da esquerda - representadas pelo Partido Comunista da Venezuela (PCV) e outras organizações independentes - ficassem excluídas do pacto, já que eram consideradas setores radicalizados do movimento popular, não se adequando às propostas de transição “sem sustos para regime civil com eleições diretas” (MARINGONI, 2009, p.59).

Ainda neste momento, para intervir de forma ativa na economia - através de um plano de emergência que visava reduzir o desemprego e acelerar a conclusão das obras de infraestrutura em andamento - o Governo provisório criou a Oficina Central de Coordenação e Planificação da Presidência da República (CORDIPLAN), “com a qual elaborou o primeiro plano da Nação, que traçava as metas e instrumentos de desenvolvimento econômico do país, mostrando os objetivos que se queriam alcançar” (SOUZA, 2008, p.71).

Mas, devido aos altos custos de manutenção do plano, e o elevado déficit na balança comercial, o governo foi obrigado a romper com as medidas sinalizadas, retomando em seu lugar as políticas da CEPAL: substituição de importações, protecionismo, participação estatal, além da planificação econômica. Na verdade, esta iniciativa decretada pelo pacto - ao lado da promulgação de uma nova constituição em 1961 - visava corresponder aos interesses das elites, que buscavam amortecer os conflitos sociais “mediante lenta, porem constante, melhoria do padrão de vida da maioria da população” (MARINGONI, 2009, p. 62) através do assistencialismo, clientelismo e corrupção³⁴ (SOUZA, 2008).

É dessa forma que deve ser visto os avanços graduais na sociedade venezuelana, aliadas aos interesses do pacto, como bem

³⁴ Desde 1957 os índices de desemprego se mantiveram em alta, passando de 7,8% para 14% em 1963 (SOUZA, 2008).

demonstrou Cano (2002) em um balanço econômico-social no período de introdução das políticas cepalinas na Venezuela. Nas médias do PIB que entre

1936 e 1950 cresceu a elevada taxa média anual de 7,1%; aumentou para 7,5% em 1950-60 e caiu para 5% em 1960-70. Entre os anos de 1940 e 1970, as mudanças no crescimento alteraram a estrutura produtiva, fazendo que a participação percentual do setor agropecuário no PIB caísse de 19 pra 7,5, ao passo que a da mineração se mantinha em torno de 20, a da indústria de transformação subia de 13,6 para 15 e a do setor terciário subia de 43 para 54, revelando com isso o aumento da urbanização. Nas décadas de 1940-50-60, a agropecuária teve excepcional crescimento anual, em torno de 5,5% como média, e a mineração, respectivamente, 11,4%, 7,7%, caindo para 2,6%. A notável expansão da mineração se deve fundamentalmente ao fato de que a produção petrolífera passa de 90 para 215 milhões de m³ entre 1950-70, mas a queda real de seus preços na década de 1960 deprime o crescimento do PIB setorial... O PIB da indústria de transformação cresce acima da média latino-americana entre 1929-40, muito embora sua base inicial fosse muito incipiente. Ele cresce 174% entre 1936-50 e 159% na década de 1960. Cabe lembrar que esse crescimento se deu com o aumento do coeficiente de importações, que passa de 17% na década de 1930 para pouco mais de 30% entre 1940-60, baixando então para cerca de 20%. Na estrutura produtiva industrial ainda predominavam os bens de consumo não-duráveis – 63,5% em 1960 e 50% em 1970. Os bens intermediários, graças ao avanço da química, do petróleo e da metalurgia, passavam de 29,4% para 40,6% nos mesmos períodos; o setor de bens de capital e consumo durável ainda tinha não só uma participação pequena (7% para 9%), mas também era representado muito mais por indústrias de montagem e de prestação de serviços industriais. No que se refere à educação, o país se encontrava próximo à média latino-americana; já a saúde e

nutrição, apresentaram melhoras sensíveis na década de 1960. A mortalidade infantil regride de 92 em 1960, para 60 no início da década de 1970; o analfabetismo (de pessoas com 15 anos e mais idade) caíra de 37% para 23%; a porcentagem de domicílios com água potável subiu de 33 para 50 e a disponibilidade nutricional de calorias por habitante/ano aumenta 10% e a de proteínas 4%, embora as quantidades disponíveis em 1970 (2.358 cal. E 61g prot.) estivessem abaixo da observada na media dos seis principais países da região (CANO, 2002, p. 507-508).

Contudo, a partir da década de 70, o agravamento da crise mundial passou a influenciar radicalmente os países produtores de petróleo, sobretudo a Venezuela. Primeiro foi o conflito entre o governo Líbio e as companhias petrolíferas, em 1970; depois a guerra do Yom Kippur em 1973 (SOUZA, 2008); incluindo ainda a Europa Ocidental e o Japão que, após 1973, passaram pela “crise de esgotamento do padrão de acumulação e agravamento de seus problemas inflacionários” (CANO, 2002, p. 508). Outra alteração se mostra no fato de que os EUA vinham passando por esses problemas desde o início da década anterior, agravados pela Guerra do Vietnã, que lhe gerou consequências negativas tanto no plano político como no social. Assim é que, esses países, procurando aplicar seus recursos ociosos, lançaram “uma política de empréstimos facilitados ao segundo e terceiro mundos” (CANO, 2002, p. 508).

Já no plano nacional, o pacto do Punto Fijo prosseguiu com as medidas legais de crescente controle nas atividades de gás e de petróleo. Seguindo os passos das políticas orientadas pela OPEP, a estratégia do Estado venezuelano visava garantir uma ampla arrecadação da renda petroleira, “tendo acesso a esta através da taxação das empresas transnacionais que atuavam no país” (RIBEIRO, 2009, p.32). Assim, o Estado passava a controlar exclusivamente a exploração de gás, bem como o mercado interno do petróleo e de seus derivados (CANO, 2002), dando início ao processo de nacionalização dos hidrocarbonetos, completados no mandato de Carlos André Perez, no ano de 1973 (SOUZA, 2008).

Mas políticas introduzidas pela via de substituição de importações aliadas ao capital privado – tendo no plano interno a

criação da empresa estatal Corporação Venezuelana de Petróleo (CPV)³⁵ no ano de 1960, e no externo a consolidação da instituição da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) – somente foram eficazes no crescimento econômico da Venezuela até os primeiros anos pós-choque do petróleo. Em razão das exportações petrolíferas serem vulneráveis as flutuações dos preços no mercado internacional – como também constituírem a maior parte das exportações do país –, a renda petroleira nem sempre desempenhou um papel relevante e positivo no desenvolvimento econômico. Daí a maioria dos investimentos responsáveis pelo aumento do estoque de capital ter sido realizada pelo setor privado; fazendo com que estes subissem de oito bilhões para 10 bilhões de bolívares em 1973, o que permitiu que as reservas internacionais atingissem 2,5 bilhões de dólares (SOUZA, 2008).

A nacionalização do petróleo em 1976 e a criação da companhia Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) rompeu definitivamente o sistema de contratos existentes – política de concessões³⁶ – com as empresas petroleiras transnacionais. O Estado passou “a ser o único acionista da companhia” (RIBEIRO, 2010), atuando não só na arrecadação e fiscalização, bem como obtendo dividendos “enquanto proprietário da PDVSA” (RIBEIRO, 2010).

Todavia, com a crise da dívida externa em 1983, a empresa estatal, até então formalmente pública, adquiriu rapidamente autonomia em relação ao Estado e ao poder público, visto que “os próprios

³⁵ Com a criação da CPV, o governo rompeu com varias das concessões estrangeiras, propondo a necessidade de um desenvolvimento autônomo para exploração de hidrocarbonetos no país. Alguns dos objetivos fundamentais eram: atuar na “a) prospecção, exploração, refinação e transporte dos hidrocarbonetos, assim como compra, venda e troca no interior do país e no exterior; b) instalação de empresas destinadas a desenvolver atividades industriais ou comerciais dos hidrocarbonetos” (CUNILL, 1968, p. 168).

³⁶ De acordo com Ribeiro (2010), o Estado venezuelano - afirmando-se proprietário nacional do subsolo - passou a visar à maximização da renda petroleira fazendo frente ao capital transnacional. Pela via das concessões, os lucros da exploração petroleira seriam divididos em partes iguais entre o Estado e as companhias estrangeiras (SOUZA, 2008). É dessa forma que podemos compreender o conceito de nacionalismo petroleiro na “articulação entre um regime político e um regime petroleiro centrada na expansão da renda petroleira do país e na distribuição pelo Estado” (RIBEIRO, 2010, p.88). Todavia, com a criação da estatal “PDVSA”, foi posto um ponto final na política de concessões às 15 empresas privadas existentes no país, passando elas agora a atuar como filial no negócio (MARINGONI, 2009).

funcionários [...] seguiam uma política salarial própria, criando um padrão de vida muito superior ao da maioria da população” (MARINGONI, 2004, p.106). Por outro lado, na questão sindical, a entrada de grupos da esquerda radical na *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) – central principalmente controlada pela *Acción Democrática* – garantiu que as decisões na central não sofressem rupturas com o dissenso, legitimando assim a “mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano (MARINGONI, 2004, p.104)”.

Além disso, são por esses fatores estruturais internos – burocratização da PDVSA e dos sindicatos dos trabalhadores, centralização e verticalização dos movimentos populares, etc. – que os partidos do Pacto conseguiram conservar pela via institucional a hegemonia do aparelho de Estado, eliminando paulatinamente as forças radicais do movimento operário.

Não deve haver dúvidas que no auge dos dez anos da bonança petroleira, na década de 70, os fluxos de petrodólares foram até mesmo maiores “do que a capacidade da economia de absorver capital” (MARINGONI, 2004, 106). Ainda assim, seja pela alta dos valores dos preços de petróleo no mercado mundial, ou pelo combate a concorrência predatória entre os membros da OPEP, ou ainda seja pela forte intervenção na economia do país, o Estado conseguiu se organizar para privilegiar os setores públicos e nacionais da indústria petroleira, “traduzidos estritamente do ponto de vista fiscal” (RIBEIRO, 2010, p.90).

No entanto, a herança da propriedade nacional sobre o subsolo, culminando com a nacionalização e a criação de indústrias próprias do petróleo, encontrou seu fim com a crise da década de 1980, quando o Estado abriu “caminho para uma liberalização do regime petroleiro” (RIBEIRO, 2010, p.89). Assim, com o descolamento do eixo político pela cúpula da estatal, a PDVSA passou a adotar as estratégias do capital transnacional, isto é, “fazendo com que a propriedade pública do subsolo estivesse a serviço da rentabilidade dos investimentos” privados (RIBEIRO, 2010, p.90).

A partir disso, a PDVSA, levando a frente o programa de internacionalização e abertura do setor petrolífero, viabilizou o retorno das companhias multinacionais pelo acordo de comprar refinarias em países consumidores de petróleo, aprofundando a crise na arrecadação tributária, com a diminuição do “volume de recursos disponíveis para o setor não petroleiro” (RIBEIRO, 2010, p.90).

Com essas determinações tornadas mais graves pela liberalização

da economia venezuelana, “o principal laço que unia o setor petrolífero ao conjunto do país, a renda petrolífera” (RIBEIRO, 2010, p.91), cada vez mais se tornou diminuta, contribuindo para o avanço do desemprego em escala nacional. Sem dúvida os efeitos da crise neoliberal, determinadas pelo Consenso de Washington, foram cruciais nesse período, dado a dependência aos ditames do Fundo Monetário Mundial (FMI), refletido, entre outros fatores, no aumento da carga fiscal e das tarifas públicas, liberalização das taxas de juros, flexibilização do câmbio, corte de subsídios, congelamento dos salários, privatizações, etc. Assim, levando-se em consideração que as medidas implementadas no segundo governo de Carlos André Perez, em 1989, não conseguiram mais viabilizar uma política de conciliação de classes – até então garantida pelo ponto fixo – não seria de se estranhar que o descontentamento das massas resultasse em um levante popular³⁷ (SOUZA, 2008; MARINGONI, 2009).

Somadas a essas determinações, deve-se levar em conta as políticas adotadas pelos países latino-americanos em seus específicos casos de industrialização tardia (1930-80), para entendermos quais os verdadeiros motivos da generalização da doença holandesa³⁸ pelo continente. Por exemplo, o destaque do Brasil e do México nas políticas de neutralização dessa doença, se dava pela utilização das taxas múltiplas de câmbio, ou pelos complexos sistemas de importação combinadas com subsídios às exportações, respondendo ao problema da desvalorização da moeda para os produtores de bens de consumo duráveis (BRESSER-PEREIRA, 2007).

³⁷ A rebelião popular conhecida como *Caracazo*, em repúdio às políticas neoliberais do governo Perez, conforme afirma Ribeiro (2010), representou a ruptura do projeto populista de transição à democracia liberal burguesa, iniciada desde o governo Contreras em 1936.

³⁸ Como demonstra Bresser-Pereira, a doença holandesa pode apresentar-se sobre três argumentos fundamentais: o primeiro fator determinante encontra-se na tendência à sobre-apreciação da taxa de câmbio, gerando uma grave falha de mercado que pode enfraquecer a economia por tempo indeterminado; o segundo seria a neutralização através da administração da taxa de câmbio, e principalmente a criação de um imposto sobre as vendas do mesmo que desloque sua curva de oferta para cima; e o último é que a doença holandesa não deriva apenas da abundância de recursos naturais, mas também de mão de obra barata – desde que o leque salarial, ou seja, a diferença entre os salários dos engenheiros (administradores) e trabalhadores seja substancialmente maior nos países que sofrem da doença do que nos países ricos (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Já no caso venezuelano, a doença holandesa apresentou-se com um caráter permanente, não conseguindo ser neutralizada, embora entre as cinco principais economias latino-americanas, a Venezuela tenha sido a única a manter sua dívida externa estável, dadas as exportações petrolíferas (SOUZA, 2008). A Venezuela – como a Arábia Saudita – assumiu esse caráter por possuir uma produção e exportação significativa dos recursos naturais, que lhe possibilitou acumular capital e formar uma importante classe empresarial. Por outro lado, a falta de aplicação dos capitais acumulados no setor produtivo industrial – principalmente bens comercializáveis – levou ao aumento da dependência ao setor petrolífero, tornando difícil que o país diversificasse sua economia (BRESSER-PEREIRA, 2007).

3 A ESQUERDA VENEZUELANA NO SÉCULO XX

3.1 Recepções das ideias socialistas, e a formação dos partidos modernos.

A herança do pensamento socialista na Venezuela é marcada desde as guerras de independência no século XIX³⁹ por autores como Fermin Toro (1807-1865) e Rafael Maria Baralt – nitidamente partidários do pensamento de Proudhon. Ainda assim, como ilustra o professor e intelectual anarquista argentino Ángel José Cappelletti, as dimensões utópicas das ideias também foram introduzidas pelo socialismo reformista inspirado em Louis Blanc por Guillermo Iribaren (1847); o comunismo de Babeuf publicado pelo francês Pierre Cerreu – recém-chegado na Venezuela, após o fracasso da revolução de 48; os escritos pedagógicos divulgados por Simon Rodriguez (1769-1854) sobre Fourier; e a linha proudhoniana introduzida por Ezequiel Zamora (1817-1860) (RIERA, 2008).

Por sua vez, a historiografia tradicional venezuelana de todo século XIX passou a reduzir os espaços de debate das ideias políticas, centralizadas na reorganização do país, em torno das perspectivas liberais e conservadoras. Mesmo assim, como sustenta Rieira (2008), deve-se levar em conta que o pensamento socialista na Venezuela, embora não tivesse alcançado as proporções de difusão que ocorreram em outros países latino-americanos, teve um papel fundamental nas disputas que culminaram com a guerra civil (1859-1863), “predominantemente camponesa e anti-oligárquica”, engajada “na luta pela democratização da sociedade venezuelana” (MARINGONI, 2009, p.43-44).

Todavia, com a transição à economia do petróleo no início do século XX, a chegada de imigrantes europeus e trabalhadores

³⁹ De acordo com González, quando a sociedade patriótica - presidida por Francisco de Miranda e Bolívar - discutia em 1811 a forma que assumiria a República, na contramão do discurso centralista e conservador de Antonio Muñoz Tébar, Coto Paúl usurpou a palavra sendo o primeiro a gritar, antes mesmo de Proudhon: “*!La Anarquía! Esa es la libertad, cuando para huir de la tiranía desata el cinto y desnuda la cabellera oncosa. La Anarquía! Cuando los dioses de los débiles, la desconfianza y el pavor la maldicen, yo caigo de rodillas a su presencia. Señores: que la anarquía, con la antorcha de las furias en la mano, nos guíe al Congreso para que su humo embriague a los facciosos del orden, y le sigan por calles y plazas, gritando Libertad!*” (GONZÁLES, 2012).

americanos contribuí para projeção política das ideias anarquistas e marxistas, sobretudo nas companhias petrolíferas de Maracaibo e Caracas. Mas estas só foram atingir sua consolidação no final da década de 20, quando as greves petrolíferas – repudiando a ditadura de Gomez – levadas a cabo, principalmente, em aliança com os intelectuais da geração de 28, começaram a introduzir estratégias clássicas do socialismo científico nas lutas sociais (RIERA, 2008)⁴⁰.

Somadas a esta, é possível observar nas revoltas estudantis promovidas pela geração de 28 em busca da democratização da sociedade e o fim das repressões políticas, a formação dos partidos políticos modernos na Venezuela. A aliança entre o movimento estudantil e a classe operária é fator crucial para compreender os interesses e as rupturas ocorridas no interior das forças progressistas naquele momento (MARINGONI, 2009).

Após os protestos de 1936 em repúdio a ditadura de Contreras, a

⁴⁰ É preciso destacar aqui as divergências políticas entre os exilados da geração de 28, sobretudo de Salvador de la Plaza, dirigente político do Partido Revolucionário Venezuelano (PRV) fundado em 1926, no México. Na política externa, o programa político do partido procurava se firmar na difusão das ideias bolivarianas de integração latino-americana, soberania do subsolo e autonomia dos povos – paralelamente as propostas de Bolívar na formação da Grande Pátria – demarcando fronteiras tanto com alguns setores populares latino-americanos, quanto ao Departamento Norte-americano. De acordo com as linhas gerais do partido sobre a questão nacional, procurou-se ressaltar “*la reivindicación del papel igualitario de la mujer respecto al hombre; la redistribución de las tierras ociosas y baldías para quienes carecen de propiedad*”; além de incluir “*un trato digno e igualitario hacia los sectores indígenas, [...] desarrollando al mismo tiempo la educación técnica, científica y humanística*”. Na verdade, para Salvador a Revolução não era o “*simple cambio de presidentes como resultado de una asonada o golpe militar*”; segundo Riera, as reflexões de la Plaza se apóiam em grande parte no eixo dogmático economicista, – sobretudo, das infraestruturas, para explicar o desenvolvimento histórico da humanidade -, além de privilegiar o setor obreiro como campo privilegiado da vanguarda revolucionária, restringindo o papel de outros atores sociais (RIERA, 2008, p.101-102). Assim, é possível observar, ampliando a sugestão de Aricó quanto a relação entre o pensamento marxista e a América Latina – incluindo aqui o caso venezuelano – a razão dos erros conceituais cometidos não só pelos historiadores soviéticos, pelo “fato de considerar nossas nações exclusivamente do ponto de vista do fenômeno imperialista, ou do ponto de vista do movimento operário”, pode-se dizer que a própria orientação política de Salvador de la Plaza; aproxima-se assim, das práticas do Komitern (ARICÓ, 1982, p. 98, notas).

Federação de Estudantes (FEV) – presidida por Jóvito Villalba – sofreu uma cisão por um grupo dissidente liderado por Rafael Caldera; este que fundou a União Nacional dos Estudantes (UNE). Como afirma Duarte, a UNE “compunha-se fundamentalmente de militantes ligados à igreja católica, simpáticos ao franquismo, que promoveram, sobretudo, a bandeira do anticomunismo e serviram às forças reacionárias como cabresto dos movimentos populares” (DUARTE, 2008), e que por final se transformou no embrião do partido social-cristão COPEI (Comitê de organização política eleitoral independente) fundado em 1947 (MARINGONI, 2009).

Por outro lado, na unidade das forças progressistas, a vitória da proposta de formação de um partido de composição policlassista encabeçada por Rômulo Betancourt⁴¹ – em oposição à perspectiva do Partido Comunista de Venezuela (PCV), clandestino desde sua criação

⁴¹ Quando esteve no exílio, Rômulo Betancourt foi muito influenciado pelo populismo de Haya de la Torre, peruano, criador da APRA (*Alianza Popular Revolucionária Americana*). Segundo Peixoto, foi assim que a *Accion Democratica* passou a adotar uma visão de mundo muito parecido com as coisas básicas do pensamento de Haya de la Torre, que tinha tendências esquerdistas (PEIXOTO, 2007). Mas ao mesmo tempo é preciso destacar as divergências que se sucederam no interior da frente anti-imperialista – de tendências leninista - (APRA) formada por Haya de la Torre em 1924 no México. A participação de Mariategui em 1926, e sua ruptura com a frente em 28 – por esta ter se convertido em um “partido nacionalista pequeno-burguês e demagógico” (LÖWY, 2011) – demonstraram claramente o caminho que a APRA continuaria a percorrer nos anos seguintes. Em uma carta de Haya de la Torre publicada na revista *Claridad* em 1938, na Argentina, Trotsky já chamava atenção que a APRA - em sua interpretação das análises do imperialismo-, sinalizando apenas para o combate do fascismo insurgente na Alemanha, Itália e Japão, sustentava a tese de que em todo o caso de agressão estariam seguros de que os EUA defendê-los-ia (TROTSKY, 2008). Por outro lado, Mariategui “passou a trabalhar por outra perspectiva organizacional que iria redundar na fundação do Partido Socialista Peruano” (AGGIO, 2006), distanciando de Haya de la Torre e do Komitern em três concepções fundamentalmente teóricas, de acordo com as afirmações de Aricó: 1) uma perspectiva de baixo, democrática e não jacobina do processo revolucionário, constituindo-se a partir das especificidades autônomas nacionais da nação peruana; 2) a formação de um bloco histórico como ponto de sutura através da ligação dos intelectuais entre as classes dominantes e as massas; 3) e uma noção de descontinuidade no tempo histórico “próprio do processo político e social peruano, em que o elemento determinante resulta ser o nível de organicidade alcançado pelo movimento social” (ARICÓ apud PINHEIRO e MANZANO, 2010).

em 1931 – na formação de um grande partido operário, resultou na criação do Partido Democrático Nacional (PDN) (DUARTE, 2008).

Assim é que, embora a greve promovida pelos trabalhadores petroleiros, partidos de esquerda – PDN, PCV, PRV – e organizações estudantis no estado de Zúlia entre 1936-37, conseguisse consolidar a primeira central operaria, *Confederación Venezolana del Trabajo* (CVT), essas grupos foram fortemente reprimidos e postos na ilegalidade pelo governo Contreras, o que resultou em inúmeras prisões à dirigentes sindicais e na expulsão de “quarenta e oito dirigentes políticos, acusados de estarem afiliados a doutrinas marxistas” (DUARTE, 2008, p. 42).

Mas, com a chegada do general nacionalista Medina Angarita na presidência em 1941, inicia-se um processo de transição para a democracia no país. Pelo lado da cena política, o governo concedeu anistia aos políticos extraditados pelo governo anterior, promovendo a legitimação de atuação dos partidos políticos. Assim, com a saída do PCV e de Jovito Villalba – fundador da União Republicana Democrática (URD) em 1945, de tendências liberais centro-direita – das bases do PDN, Romulo Betancourt e Gallegos, nesse período, fundam a *Acción Democrática*, partido de massas democrático-burguês de orientação social-democrata (DUARTE, 2008).

Contudo, a deposição de Angarita em 1945 – dado o golpe de estado elaborado pela junta revolucionária cívico-militar – fez com que a *Acción Democrática* assumisse o governo, convocando novas eleições.

Aliás, após a efêmera abertura democrática ilustrada pelo governo de Gallegos (1947), a instabilidade política no cenário venezuelano se traduziu numa sucessiva onda de golpes de estado, liderados, principalmente, pelos militares.

Desse modo, embora as instituições sindicais, junto aos partidos políticos, promovessem as greves nesse período, em repúdio ao Estado Autoritário - principalmente no setor petrolífero -, todas as organizações caminharam rumo a clandestinidade, onde muitos dirigentes foram exilados do país, momento a partir do qual prepararam a frente Patriótica que derrubaria a ditadura de Jimenez (MARINGONI, 2009; SOUZA, 2008, DUARTE, 2008).

3.2 Vanguardas intelectuais: o Sardino, El Techo de la Ballena, e Tabla Redonda

E eis o pobre funcionário público a ler, com orgulho, essa história nacionalista e a engolir, à força, como arte, os borrões que ocupam paginas

inteiras, coloridas, de sua revista predileta. É assim que o Fulano, por força da simpatia da classe dominante, vira herói para o povo que ele não leva em consideração quando perpetra suas obras. ... Minoria, mesmo na classe intelectual, Minoria ativa que, como uma seita, defende seus princípios de aristocracia espiritual no mundo inteiro. (GULLAR, 2006, p.33).

Não restam dúvidas que o período de abertura democrática (1958) firmado entre o pacto *puntofijista* e o choque do petróleo em 1973 foi marcado por uma intensiva mobilização dos partidos e vanguardas intelectuais em busca de alternativas às posições assumidas pelo Estado venezuelano; posições estas refletidas sobretudo na virada da extrema esquerda ao campo da luta armada. Ainda assim, para uma compreensão mais rigorosa desse contexto, é preciso reter o peso da revolução cubana (1959) no cenário latino americano, bem como suas influências específicas na Venezuela.

Em grande parte das organizações partidárias, as manifestações sociais se posicionavam mais no campo das lutas por direitos sociais – exigências salariais, expansão do serviço público, etc. – do que por motivações civis e políticas (UZCÁTEGUI, 2010). Por sua vez, de acordo com Rodrigues, as vanguardas de esquerda insurrecionais se voltaram na contramão das organizações, promovendo uma “*especie de guerrilla surrealista para atacar satíricamente el orden existente, o con la postulacion del problema de la relación entre expresion y violencia...*” (RAMIREZ apud RODRIGUEZ, 2009).

Vale destacar três vanguardas culturais de extremo relevo na conjuntura interna venezuelana da década de 60 – e suas possíveis contribuições culturais na transformação das estruturas sociais. São eles: o *Sardio* (1957), que manteve uma posição artística elitista e afrancesada; a *Tabla Redonda* (1958), formada por intelectuais e militantes simpatizantes do Partido Comunista, com sua linha ideológica situadas na extrema esquerda; e por ultimo, *El Techo de la Ballena* (1961), formado após a cisão do *Sardio*, que procurou romper com as estruturas estéticas e políticas através exacerbação transgressora da arte (CARRILLO, 2007).

Certamente, é possível perceber entre os três grupos acima citados, o papel da política contestatória ao pacto de *punto fijo* e a busca por rupturas sócio-culturais que engendraram suas ações artísticas, literárias, políticas, etc.

No que diz respeito ao grupo boêmio *Sardio*, seus membros foram altamente influenciados pelo humanismo existencialista de Sartre, e pelo movimento surrealista francês⁴², insistindo “*en recalcar el espíritu polémico que los animaba y su intención de llevar al pueblo una educación racional y democrática*” (CARRILLO, 2007, p.60). Através da publicação de cinco manifestos intitulados “*Testimonios*”, o grupo procurou dirigir sua orientação política e artística, atacando diretamente os valores burgueses, embora não isentos de todas suas contradições. Já no expoente literário

condenaron el esteticismo, el nacionalismo exacerbado y arrogante, la anécdota, el paisajismo y la visión pintoresca de la realidad. Asu vez rechazaron la literatura “de esquemas y soluciones preconcebidas”, en su lugar propusieron una concepción universalista de lo nacional, una visión y una sensibilidad nuevas (CARRILLO, 2007, p.61).

De certo modo, as publicações até o quarto “*Testimonio*” se voltaram no fundamental para uma crítica das posturas do intelectual de esquerda e seu compromisso revolucionário esteticista, que, por sua vez, rechaçando os escritores que se alinhavam a ideologias e posições políticas como demiurgos e sem criatividade, se dirigiram contra o realismo socialista “*por considerarlo una estética sin grandeza y estereotipada*” (CARRILLO, 2007, p.62-63). Porém, a partir do quinto e último manifesto chamado “*Testimonio sobre Cuba*” (1961), denunciando os conflitos e as ações imperialistas do governo norte-americano contra a Revolução Cubana, os artistas mais próximos ao partido governista da *Acción Democrática* – em oposição ao manifesto escrito em apoio a Revolução, sobretudo, pela ala esquerda do grupo – romperam definitivamente com os sardianos. Por outro lado, o restante

⁴² Vale lembrar aqui o balanço feito por Maurice Joyeux sobre o movimento surrealista, e seus desfechos por volta da década de 50. Como demonstra o autor, “a aventura advinda ao surrealismo por volta dos anos vinte é uma aventura clássica, a da decalagem entre a cultura e seu quadro. Teria sido preciso, que o surrealismo associasse seu futuro ao da anarquia, de modo a crescerem juntos... Hoje, o surrealismo, esvaziado de todo conteúdo revolucionário, nada mais é senão uma forma de expressão que, por ter enlameado a anarquia e se jogado nos braços do marxismo, está reduzido a seduzir o burguês em galerias de arte onde todo sopro revolucionário desapareceu” (JOYEUX, 1990, p. 34).

do grupo aderiu ao grupo “*El Techo de la Ballena*” (CARRILLO, 2007).

Já com a inserção da ala radical dos sardianos ao grupo “*El Techo de la Ballena*” (1961), as manifestações artístico-literárias procuraram se ampliar no campo subversivo e marginal da política nacional, paralelamente as correntes contra-culturais da geração *Beat* californiana, dos dadaístas e surrealistas europeus⁴³, e dos nadaístas colombianos. De acordo com Santaella, a fundação do grupo consistia na exacerbação do erotismo, da vulgaridade “*en la plena lucidez incontrolable del orgasmo que sólo los insomnios verifican*”, atacando frontalmente as instituições político-culturais conservadoras, a fim de estremecer a opinião pública (CARRILLO, 2007, p.70).⁴⁴

Assim, ao longo de cinco anos publicaram três manifestos fundamentando suas estratégias de luta, além de realizar no campo das artes plásticas inúmeras exposições provocativas em espaços alternativos, como as “garagens-galerias”, contrapondo, em primeiro lugar, os espaços de cultura institucional – como os museus – além de negarem o academicismo e as tendências artísticas do abstracionismo geométrico, predominantes no país na década de sessenta (CARRILLO, 2007). Ainda assim, situados periféricamente no âmbito literário,

Los escritores de El Techo de la Ballena rechazaban el realismo y el costumbrismo por considerarlos movimientos desgastados; la necesidad de sacudir al país del letargo cultural en el que había caído requería de un estilo más combativo en el que pudieran integrarse arte y vida. De la realidad seleccionaron el lado más oscuro y más violento. Para los integrantes de El Techo de la Ballena la agresión se convirtió en la forma de expresión de una literatura

⁴³ Pode-se perceber tal influencia numa celebre passagem de Benjamin: “Nada parece mais derrisório e idiota... que o otimismo dos partidos burgueses e social-democratas, cujo programa político não passa de um mau poema de primavera”. E acrescenta: “Contra este otimismo sem consciência, este otimismo de dileitante, inspirado pela ideologia do progresso linear, ele descobre no pessimismo o ponto de convergência efetivo entre surrealismo e comunismo” (BENJAMIN apud LOWY, 2002, p.49).

⁴⁴ De acordo com Orozco, *El Techo de la Ballena* põe em jogo os “*procedimientos textuales de la modernidad, mediante una exploración de la extrañeza, en su intención de permanente degradación*” – o grotesco enquanto delimitação do sentido - (OROZCO, 1999, p.18), ou dito de outro modo, de “*la estética de la abyección en la producción artística y literaria*”.

comprometida con un país en crisis. De esta manera, los balleneros sentían que se vinculaban a la lucha política, y contribuían al proceso subversivo (CARRILLO, 2007, p.73).

Ademais, é possível perceber que os objetivos subversivos alcançados pelo grupo *El Techo de la Ballena* – em impulsionar a arte para além do admissível nos meios culturais – alcançaram seu auge quando as polemicas difundidas pela imprensa nacional na década de 60 insistiram em denunciar a orientação marxista comunista que se mantinha oculta por trás das exposições artísticas transgressoras promovidas em “*Homenaje a la necrofilia*”;

Una nota periodística anónima publicada en El Mundo el día 16 de noviembre del mismo año lleva por título: “Aberraciones eróticas difunde panfleto pornográfico hecho en la Universidad”, y como subtítulo: “se exige al rector que explique quién autorizó la impresión”. El 17 de noviembre, en el diario La Esfera se reseña el acontecimiento con el siguiente titular: “Nauseabundas aberraciones sexuales elogio folleto hecho en la Universidad” en el subtítulo se acusa al rector de la Universidad Central de Venezuela, De Venanzi, de complicidad por autorizar la impresión del “costoso panfleto de ponzoñosa e impía pornografía” (CARRILLO, 2007, p.72)

No entanto, como aponta Carrillo – tratando do papel desempenhado pelas vanguardas da esquerda venezuelana na violenta década de 60 –, se por um lado os grupos *Sardio* e *El Techo de la Ballena* optaram por uma estratégia de impulsionar a cultura e as artes pela mesma agressividade e ira na qual se apresentava o cenário político, destruindo as heranças culturais do país, os militantes e simpatizantes do Partido Comunista, com a formação do grupo *Tabla Redonda* (1959), preferiam distanciar as críticas do plano moral, apostando na continuidade⁴⁵ do processo artístico, enquanto separação do

⁴⁵ A partir das divergências surgidas entre as vanguardas venezuelanas, é possível estabelecer algumas considerações em relação as artes e a política na União Soviética. Como bem assinalou Lukács, o problema de algumas vanguardas surgidas após a Revolução de Outubro (1917) – como o Proletkult e os futuristas russos (zhdanovismo) – foi justamente situarem o marxismo “na

“*compromiso vital de la obra literária*” (CARRILLO, 2007, p.80).

Dessa forma, é possível perceber as divergências estratégicas do grupo *Tabla Redonda*, a partir das críticas de Sanoja Hernández⁴⁶ com a publicação do texto “*No basta la iracundia*”, na revista “*El Clarín de los Viernes*”, em 22 de março de 1963, rechaçando às propostas balleneras:

Y aquí surge nuestra objeción frontal a esa corriente de “la poesía nueva” y a algunos techistas sin fronteras: si hubiera que prestar la poesía o la pintura a un servicio circunstancial, provisorio, concebido como necesidad relativa y de momento ese préstamo no será por nuestra parte, a la iracundia. Será un préstamo a la violencia y a la guerra de conciencia actual, a la batalla civil, a la devastación creadora de esta Venezuela, en este punto de la historia, en este minuto, con este saldo de muertos y presos y consignas, ideas, manifestaciones guerrilleras (CARRILLO, 2007, p.78).

Embora as controvérsias surgidas no interior das vanguardas urbanas se convertessem em polémica pública – devido principalmente

negação de toda filosofia anterior”, procurando, assim, criar uma cultura radicalmente nova ao proletariado (LUKACS, 2008, p. 201, ver nota 309). Da mesma forma, são validas as observações de Coutinho para as descontinuidades absolutas de Foucault, que descartava “o progresso no interior do historicismo”, na tentativa fracassada de rechaçar o marxismo (COUTINHO, 2010, p.166, ver nota 178). Por outro lado, Lenin já chamava atenção, – em oposição às correntes burocrático-stalinistas –, seguindo os passos de Marx, da característica positiva da continuidade. Para ele, “a ligação orgânica entre o reconhecimento da continuidade de determinadas tendências históricas e sua necessária modificação radical de função quando tem lugar profundas transformações revolucionárias” só caberiam ao socialismo na sua generalização. Em outras palavras, isso só foi possível ao marxismo por que em nenhum momento esse rechaçou “as mais valiosas conquistas da época burguesa, mas, pelo contrario, assimilou e reelaborou tudo o que existia de valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento humano e da cultura de humanos” (LUKACS, 2008, p. 121-122).

⁴⁶ O destaque para Sanoja Hernández se dá justamente pelo fato de seus poemas e poesias distanciarem das ideias de “*plasmear la violencia del proceso revolucionario dentro de su mundo poético*”, atribuindo, por outro lado, interessantes contribuições sobre os aspectos da geografia nacional, em suas relações cidade-natureza (CARRILLO, 2007, p.80).

às questões estratégicas desenvolvidas na guerrilha surreal contra o pacto *puntofinjista* –, foi justamente na imprensa venezuelana que o rechaço entre arte e política se tornou referencia. Isso se torna perceptível, a partir das críticas do poeta Juan Liscano aos intelectuais de esquerda e a posição assumida pelo grupo *Tabla Redonda*;

Tabla Redonda tiene que ser ubicada como publicación de partido. No se trata de una revista de ideas libres, sino de un instrumento de combate marxista para el marxismo. [...] “Tabla Redonda” no pretende afirmar una verdad de arte o de vida, sino un punto de vista marxista sobre la literatura y el pensamiento (CARRILLO, 2007, p.79).

Na verdade, é válido dizer, como sugere Calzadilla (2006) – integrante do grupo *El Techo de la Ballena* – que o poeta Juan Liscano na década de 60 foi infeliz em assumir uma posição reacionária em referencia as vanguardas culturais de esquerda – demonstrando sua apatia nas intrínsecas relações artísticas ligadas a política – quando rechaçou a tese do ex-sardiano, Pedro Duno, em defesa de *Tabla Redonda*;

Duno manifiesta que “literatura y política” se encuentran íntimamente conectadas y que no era de lamentar esa circunstancia como lo hacía yo, em relación con Tabla Redonda. Es verdad que siempre se tiene una actitud política, pero también es verdad que los marxistas no admiten una posibilidad de especulación literaria pura que, en función de su propio progreso y desarrollo, se justifique y cumpla. Yo si creo en esa posibilidad aunque toda mi obra sea ajena a la especulación literaria pura. Los marxistas sojuzgan la creación literaria a la consigna política —no digamos ideológica, lo cual quizás asfixiaría menos el arte—. Este es otro punto de oposición plena que tengo con el socialismo de Estado (CARRILLO, 2007, p.79).

Assim dizendo, após as divergências públicas entre os diversos aparelhos privados de hegemonia – vanguardas, imprensa, partidos, etc. (GRAMSCI, 1989) – na década de 60, e ademais, o desaparecimento

dos grupos artísticos acima citados no cenário político, o Estado venezuelano passou a apropriar-se das instituições culturais na medida em que os intelectuais *“pasaron a ocupar cargos en los diversos organismos, editoriales, revistas y universidades llegando incluso a ocupar cargos diplomáticos”* (CARRILLO, 2007, p.81). O que faz pensar, portanto, no que Gramsci escreveu ao tratar da categoria dos intelectuais tradicionais, protagonistas da revolução passiva; quando estes *“assumem a posição de dirigentes, a concepção de Estado em si reaparece com o cortejo reacionário que habitualmente a acompanha”* (WERNECK VIANNA, 2004, p. 83)⁴⁷.

3.3 A derrota da guerrilha e a institucionalização dos partidos de esquerda

Como bem assinalou Konder, no livro *A derrota da dialética* (2009), a hegemonia das teses anarquistas na América do Sul – assim dizendo, do socialismo libertário – foi um fator preponderante nas dificuldades de assimilação e difusão do marxismo no século XX. Se por um lado o anarquismo tinha a vantagem de *“valorizar ideologicamente o ímpeto rebelde sem complicá-lo... por meio da insistência em referir-se à situação socioeconômica e as limitações*

⁴⁷ Mas, refletindo a cerca da transição socialista a longo prazo, não basta só adequar de maneira mecanicista as observações de Gramsci à categoria dos intelectuais traduzidas em *“uma aristocracia de estadistas”* (LOSURDO, 2010, p.67) – na qual insere-se o caso venezuelano na ampliação da burocracia com o pacto *puntofijista*, revelando o aspecto de atuação das complexas superestruturas (parasitárias) sob sua estrutura econômica relativamente fraca. É preciso ter em mente, a característica ético-política desenvolvida a partir das categorias de hegemonia – que aparecem em Lenin, Gramsci, Mariategui, etc. - tendo os intelectuais como modeladores da supra-estrutura (GRAMSCI, 1987), e sobretudo, *“atraídos pela elevação da cultura e da influência da massa dos simplórios, para o polo da estrutura e dos novos sujeitos sociais emergentes com ela”* (GRAMSCI apud WERNECK VIANNA, 2007). Assim, na atual especificidade do socialismo bolivariano, se torna claro as formação de uma camada de intelectuais orgânicos no seio do proletariado (SILVA, 2011) venezuelano, a partir dos apontamentos de Calzadilla – ex-integrante do grupo *El Techo de la Ballena* – que destaca o surgimento de uma *“nueva intelectualidad de izquierda, formada al calor de las misiones y de los módulos de facilitación de la lectura y de estímulo a la escritura creativa que se han extendido como un rizoma por todo el país, originando una fiebre de saber y de expresarse”* (CALZADILLA, 2005).

políticas do quadro circunstancial”, de outro, encontrava-se limitada por seu ecletismo, que combinava “ideologias inequivocamente conservadoras” (KONDER, 2009, p. 140-145).

Certamente, é possível compreender as dificuldades de penetração do marxismo na América Latina à luz do caso brasileiro, cuja corrente anarquista foi fortemente hegemônica no campo do movimento operário sindical e intelectual no primeiro quartel do século XX, já que as teses socialdemocratas só “serviam para fortalecer mecanismos de reprodução da ideologia dominante conservadora” (KONDER, 2009, p.132). Como demonstra Konder,

Os anarquistas e anarcossindicalistas não dependiam tanto quanto os socialistas democráticos do encaminhamento positivo de seu projeto: eles se apoiavam preferencialmente na postura negativa, na recusa da sociedade burguesa estabelecida, com base em valores pré-políticos, ou, na melhor das hipóteses, paleopolíticos (KONDER, 2009, p.134)

Alias, é interessante observar, a partir do posicionamento negativo dos anarquistas brasileiros, as contradições surgidas com a negação do Estado em bloco – “visto como uma arena de luta inaceitável” – e o repúdio à ação dos socialistas na conquista dos poderes públicos – “impotentes como instrumento de emancipação proletária, capazes de, para conservação própria, restaurar o privilégio”; sendo que, por outro lado, os anarquistas só conseguiram avançar, no plano sindical, reivindicando do Estado “leis protetoras e regulamentadoras do trabalho” (KONDER, 2009, p.136-145).

Com efeito, já na década revolucionária de 30, embora a literatura marxista ainda se fizesse escassa no Brasil, a aliança cívico-militar do Partido Comunista Brasileiro (PCB) junto às fileiras do tenentismo prestista – a antiga Liga de Ação Revolucionaria (LAR) – integradas, principalmente, pelas camadas médias da sociedade, assumiram a liderança do movimento operário, e, respectivamente, das revoltas populares (KONDER, 2009).

Todavia, com o afastamento dos intelectuais no PCB, a teoria “desprovida de sofisticação, tosca e pragmática” da qual era o obreirismo – na forma de vulgata marxista-leninista, que chegava da URSS –, assume as bases da aliança cívico-militar. Dessa forma, pode-se dizer que, pela falta de coesão em seu conjunto de princípios, o

obreirismo só pode contribuir para o “aumento da sua penetração no meio militar” (KONDER, 2009, p. 217).

No entanto, os jovens militares da aliança revolucionária encontraram dificuldades com o discurso obreirista para preparação das insurreições armadas na tomada do aparelho de Estado. Assim, precisando “de uma racionalização ideológica que fosse além da mera exaltação da classe operária [...] o estalinismo que começava a chegar naquele momento em proporções consideráveis estava bem aparelhado para desempenhar tais funções” (KONDER, 2009, p. 217-18).

De acordo com Peixoto (2007), é justamente com a geração de 35 no Brasil – a aliança cívico-militar – que se iniciam na América Latina as influências da luta armada no interior do Partido Comunista. Não obstante, na Venezuela, em 1959, dado a consolidação da chamada democracia representativa bipolar *puntofijista* (GIORDANI, 2009), o governo, na medida em que rompeu suas relações diplomáticas com Cuba – passando ao campo da direita, e, em aliança aos interesses norte-americanos – deixava exposto seu posicionamento com o “acirramento das disputas da Guerra Fria” (MARINGONI, 2009, p. 79).

Assim, fica claro compreender, no início da década de 60, o motivo das expulsões de dirigentes e militantes do partido da *Acción Democrática*, sobretudo, simpatizantes da Revolução Cubana – que fundaram posteriormente o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) em 1961 (DUARTE, 2008); e ainda sim, a criação das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) pelo Partido Comunista de Venezuela, após a realização de seu terceiro congresso, deslocando “parte de sua militância para as montanhas, enquanto continuava o trabalho de massas nas cidades” (MARINGONI, 2009, p. 80).

Todavia, é possível perceber que, conforme sugere a historiografia, tanto a guerrilha “surrealista” desenvolvida pelas vanguardas intelectuais (RODRIGUEZ, 2009), quanto a luta armada desencadeada pelos grupos da FALN e do MIR, só atingiram seu apogeu durante a década de 60, embora algumas organizações – como, por exemplo, o Partido da Revolução Venezuelana (PRV), dirigido por Douglas Bravo – permanecessem até a década de 80 isoladas clandestinamente na serra (MARINGONI, 2009).

De fato, nas eleições de 1963 ocorreu um fato inusitado, a guerrilha⁴⁸ praticada pelas Forças Armadas de Libertação Nacional

⁴⁸ Se no meio urbano a guerrilha foi desarticulada pelo apoio dos sindicatos burocratizados ao pacto de *punto fijo*, na zona rural, os problemas se ampliaram pela falta de apoio das massas camponesas, e, aliás, pelo fato de que o exército

(FALN), dias antes da eleição, ocupou as ruas em repúdio a repressão que os movimentos sociais estavam sofrendo, bem como ao processo eleitoral de fachada praticado pelo acordo de *Punto Fijo* (MARINGONI, 2009; PEIXOTO, 2007).

Mas, como afirma Peixoto em um breve resumo dos fatos, a inflexão da guerrilha no processo eleitoral se deu pelo simples fato da população sair às ruas para votar, demonstrando assim que Betancourt tinha entendido que a derrota da guerrilha não se daria pelas relações militares, em alusão ao golpe de 1946 (PEIXOTO, 2007); deste modo, contando “com a ajuda dos sindicatos para dismantelar os focos guerrilheiros”, o Estado conseguiu isolar a guerrilha, legitimando as eleições (DUARTE, 2008, p.48).

Não encontrando alternativas para dar sequencia a luta armada e a política de abstenção eleitoral, o Partido Comunista de Venezuela, em seu 8º Pleno do Comitê Central, resolveu aderir suas posições ao campo institucional. Por outro lado, não é de admirar que o governo *copeiano*, presidido por Rafael Caldera, aproveitando da situação, legalizou a vida constitucional do PCV; ao mesmo tempo em que reprimiu ferozmente o movimento estudantil aos moldes dos militares brasileiros nos anos da ditadura, com o desaparecimento de ativistas, “sem que sua morte formal nas mãos da repressão fosse reconhecida” (MARINGONI, 2009, p. 82).

Não obstante a legalidade constitucional do PCV, no início da década de 70 o partido, em meio as suas divergências internas, refletindo sobre a postura tomada com a ocupação da Checoslováquia pela União Soviética, cindiu ao ponto que seus dissidentes – amparados pelas teses do partido comunista, italiano, inglês e espanhol – fundassem o MAS (Movimento al Socialismo) sob as linhas do eurocomunismo (MARINGONI, 2009).

Porem, com a inclusão no MAS de setores conservadores ligados ao PCV – menos críticos ao partido e dispostos a se aliarem aos resquícios do passado (LOPEZ MAYA, 2005) – ocorreu uma nova cisão, sobretudo promovida por Alfredo Maneiro, que posteriormente constituiria o partido La Causa Radical (LCR), “identificando-se mais com as posições do PC chinês”, numa relação direta com as massas (MARINGONI, 2009, p.82-83)

Mas a atuação dos partidos de esquerda, tanto pela via parlamentar, quanto pelos dissidentes da luta armada, não conseguiu

atingir o relevante apoio das massas até a ascensão de Hugo Chávez⁴⁹ – pelo contrário, foi justamente a espontaneidade dos movimentos rebeldes no período neoliberal, e mais, o descontentamento popular gerado pelas crises petrolíferas, que permitiu que o tenente-coronel assumisse a presidência (LOPEZ MAYA, 2005).

Segundo Lopez Maya

El Estado pudo, financiado por la renta petrolera, mantener a raya la protesta política entre los años setenta y hasta mediados de los ochenta. Su eficiencia para conjurar el conflicto desarticuló buena parte de los intentos de organización independiente de los sectores populares. Con frecuencia la protesta fue simplemente la antesala de una negociación de cúpulas entre dirigentes sindicales y gremiales, con partidos políticos e instituciones del Estado, mediante el procedimiento tripartito (representantes del Estado, empresarios y sindicalistas). Ello puede explicar que, aun cuando hubiese mucha protesta, ésta no daba paso a movimientos u organizaciones sociales. Con el sostenido deterioro de la economía y el proceso de deslegitimación del sistema político, éste último agudizado a fines de los años ochenta, esa situación se alteró irreversiblemente. La protesta nuevamente tomó un papel protagónico en la lucha política y las demandas redistributivas no podían ser ya satisfechas por los mecanismos clientelares y corporativos del pasado (LOPEZ apud UZCATEGUI, 2010, p.186).

⁴⁹ Na verdade, a única organização partidária de esquerda que conseguiu ter um relevante destaque nas eleições no longo período do bipartidarismo foi uma dissidência da *Acción Democrática* chamado *Movimiento Electoral del Pueblo* (MEP) que atingiu nas eleições da década de 70 cerca de 19.34% do total de votos válidos (UZCÁTEGUI, 2010). Ainda assim, como demonstra Ribeiro, o MEP foi protagonista na formação do projeto de lei que visava nacionalizar a indústria petrolífera, “antecipando a reversão das concessões em quase uma década” (RIBEIRO, 2009, p.34).

4 À GUIZA DE CONCLUSÃO: TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO NO SÉCULO XXI

4.1 Crise dos anos 90 e a transição ao governo Chávez

Na Venezuela do final da década de 90, em plena ofensiva neoliberal – com altas taxas de desemprego, desregulamentação cambial, privatizações⁵⁰, etc. – Hugo Chávez, representando o Movimento V República⁵¹ – surgido no interior das Forças Armadas –, assumiu o governo venezuelano concretizando a vitória de uma Nova Constituição⁵², a partir de um pleito popular e democrático, realizando, então, em sua gestão, novas medidas político-econômicas. Como demonstra Ribeiro (2010)

Muito da política petroleira do governo bolivariano representou um retorno às diretrizes seguidas pelos governos da Venezuela ao longo do século XX. A diferença, entretanto, é que esta retomada do nacionalismo petroleiro é promovida por um bloco popular apesar e contra os principais

⁵⁰ Em 1991 foram privatizadas a Empresa de Transporte Aéreo (VIASA), a Companhia Anonima Nacional Teléfonos de Venezuela (CANTV), a Siderurgia Del Orinoco (SIDOR), sete centrais açucareiras, estaleiros, empresas alimentícias e de construção, o sistema de teleféricos de Caracas, além da venda de seis bancos públicos (SOUZA, 2008).

⁵¹ Deve-se considerar que o Movimento V República – surgido no interior das forças armadas como Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200) – promoveu um levante militar no início de 1992, na tentativa de derrubar o governo de Carlos André Perez. Ressalta-se que a insurreição militar, liderada por Hugo Chávez, não obteve êxito, sendo fortemente reprimida (MARINGONI, 2009). Contudo, mesmo com a derrota, o movimento (cívico-militar) bolivariano transformou-se em símbolo de resistência ao regime neoliberal, “rearticulado sobre um novo bloco social e político” (RIBEIRO, 2010, p.91) confluyente com as massas, na promoção do nacionalismo petroleiro.

⁵² A respeito das modificações na Constituição bolivariana, ver “Luta hegemônica na Venezuela” (LOPEZ MAYA, 2005). Três pontos de extrema importância – e de tamanha amplitude no cenário latino-americano – devem ser suscitados aqui. São eles: (a) a incorporação dos direitos indígenas e ambientais; (b) a democracia participativa fundamentada em seus aspectos filosóficos pelo liberalismo progressista de Rousseau e Stuart Mill, bem como do socialismo democrático de Poulantzas; (c) a ampliação do julgamento de delitos militares – contra os direitos humanos – aos tribunais ordinários.

setores da burguesia. As políticas neoliberais levadas a cabo antes da ascensão do governo bolivariano e a reação destes setores à retomada do nacionalismo petroleiro demonstram a existência de profundas transformações nos setores dominantes. Frente à transnacionalização dos interesses da burguesia venezuelana, a retomada do nacionalismo petroleiro não se realiza enquanto conciliação entre classes, unidas pela sua condição comum de proprietárias de uma riqueza natural, mas sim pelo acirramento de sua polarização. O “povo soberano” não se afirma como unidade da nação, mas sim em sua contraposição aos setores dominantes (RIBEIRO, 2010, p.92).

Parece válido dizer, conforme Ribeiro (2010), que a polarização social garantiu que o governo tomasse diversas modificações na política petroleira, dado a conjuntura sucessiva de disputas políticas que se abriram com o golpe de 11 de abril, a paralisação petroleira de 2002, e a crise gerada no interior da PDVSA nos primeiros meses de 2003. Entre as modificações estão: a substituição da alta gerência da estatal por funcionários de confiança do governo; garantia do regime público de proprietário do subsolo (Lei de Hidrocarbonetos); exploração do petróleo voltado para a maximização da renda captada pelo Estado, incluindo sua crescente arrecadação fiscal (RIBEIRO, 2010).

Todavia, segundo Barros (2006), a retomada do nacionalismo petroleiro no período 2001-2003 foi marcada por uma leve crise econômica no país. Vejamos:

O PIB que vinha crescendo a pouco mais de 3% ao ano no período inicial do governo Chávez, caiu 8,8% em 2002 e 7,7% em 2003. O desemprego passou de 13% da população economicamente ativa para entre 16% e 17% no período da crise de 2002-03, sendo que o aumento da formalização que chegara a 50% em 2001, voltou ao nível de 47%. As dívidas públicas internas e externas cresceram de forma bastante considerável no período de inflexão. A dívida pública interna que era de apenas 4,3% do PIB em 1998 já havia crescido para 8,3% em 2000 e 11,5 % em 2001, passando para 13,7% em 2002 e atingiu seu

patamar máximo em 2003: 17,3% do PIB. A variação da dívida pública externa foi ainda mais forte; a grande queda que havia ocorrido nos primeiros anos do governo Chávez se reverteu rapidamente. No começo do governo a dívida pública externa, que chegava a 25,1% do PIB caiu para 18,9% em 2001; em 2002 disparou para 29,3% do PIB e chegou a 29,6 % em 2003. Para uma análise mais profunda do comportamento da dívida deve ser levada em conta as variações negativas do produto venezuelano nos anos de 2002 e 2003. O déficit público foi mantido nos níveis de 2001, entre 4% e 5% do PIB, porém a arrecadação cresceu de maneira constante, em 2001 correspondia a 19,8% do PIB e em 2003 chegou a 21,1% (BARROS, 2006, p.227-8).

Depois de 2003, superada a sabotagem petrolífera, o Estado passou a intervir de forma mais presente na economia, colocando novos rumos na especificidade do desenvolvimento venezuelano. Afirmado o compromisso ético-social com a nação, as novas medidas caminhavam no sentido de avançar com uma via de transição de orientação socialista no país, conciliando o pagamento da elevada dívida social acumulada durante os governos anteriores com um novo processo de industrialização apoiado na diversificação produtiva (SEVERO, 2009).

De acordo com Souza e Souza (2009), nesse estágio de ampliação do controle estatal, criou-se a *Compañía Nacional de Indústria Básica*, com intuito de organizar “as empresas de produção social” (EPS)⁵³ nos setores de mineração e de tubos sem costura para passagem de petróleo, bem como a indústria de papel e celulose, ao mesmo tempo que a PDVSA transformou-se em instrumento financeiro de manutenção das políticas sociais, através da criação do Fundo de Desenvolvimento Social do País (FONDESPA)⁵⁴.

⁵³ A característica essencial dessas empresas é que elas funcionam sob um regime de propriedade estatal, coletiva ou mista, gerenciadas democraticamente pelos próprios trabalhadores. Mais ainda assim, os financiamentos destinados as 321 EPS – atingindo em 2007 cerca de 8,9 milhões de dólares – estão longe de poder contribuir com uma demanda significativa “de investimento necessário para enfrentar o poder das empresas privadas nacionais e estrangeiras e sustentar o esforço de construção de um sistema eficaz de planificação em escala nacional” (NAKATANI e HERRERA, 2008, p.13).

⁵⁴ A partir das metas do milênio organizadas pela ONU, Chávez criou uma série

Ademais, devem-se reter aqui outras medidas centralizadoras do aparelho de Estado, como medidas reguladoras da economia e do desenvolvimento social, entre elas: o controle de câmbio, capitais e preços, evitando a desvalorização da moeda e a fuga de capitais através da especulação internacional e das importações de artigos de luxo desnecessários; a nacionalização de setores estratégicos (comunicação, eletricidade, alimentação e construção) via pagamento de indenizações; e a Reforma da Lei do (BCV) Banco Central da Venezuela, atuando junto ao Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN) na proteção das reservas internacionais e no desenvolvimento interno do país (SEVERO, 2009).

De fato, a planificação da economia iniciada depois da crise petrolífera de 2002-2003 representou, entre os anos de 2004-2008, um acelerado avanço no desenvolvimento econômico-social do país, se o compararmos com as taxas negativas de crescimento nos períodos da crise de 1999, 2002 e 2003. Segundo Severo (2009), devido às políticas de semear o petróleo – dado as oscilações dos preços do barril – a Venezuela, nesse período, ultrapassou a média de 20% dos países latino-americanos na formação bruta de capital fixo, chegando à casa dos 30% do PIB, da mesma forma que avançou na melhoria de indicadores sociais básicos⁵⁵.

Vejamos as tabelas (1) e (2) abaixo:

de “missões sociais” como alternativas de sanar as desigualdades sociais. São elas: a) Misión Robinson, Misión Ribas e Misión Sucre, alfabetizou mais de um milhão de venezuelanos e permitiu o acesso de jovens ao ensino primário, secundário e superior; b) Misión Barrio Adentro e Misión Milagro: acesso integral à saúde, com distribuição gratuita de medicamentos; intervenções cirúrgicas de cataratas para pacientes venezuelanos em hospitais cubanos; c) Misión Deporte: prática esportiva nos bairros periféricos das cidades; d) Misión Mercal: abastecimento alimentar de comunidades carentes; e) Misión Zamora: reforma agrária integral, com terras “improdutivas” desapropriadas; f) Misión Vuelvan Caras: geração de empregos; g) Misión Vivienda e Identidad: moradia e cidadania a estrangeiros com muitos anos de residência no país (apud SOUZA e SOUZA, 2009, p.32). Ressalta-se que em 2006, o total de recursos disponibilizados para o desenvolvimento social pela PDVSA, atingiu 7,3% do PIB em comparação com os “13,6% dos gastos sociais do governo” (NAKATANI e HERRERA, 2008, p.6).

⁵⁵ Para um estudo mais detalhado dos indicadores sociais e econômicos nesse período, ver “Análise de indicadores econômicos e sociais da Venezuela, 1999/2008” (SOUZA e SOUZA, 2009).

Tabela 4. Alguns indicadores socioeconômicos (2003 - 2006)

Ano	Taxa de desemprego (%)	Lares em pobreza (%)	Lares em pobreza extrema (%)	Índice de Desenvolvimento Humano
2003	1,8	30,5	12,7	0,775
2004	13,9	29,6	12,2	0,778
2005	11,4	26,7	10,1	0,772
2006	9,3	23,4	9,0	0,784

Fonte: (INE apud LOPEZ MAYA, 2005, p.335)

Tabela 5. PIB: 1999-2006

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB variação %	-6,0	3,7	3,4	-8,9	-7,8	18,3	10,3	10,3	8,4	4,8
PIB-Sector Petróleo Variação %	-3,77	2,25	-0,89	-14,22	-1,88	13,72	-1,48	-2,05	-4,2	3,2

Fonte: (BCV apud LOPEZ MAYA, 2005, p.335)

Aliás, adotada as medidas de planificação da economia nacional, o governo passou a executar obras de grande porte no setor de infraestruturas, na tentativa de promover a desconcentração populacional e a interiorização territorial da economia nacional – em grande parte centralizada no litoral venezuelano. Entre os projetos estão

Novas refinarias de petróleo, fábricas de cimento, de laminação de alumínio, de papel e celulose,

siderúrgicas para a produção de aços navais, especiais e inoxidável, fábricas de tubos petroleiros, de trilhos e vagões, de concentração de mineral de ferro, produtos linha branca, carros e tratores, processadoras de leite, serrarias de madeira, planos agrícolas, assim como megaprojetos de infra-estrutura: portos, aeroportos, pontes, linhas de metrô, ferrovias, estradas, termoeletricas, hidrelétricas, gasodutos, redes de fibra óptica (para telefonia e internet), redes de distribuição de água, entre outros (SEVERO, 2009).

Se é verdade que o financiamento das novas empresas criadas está ocorrendo pela aliança dos capitais públicos e privados, tanto de países estrangeiros (China, Índia, Rússia, Bielorrússia, Irã, Cuba, Brasil, EUA, Japão, entre outros)⁵⁶ quanto da Venezuela, deve-se todavia notar que o Estado Bolivariano, em grande parte dessas iniciativas, está conservando cerca de 51% da participação acionaria (SEVERO, 2009). Ora, isso permite levantar uma hipótese. Não estaríamos diante daquilo que Rangel assinalou ser uma estratégia de transição socialista, quando o comércio exterior é levado a um alto grau de planejamento, com acordos “bilaterais, planejados e de Estado”? (RANGEL, 2005, p. 503). Aliás, por este mote deve-se interpretar não apenas as parcerias com países socialistas – China, Cuba –, mas também aquelas com periféricos não subordinados às políticas do império.⁵⁷

⁵⁶ Para uma compreensão mais aprofundada dos projetos desenvolvidos com capitais mistos, ver o mapa produzido pelo periódico *El Libertario*. In: <http://issuu.com/ellibertario/docs/lib63/1>.

⁵⁷ No anexo II, encontra-se alguns indicadores econômicos do comércio exterior venezuelano. Nota-se que ao longo desses 13 anos de revolução bolivariana, a dependência ao mercado norte-americano vem diminuindo paulatinamente com os acordos bilaterais estabelecidos pelo chavismo. Aliás, com a recente entrada da Venezuela no Mercosul no final de 2012 as estimativas apontam para uma maior redução até 2030. No entanto, após a crise mundial de 2009, é tema crescente de certa ortodoxia conservadora denunciar o bloqueio das forças produtivas venezuelanas, como foi o caso da falaciosa retórica da quebra da PDVSA (SEVERO, 2009). Não conformados com a derrota midiática, atualmente os críticos imperialistas tem-se utilizado dos argumentos da redução da produção petrolífera, para denunciar a falta de investimentos no parque industrial, e a má governabilidade do país. Na verdade, para não haver duvida, o que ocorre na Venezuela está longe de traduzir essa aberração sensacionalista.

4.2 Nacionalizações e a crise mundial de 2008

Após a reeleição de Chávez em 2006, a transição ao socialismo do século XXI – pela via bolivariana – aprofundou-se em seu caráter radical. De acordo com Lopez Maya (2005), nesse momento, as orientações de cunho estatista na economia passaram a chocar-se com as instituições liberais aprovadas na Constituição de 1999, elevando os conselhos populares a um campo privilegiado na dimensão participativa, em que a articulação da forma de gestão das políticas públicas se dava sob uma nova perspectiva institucionalizada e dependente do governo central, através dos cinco "motores constituintes"⁵⁸ (LOPEZ MAYA, 2005, p337).

Todavia, ao longo do segundo mandato de Chávez, a aceleração do processo revolucionário bolivariano encontrou dificuldades para se radicalizar, em razão principalmente da crise mundial de 2008. Internamente, as forças sociais opositoras ao governo conseguiram impedir, através do Referendo Revogatório de 2007⁵⁹, a aplicação da

Como chama atenção o ex-ministro de minas e energia Victor Alvarez, enquanto a crise em 2012 afetava as economias “dos Estados Unidos, Grécia, Espanha, Portugal, Itália e outros países da União Europeia”, a Venezuela apresentava “uma aceleração em seu ritmo de crescimento econômico, uma redução significativa do desemprego e uma taxa de inflação abaixo do objetivo inicialmente planejado.” A economia, por exemplo, “cresceu 5,5%; a inflação de 20,1% – ainda que continue sendo muito alta – fechou abaixo da meta estimada em 22%; e o desemprego esteve abaixo de 8%” (ÁLVAREZ, 2013).

⁵⁸ De forma resumida, podemos estabelecer os cinco pontos de aceleração do socialismo na Venezuela: 1) a Lei Habilitante, já promulgada na constituição de 1999, que permitia o Executivo, por tempo determinado, elaborar leis; 2) já o segundo motor deveria atuar junto ao primeiro cujo presidente da República poderia modificar artigos que, no âmbito político ou econômico, pudessem bloquear os avanços do socialismo; 3) o terceiro ponto o presidente Chávez denominou de “jornada de moral e luzes”, com intuito de promover o desenvolvimento da educação em todos os núcleos da sociedade; 4) o quarto motor chamou de “a geometria do poder”, no qual procurava distribuir os poderes político, econômico, social e militar por todo o espaço nacional, articulando as cidades e territórios federais sob a ótica socialista; 5) e o quinto e último motor chamou de “a explosão revolucionária do poder comunal”, que, segundo Chávez, dependeria de todos os outros, articulados e conectados entre si, para obter sucesso e desenvolvimento (LOPEZ MAYA, 2005).

⁵⁹ Lopez Maya sugere alguns fatores que propiciaram a derrota da Reforma Constitucional no referendo de 2007. Segundo ela, a estratégia não foi aceita

Reforma Constitucional (LOPEZ MAYA, 2005), o que permitiria ao país avançar em marcha forçada ao socialismo. Já no âmbito externo, as iniciativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), vinculado ao poder midiático e a uma gama de intelectuais defensores do liberalismo (SEVERO, 2009), atuaram conjuntamente para construir uma hegemonia político-cultural cara às teses do imperialismo ⁶⁰ (WEISBROT, 2010).

No entanto, antes mesmo da crise mundial atingir o país, é possível observar que os mecanismos de defesa econômica ao longo da primeira gestão de Chávez possibilitaram que a Venezuela continuasse alcançando avanços sociais com as políticas públicas. De acordo com os dados, a Venezuela manteve durante 22 trimestres sucessivos uma média de crescimento do PIB em torno de 7%. Somente no segundo semestre de 2009 que o país apresentou uma contração econômica com taxas negativas no PIB: -1% semestral e 2,4% trimestral (GIORDANI, 2009). Nesse período o país pôde desfrutar de elevados superávits comerciais, totalizando cerca de US\$ 155 bilhões, que por sua vez permitiu acumular mais de US\$ 100 bilhões em saldo positivo na balança de transações correntes (SEVERO, 2009). Já as dívidas públicas (interna/externa) foram

por grande parte das bases políticas bolivarianas pela complexidade, brevidade e falta de discussão do projeto, além do que, este continha elementos “que contrariavam o anseio de aprofundar a democracia participativa” (LOPEZ MAYA, 2005, p.341). Ainda aponta que o fechamento da emissora (RCTV) contribuiu para a polarização social no país, desencadeada principalmente pelo movimento estudantil em retaliação ao governo. Aqui é interessante notar que a não renovação da concessão a emissora – que participou do golpe em 2002 – tornou o governo bolivariano alvo de retaliação, sob suspeita de censura a liberdade de imprensa por toda a mídia continental. Elias Jabbour, em uma entrevista cedida a Terra Magazine (2008), quando aborda o tema da censura nos meios de comunicação, enfatiza que os Estados Unidos em 2007 cassaram cerca de 46 concessões de TV no país, e nada foi dito sobre o tema, além de destacar que o país é o maior controlador da internet no mundo.

⁶⁰ Em época de recessão, o FMI e outras instituições financeiras adotaram perspectivas divergentes para os países ricos e os para os países em desenvolvimento. Enquanto os EUA e Reino Unido utilizaram dos déficits orçamentários para combater a recessão, os países em desenvolvimento foram obrigados a reduzir suas despesas e o déficit governamental. No entanto, na contramão dessas políticas, países como a China e a Bolívia, aumentando maciçamente seus gastos públicos, cada um a seu método, e, ademais, pressionando o sistema bancário na distribuição de créditos, conseguiram manter elevadas suas taxas de crescimento econômico (WEISBROT, 2010).

bastante reduzidas como porcentagem do PIB: em 1998, representavam 25,5% e 5%, respectivamente. Em 2003, no epicentro da crise política e econômica, alcançaram níveis estratosféricos: 29,7% e 17,9% do PIB, respectivamente. Em 2007, já se via a redução de ambas: a externa (de cerca de 52,9 bilhões de dólares, segundo a CEPAL) representou 12,0% e a interna 7,3% do PIB. Ou seja, em 2007, a dívida pública total representou 19,3% do PIB, bastante inferior aos níveis de 1989 (83,6%), 1995 (69,2%), 1999 (29,5%) e 2003 (47,6%). O nível atual é o mais baixo dos últimos trinta anos e um dos menores da região (apud SEVERO, 2009, p.37).

Ainda assim, nesse período anterior a crise, segundo Severo (2009),

O PIB não petroleiro cresceu a taxas significativamente maiores que o PIB petroleiro. Também foi expressiva a aceleração do PIB manufatureiro entre 2004 e 2008, verificada especialmente no aumento do consumo de eletricidade, nas vendas de veículos, cimento, produtos longos para a construção civil, ferro, aço e alumínio, entre outros. Dentro da indústria manufatureira, as áreas da atividade econômica que mais cresceram foram: elaboração de alimentos, bebidas e tabaco, couro e calçado, edição e impressão, minerais não metálicos, pneumáticos e produtos plásticos, fabricação de veículos automotores, e fabricação de máquinas e equipamentos (SEVERO, 2009).

Diante dos efeitos recessivos da crise mundial, analistas liberais, utilizando de bases mecanicistas, apontaram como insustentável o aumento dos gastos realizados pelo governo, decretando a falência da economia junto à quebra da PDVSA⁶¹. Em certa medida, podemos dizer

⁶¹ A tese defendida pelos liberais se fixava estritamente na dependência do petróleo e na volatilidade dos preços do barril. A partir da crise – em que houve uma redução nos preços do petróleo – a conclusão caminhou no sentido que não existiriam dólares disponíveis no país para manter os compromissos com os

que a tese da falência da economia – baseada na dependência petroleira – só é válida superficialmente, já que para uma análise rigorosa de uma formação social em transição, vale insistir na centralidade da política e no papel do Estado como campos estratégicos da guerra de posição (GRAMSCI, 1968). Ora, não deve haver dúvidas de que os mecanismos de planificação econômica estatal adotados pelo governo frente à crise mundial – controle das taxas de câmbio, balança de pagamentos, reservas internacionais⁶², etc. – permitiram a manutenção e continuidade das reformas sociais em curso.

Com efeito, permanece em vigor a tese de Weisbrot (2010), a qual demonstra que a diversificação produtiva da economia atualmente não depende tanto das oscilações dos preços de petróleo – dada a grande acumulação de reservas internacionais vinculadas ao baixo endividamento público –, já que a questão fundamental do problema encontra-se nos segmentos inflacionários e na desvalorização monetária. Segundo o autor, no curso dos últimos sete anos, a inflação no país atingiu uma média de 20% – maior da que ocorreu com seus parceiros comerciais –, passando para 30,9% em 2008 e recuando para 25,1% em 2009 (WEISBROT, 2010). Por outro lado, procurando estimular as exportações com a produção nacional, bem como frear as importações supérfluas, o governo optou não só pela expansão das nacionalizações em setores estratégicos da economia⁶³ (CAZADILLA, 2010), mas

projetos sociais, ao mesmo tempo em que não haveria possibilidade de diversificar a economia (SEVERO, 2009).

⁶² Se em 2002-2003 as reservas internacionais possuíam cerca de 13 bilhões de dólares, em 2008-2009 elas passaram dos 80 bilhões (incluindo as reservas oficiais do BCV, FONDEN, PDVSA, da Tesouraria Nacional e do Fundo Conjunto China-Venezuela) (SEVERO, 2009). De acordo com Max Weisbrot (2010), os recursos disponíveis pelas reservas internacionais são suficientes para controlar a balança de pagamentos no momento da crise, sendo que, se levarmos em consideração o endividamento do setor público, a dívida pública norte-americana equivale a 100% do PIB nacional, enquanto na Venezuela não passa de 20% (WEISBROT, 2010).

⁶³ Em resumo, até o atual momento, já foram nacionalizados cerca de 12 agroindústrias (Cargill, Polar, Mary, entre outras), 8 empresas, sendo 5 empresas sidero-metalúrgicas e cerâmicas (ALBRECHT, 2009), indústria nacional de artigos e torneiras, Invenval, etc., 602 fundos, redes de supermercado (Êxito), empresas e fábricas de cimento que ocupavam a faixa petrolífera do Orinoco (Holcim, Cemex e Lafarge), a maior siderúrgica do país (SIDOR), além de empresas elétricas e a Cantv (CAZADILLA, 2010). Já no setor bancário, a intervenção estatal possibilitou a criação do Banco

também por um ajustamento do bolívar sob duas taxas cambiais: 4,3 bolívares por um dólar para os produtos de informática, automóveis, telecomunicações, materiais eletrodomésticos, serviços, artigos de luxo, tabaco, bebidas, etc.; e 2,3 bolívares para os setores vitais, entre eles as atividades científicas e tecnológicas, saúde, maquinário, agroalimentar, e de maneira geral, “as importações destinadas ao setor público (WEISBROT, 2010).

4.3 Revolução passiva ampliada e os conselhos operários

José Aricó (1998) fornece-nos um quadro teórico válido para compreendemos a maneira pela qual o Estado e a política na América Latina, conformada na Europa do final do século XIX, atuam como modeladores da sociedade civil. Um Estado que, “ainda que busque constituir a comunidade nacional, não alcança os graus de autonomia e soberania dos modelos bonapartistas” (ARICÓ, 1998). A luta política desse período é travada em grupos que, pelo viés econômico, “encontram-se escassamente diferenciados e que aspiram ao controle do aparelho de Estado para desenvolver, a partir dele, a economia, e produzir, com ele, uma estrutura de classes mais complexas” (PORTANTIERO apud ARICÓ, 1998)

Certamente, isso ajuda a explicar como se deu a perpetuação do subdesenvolvimento venezuelano, apesar de haver no país uma enorme abundância de divisas (FURTADO, 2008). Segundo Furtado (2008), a partir da década de 70, com a instabilidade da taxa real de câmbio, seus ciclos de desvalorização e valorização através das commodities e dos fluxos financeiros romperam com “um modelo que a rigor a Venezuela não havia se libertado no pós-guerra tal como fizeram o restante do continente” (MEDEIROS, 2007, p.16). Somados a esta, não faltaram iniciativas estatais – em aliança com o imperialismo norte-americano – em direção a transnacionalização da economia. Devido às altas taxas de juros, a enorme dependência do setor petrolífero aos fluxos financeiros reduzia os investimentos no setor público, de modo que, levando a cabo uma oscilação nos gastos privados, formava “uma camada social de rentistas, vivendo de aplicações no exterior” (MEDEIROS, 2007, p.17).

Não deve haver dúvida que na fase anterior à transição ao

Bicentenário com a nacionalização de quatro bancos (Confederado, Banco Bolívar, Banorte e o Banco Central Universal) em uma fusão junto ao banco estatal Bancoandes, passando o Estado a controlar 25% dos depósitos (LARSEN, 2010).

socialismo bolivariano, as transformações democrático-burguesas se fizeram aos traços de uma revolução passiva – pelo alto –, cuja questão central do fenômeno repousa na “expressão prática da necessidade da tese de desenvolver-se integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar superar” (GRAMSCI, 1968, p. 77). Aliás, aplicada junto ao conceito de transformismo⁶⁴, originalmente desenvolvido por Gramsci (1968), é possível insistir que a nova camada social de rentistas – funcionários da burocracia – por um lado bloqueava a insurgência das forças sociais populares no interior dos aparelhos privados de hegemonia – partidos políticos, sindicatos, forças armadas, etc. – ao mesmo tempo em que se apropriava de toda a renda petroleira (GIORDANI, 2009).

Todavia, com a ascensão de Hugo Chávez no final do século XX – marcando uma nova trajetória na história venezuelana, dada a sua perspectiva de orientação socialista –, bem como a retomada do nacionalismo petroleiro conjugado a uma série de políticas públicas efetivadas pelo governo, e, ademais, a construção de um novo bloco histórico (GRAMSCI, 1987) nacional-popular, institucionalizado no interior do aparelho de Estado, de fato rompeu-se com o modelo bipartidário e a acumulação rentista que sustentava. Essa nova característica, ampliada na formação nacional do país, pode ser claramente percebida no que Gramsci chamou de “cesarismo progressista”, cuja “intervenção ajuda a força progressista a triunfar, mesmo com certos compromissos e medidas que limitam a vitória”⁶⁵ (GRAMSCI, 1968, p. 63).

Para concluir, é preciso destacar o impasse em que hoje se encontra o subdesenvolvimento venezuelano, especialmente enraizado em sua questão nacional. A problemática da burocratização não só inerente ao aparelho de Estado – possuindo cerca de um milhão e meio de burocratas que atuam de forma passiva, negando os avanços da

⁶⁴ Como sugeriu Gramsci, “o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição precedente de forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI, 1968, p.77) caminham paralelamente “no interesse da preservação ou restauração de estruturas caducas” (RANGEL, 1968, p.4-5).

⁶⁵ Vale dizer aqui, como sugeriu Giordani, que embora as modificações no campo político podem se dar em um curto prazo de tempo, no “campo econômico é muito mais difícil” (GIORDANI, 2009, p.14). Isso certamente é válido para adequar a transição ao socialismo venezuelano, como pensou Gramsci a Revolução Francesa – uma transição em longo prazo, que demorou cerca de 81 anos (GRAMSCI, 1968).

revolução⁶⁶ (GIORDANI, 2009) – como também, no seio do movimento operário, dentro das fábricas que, embora consolidadas as nacionalizações, ainda contam com gerentes contrarrevolucionários, que permaneceram no corpo administrativo das empresas, obstruindo o processo produtivo através de sabotagens (LARSEN, 2010). Aliás, é por aqui que devemos encontrar os verdadeiros problemas da polarização social deflagrada no país, dada acumulação de contradições inerentes ao processo revolucionário, e, não, como afirma Lopez Maya (2009), pela falta de pluralidade partidária – e a venda da democracia participativa do 1º governo chavista – que estaria cada vez mais fazendo surgir um Estado autoritário – semelhante ao socialismo do século XX.

⁶⁶ Vale a pena destacar aqui alguns logros da Revolução: de 1999 ao ano de 2012, segundo o Instituto Nacional de Estadísticas (INE) o desemprego passou de 16,1% para 5,9%; a informalidade caiu de 51,1% para 42%; o PIB/hab. se elevou de 4.100 US\$ para 10.810 US\$ de acordo com os resultados do XIV Censo *Nacional de Población y Vivienda*; o acesso a internet nas casas subiram de 4% em 2001 à 24% em 2011; a mortalidade infantil caiu de 20 por mil a 13 por mil, tendo só o programa sanitário *Barrio Adentro* gerado mais de 700 milhões de consultas nas favelas; foram construídos cerca de 356.380 unidades habitacionais sendo que só este ano as edificações chegaram em 9.582 casas, nas quais 4.628 foram construídas pelo povo organizado pelo programa de *Transformación Integral del Habitat* (TIH); a diferença de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres se reduziu a uma media de 32%, caindo de 11,8 a 8 vezes; na educação, a matricula do primário aumentou 54% (passando de 46,4% à 71,4%), a secundaria se fixou em 37% (crescendo de 53,6% à 73,3%), e no ensino superior foi triplicada, passando de 785 mil a 2.340 mil; a extrema pobreza medida por Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) se reduziu de 11,36% para 6,97%, e a pobreza caiu de 49% a 27,4% (ver anexo III)(GUIMARÃES, 2013); e alem disso, no plano econômico, pode-se constatar que entre 1999 e 2012 (anexo IV) embora a economia venezuelana só não crescesse no biênio 2002-2003 (período do golpe de Estado e da sabotagem petroleira), e 2009-2010 (na crise mundial), a ortodoxia monetarista (colonizada) continua a exclamar a inalteração da inflação – mantida em 20% desde 1999 – não reconhecendo que neste período a dívida publica foi reduzida de 49,8% para 29,89% do PIB. Aliás, sobre esse tema, o livro de Ignácio Rangel “A inflação brasileira (1963) pode ajudar na compreensão dos efeitos positivos do fenômeno inflacionário (anti-recessão) no aquecimento da economia, e sua diversificação através dos investimentos públicos e privados.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Wladimir. **Ensayo político sobre la isla de Cuba**. Alejandro de Humboldt. Trad. J.B. de V. y M. Edición hecha en la casa de Jules Renouard Librero, calle el Tournon, nº6, 1827.
- AGGIO, Alberto. **Frente popular, radicalismo e evolução passiva no Chile**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1999.
- _____. **O pensamento político de Mariátegui**. Jan./2006. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=446>> Acesso em: 26 março 2011.
- _____. **Fidel no Chile de Allende**. Ago./2006. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=564>> Acesso em: 8 abril 2011.
- _____. **O “momento Allende”: entre reforma e revolução**. Jun./2008. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=948>> Acesso em: 8 abril 2011.
- ALBRECHT, Hermann. **Venezuela: 5 Empresas sidero-metalúrgicas e cerâmicas Carabobo são estatizadas**. Jun./2009. Disponível em <<http://www.marxist.com/venezuela-5-empresas-carabobo-sao-estatizadas.htm>> Acesso em: 18 abril 2011.
- ALDANA, Ramón Losada. **Dialética do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 1968.
- ÁLVAREZ, Victor. **Economia venezuelana cresceu: o importante agora é transformá-la**. Jan./2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/26803/economia+venezuelana+cresceu+o+importante+agora+e+transforma-la.shtml>> Acesso em: 15 fevereiro 2013.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- _____. **Élisée Reclus**. Ática S.A. São Paulo: 1985.
- ARICÓ, José. **Marx e América Latina**. Trad. Maria Celeste Marcondes – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **La cola del diablo – el itinerario de Gramsci en América Latina**. Trad. Alberto Aggio. Argentina: Ed. Punto sur; Venezuela: Nueva sociedad, 1988.
- _____. Por que Gramsci na América Latina? Trad.: Alberto Aggio. In: **Estudos de Sociologia**, n. 5, Unesp/Araraquara, 1998.
- ASTON, T. H. e Philpin, C. H. E. (Eds.). **El debate Brenner: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial**.

- Trad. I. Moll e P. Iradiel. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.
- BAPTISTA, Asdrúbal. **La sociedad capitalista: ¿hacia su estadio final?** Caracas: Academia Nacional de Ciências Economicas, 2007.
- BARATTA, Giorgio. **Antônio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente.** São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- BARRIOS, Sonia. Metropolización y desigualdades sócio-territoriales en Venezuela. In: **CENDES.** Venezuela: CDBPublicaciones, 2008.
- BARROS, Pedro S. Chávez e Petróleo: Uma análise da Nova Política Econômica Venezuelana. In: **Cadernos PROLAM/USP:** Ano 5, v. 2, 2006, p. 209-237.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura – obras escolhidas, volume 1.** 3 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. **Marxismo e nacionalismo (II):** Os comunistas russos e a questão nacional. Jun./2009. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=4843>> Acesso em: 10 janeiro 2013.
- BERTELLI, Antônio Roberto. (Org). **A nova política econômica (NEP):** Capitalismo de Estado, transição e socialismo. São Paulo: Ed. Global, 1987.
- BORON, Atílio A. **O socialismo do século 21: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Doença Holandesa e sua neutralização:** Uma abordagem Ricardiana. Dez./2007. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.26.Doen%E7aHolandesa.15dezembro.pdf>> Acesso em: 27 fevereiro 2011.
- CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina.** 1º Edição. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. Venezuela: limites para uma nova política econômica. In: **Revista Economia e Sociedade,** Campinas, v. 11, n. 18, jun./2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. **História Econômica da América Latina.** Trad. Fernando Antonio Faria. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.
- CARRILLO, Carmen Virginia. “*Grupos artísticos literarios en la Venezuela de los años sesenta*”. En Latinoamérica. In: **Revista de estudios latinoamericanos.** 8 n. 44. Revista del Centro Coordinador y difusor de estudios latinoamericanos de la Universidad Nacional Autónoma de México. México. 2007/1. p. 59-81.
- CASATI, Bruno. Cuba, Vietnam, Cina: È tornata la NEP. In: **Revista Di Política e di cultura della sinistra di classe,** Itália, jun./ 2012. Trad.

Marcos Aurélio da Silva. Disponível em:

<http://www.gramscioggi.org/index_file/Gramsci%20oggi-003-2012.pdf> Acesso em: 21 janeiro 2013.

CAUBET, Rosa Alice. Sartre no Brasil. In: **Revista Travessia**. Florianópolis, n. 16, 17, 18, p. 234 – 246, 1989.

CAZADILLA, Euler. **Venezuela: A Revolução e as Nacionalizações**. Abril/2010. Disponível em: <<http://www.marxist.com/venezuela-revolucao-e-as-nacionalizacoes.htm>> Acesso em: 14 abril 2011.

CALZADILLA, Juan. *Con Chávez hasta el tiempo corre más rápido*. Nov./2005. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=23293>> Acesso em: 01 maio 2011.

_____. *Quando se escreve a mano la escritura se vuelve corporal, se transforma em matéria*. Dez./2006. Disponível em: <<http://articulosyanecdotas.blogspot.com/search?q=juan+calzadilla>> Acesso em: 24 maio 2011.

CHATELET, François; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. **As concepções políticas do século XX: História do pensamento político**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1983.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2º ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ºed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

CRISTI, André. **O marxismo encontra-se hibernado na universidade**. Set./2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20882#> Acesso em: 13 janeiro 2013.

CUNILL, Pedro. **A América Andina**. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

DIETERICH, Heinz. **Hugo Chavez y el socialismo del siglo XXI**. Rebelión, 2007.

DOBB, Maurice. **A transição do feudalismo para o Capitalismo**. 5º ed., São Paulo: Paz e Terra S.A, 2004.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**; trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

DUARTE, Adriano Luiz; RAMPINELLI, Waldir José. Universidade, sociedade e política: algumas considerações sobre a relação entre público e privado em tempos de barbárie. In: ALVIM, Valdir; RAMPINELLI, Waldir José; RODRIGUES, Gilmar. (Org.)

Universidade: a democracia ameaçada. São Paulo: Xamã, 2005.

DUARTE, Roberto de D. **Um estudo da gênese do Chavismo a partir**

- do marxismo heterodoxo.** (Monografia em Ciências Econômicas) Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- ESCALANTE, Henry. **Los hechos evidencian el fracaso de la “NEP bolivariana”**. Maio/2010. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/contraloria/a100477.html>> Acesso em: 13 agosto 2011.
- FERREIRA, Carla. O capitalismo rentista e a classe operária no processo bolivariano da Venezuela. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** (ANPUH). São Paulo, julho, 2011.
- FUENTES, Federico. **El futuro del “socialismo del siglo XXI” tras las elecciones**. Nov./2012. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ideologia/a153653.html>> Acesso em: 16 janeiro 2013.
- FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundancia de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GIORDANI, Jorge. A dívida social está sendo paga. In: **VERSUS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ**, n.3, 2009.
- _____. **La transición venezolana al socialismo**. Caracas: Ed. Vadell hermanos, 2009.
- GOLINGER, Eva. **Bush VS. Chávez: la guerra de Washington contra Venezuela**. Cuba: José Martí, 2006.
- GONZÁLEZ, Serrano. **Para una historia del anarquismo en Venezuela**. Dez./2012. Disponível em: <<http://anarquismoenvenezuela.blogspot.com.br/2012/12/para-una-historia-del-anarquismo-en.html>> Acesso em: 21 janeiro 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1968.
- _____. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. trad. Carlos Nelson Coutinho, 7º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. **Cadernos do cárcere**, volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **El futuro en Venezuela. Madura Maduro: Se viene el 60%!**. Mar/2013. Disponível em : <http://www.telam.com.ar/notas/201303/9993-madura-maduro-se-viene-el-60.html> Acesso em: 14 março 2013.
- GULLAR, Ferreira. **Cultura posta em questão, Vanguarda e subdesenvolvimento: ensaios sobre a arte**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- Hilton, R. et. al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5. ed. Trad. Isabel Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Ocidente não tem “moral” para criticar China**. Ago./2008. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/ce/noticia.php?id_noticia=39061&id_secao=9 Acesso em: 22 abril 2011.

_____. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. 2010. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JOHNSON, Paul. **Intelectuais**. Buenos Aires: Ed. Javier Vergara S.A, 1990.

JOYEUX, Maurice. In: COELHO, Plínio Augusto. Seleção, Organização e Tradução. **Surrealismo e Anarquismo**. “Bilhetes Surrealistas de Le Libertaire”. São Paulo: Imaginário, 1990.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. 2ªed. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2009.

KONRAD, Diorge. **A esquerda e o lacerdismo do monopólio midiático**. Out./2011. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=4343&id_coluna=14 Acesso em: 17 janeiro 2013.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Brasil: Ed. Sabotagem, 1977.

LARSEN, Patrick. **Venezuela**: As expropriações de bancos, o congresso do PSUV e o renascimento do movimento operário. Fev./2010.

Disponível em:

http://www.marxismo.org.br/index.php?pg=artigos_detalhar&artigo=504 Acesso em: 14 abril 2011.

LÊNIN, Vladimir. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras Escolhidas**. t. 1, 2.ed. Moscou: Edições Progresso; Lisboa: Editorial “Avante!”, 1977.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 3 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Estado e a revolução**. A revolução proletária e o renegado Kautsky. São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

LOPEZ MAYA, Margarita. **Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio**. Trad. Flavio Benedito. 2ª ed. Caracas: Alfadil, 2005. Edição em português atualizada com acréscimo do cap. 16, sobre a conjuntura política até 2009.

_____. Chávez reverte os próprios avanços. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 de fev. 2009, p. A-9.

- _____. **Para el debate: el populismo venezolano y sus tendencias actuales**. Out./2011. Disponível em: <<http://periodicoellibertario.blogspot.com.br/2011/10/para-el-debate-el-populismo-venezolano.html>> Acesso em: 19 novembro 2011.
- LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a Tradição Liberal**. Liberdade, Igualdade, Estado. Trad. Carlos Alberto Fernando Nicola Dastoli. Ed: Unesp. São Paulo, 1988.
- _____. Gramsci e a revolução. In: **Tempo** – revista do departamento de história da UFF, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1998.
- _____. **As raízes norte-americanas do nazismo**. 2004. Disponível em: <http://resistir.info/eua/raizes_nazismo_eua.html> Acesso em: 11 janeiro 2013.
- _____. **Antonio Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- _____. **Stalin: história crítica de uma lenda negra**. Editora: Revan. Rio de Janeiro, 2010.
- _____. **Como nasceu e como morreu o “marxismo ocidental”**. 2011. Disponível em: <http://resistir.info/losurdo/marxismo_ocidental.html> Acesso em: 11 janeiro 2013.
- LOWY, Michael. **Nem decalque, nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariategui**. 2011. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/157-livro/1878-nem-decalque-nem-copia-o-marxismo-romantico-de-jose-carlos-mariategui>> Acesso em: 21 março 2012.
- _____. A estrela da manhã. Surrealismo e marxismo. Trad. Eliana Aguiar. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002.
- LUKÁCS, Gyorgy. Marxismo e questões de método na ciência social. In: CUNHA, José P. (Org.) **Sociologia**. São Paulo: Atica, 1981.
- _____. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Organização, introdução e tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- _____. **Existencialismo ou Marxismo?** São Paulo: Livraria Editora, Ciências Humanas, 1979.
- MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a “Formação Social como Teoria e como Método”. In: SOUZA, Maria Adélia A. de (Org.). **O mundo do cidadão** – um cidadão do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Teorias sobre a industrialização brasileira. In: **Cadernos Geográficos/UFSC/CFH**. Departamento de Geociências. Florianópolis: Imprensa Universitária, n.2, maio/2000.
- _____. A escola francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. In:

- Cadernos Geográficos/UFSC/CFH.** Departamento de Geociências. Florianópolis: Imprensa Universitária, n.6, maio/2003.
- _____. Qual o futuro da América Latina? In: LEMOS, Amália I. G. de; SILVEIRA, Maria L.; ARROYO, Mônica. (Org.) **Questões territoriais na América Latina.** Buenos Aires: Clacso, 2006.
- _____. A Geografia Francesa nos meados do século XX e a contribuição de Jean Tricart. In: Silva, Teresa C. da. (Org.) **Da teoria à prática da geografia global: abordagens transdisciplinar proposta por Jean Tricart.** Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.
- MARIGHELLA, Carlos. A crise brasileira. In: BOGO, Ademar. (Org.) **Teoria da organização política – II.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.
- MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. **A Revolução Venezuelana.** São Paulo: UNESP, 2009.
- MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** Trad. João Maia. 5º Ed. Paz e Terra, 1986.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Celso Furtado na Venezuela.** Editora Manole, 2007. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/3_congresso/1036.pdf Acesso em: 07 abril 2011.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 1998. Disponível em: <http://www.meszaros.comoj.com/?q=node/31> Acesso em: 14 setembro 2011.
- _____. **A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história.** Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Tempos de Lukács e nossos tempos: socialismo e liberdade. In: **Verinotio** – revista online de educação e ciências humanas, n. 10, ano V, out./2009.
- NAKATANI, Paulo; HERRERA, Rémy. Mudanças Estruturais e Planificação na Venezuela Revolucionária. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política,** João Pessoa, v.1, 2008, p. 1-16.
- ORDUNA, Jorge. **Ecofascismo.** 1ed. Buenos Aires: Martínez Roca, 2008.
- OROZCO, Carmen Diaz. **El Techo de La Ballena en la tradición artística y literaria venezolana.** En Carmen Diaz Orozco (comp.) *Modernidad y Alteridades.* Mérida, IIL – *Maestria en Literatura Iberoamericana,* 1999, pgs 11-36.
- OURIQUES, Nildo. (Org.) **Raízes no libertador** – Bolivarianismo e poder popular na Venezuela. Florianópolis: Ed. Insular, 2005.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. **Decomposição política antecede Chávez.**

Fev./2007. Disponível em:

<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=680>> Acesso em: 25 outubro 2011.

PEREIRA, R. M. F. do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1993.

PETRAS, James. A metamorfose dos intelectuais latino-americanos. In: **Estudios Latino-americanos**, n.5, jul./dez./1988, p.81-86. Trad. Edsel O. Britto.

_____. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. In: **Revista Lutas Sociais**, v. 1, 1996. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/neils/revista/revista.html>> Acesso em: 12 outubro 2012.

PINHEIRO, Milton; MANZANO, Sofia. **O mundo ideológico e político de José Carlos Mariategui**. Jun./2010. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1751%3Aseminario-internacional&catid=42%3Acomunistas&Itemid=1> Acesso 24 março 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 1994. Disponível em <<http://movimentosjuvenisbrasileirosparte2.blogspot.com.br/2009/07/livro-questao-da-universidade-alvaro.html>> Acesso 04 abril 2011.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. In: **Revista Comunicação&política**, maio/ago./2011, v. 29, n. 2, p. 68-94.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Trad. Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas / Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. In: Aldana, R. L. **Dialética do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 1968.

_____. **Economia: milagre e anti-milagre**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. Venezuela: Nacionalismo petroleiro e o socialismo do Século XXI. In: **Anais do IV Simpósio lutas sociais na América Latina**, set./2010. GT6. Socialismo no século XXI e problemas da transição.

_____. **Petróleo e processo bolivariano: uma análise da disputa pelo controle do petróleo na Venezuela entre 2001 e 2003**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

- RIERA, René Arias. *Salvador de la Plaza y la alternativa socialista en Venezuela*. In: **Revista de Filosofía**, n. 60, 2008-3, p. 93-109.
- ROCHA, Glauber. **Revolução do cinema novo**. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1981.
- RODRIGUES, Helenice. **O intelectual no “campo” cultural francês – do “caso Dreyfus” aos tempos atuais**. Jul./2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000200008> Acesso em: 10 dezembro 2012.
- RODRIGUEZ, A de J. P. *Corazón y fusil. Cuando ellas dan cuenta de la insurgencia armada. Una lectura a El desolvido (1971), aquí no ha pasado nada (1972) y no es tiempo para rosas rojas (1975)*. In: **Revista de cultura** # 69. Fortaleza, São Paulo – mai./jun./jul./2009. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/ag69rodriguez.htm>> Acesso em: 3 agosto 2011.
- ROIO, Marcos Del. Um século de revoluções passivas. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. (Org.) **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- SADER, Emir. **Povo, popular, populismo?** Maio/2006. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3062> Acesso em: 08 janeiro 2013.
- SALGADO, Tiago Santos. **O bolivarianismo de Chávez e o resgate de uma Cultura Política**. Jan./2011. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=354>> Acesso em: 04 abril 2011.
- SAMPSON, Anthony. **As Sete Irmãs**. Trad. Luciana Carli. São Paulo: Circulo do Livro S.A., 1975.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. In: **Revista Antipode**, v. 9, n.1, jan./fev. de 1977.
- _____. O intelectual e a universidade estagnada. In: **Revista Adusp**. Out./1997. Disponível em: <http://www.geografia.ufflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/2012/1s/universidade_estagnada.pdf> Acesso em: 12 janeiro 2013.
- _____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Ed. USP, 2002.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. 2 ed. São Paulo: Ed. Difusão européia do livro, 1967.
- _____. Apresentação de “Les temps modernes”. In: **Praga: Estudos marxistas** 8. São Paulo: HACITEC, 1999.

_____. Eleições armadilha para otários. In: **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, jul./dez. 2004.

SEVERO, Luciano Wexell. A economia venezuelana frente a crise mundial. In: **Revista Eletrônica Data Venia**: Ano V, n. 25, 2009.

SILVA, Marcos Aurélio da. *Geografia e marxismo*: questões de método e notas de pesquisa. In: **Revista Ciência Geográfica**: Ensino, Pesquisa e método. Bauru-SP, Ano IX, n. 2, 2003.

_____. **O comunismo crítico de Antonio Gramsci**. 2011.

Disponível em:

<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1356>> Acesso em: 01 junho 2011.

_____. A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. In: XII Encuentro de Geografos de América Latina, 2009, Montevideo. **Anais do XII Encuentro de Geografos de America Latina**, 2009

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. 3 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, R. B. de L. **O desenvolvimento econômico da Venezuela 1950/2006**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdades de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, R. B. de L.; SOUZA, N. J. Análise de indicadores econômicos e sociais na Venezuela 1999/2008. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XI, n.20. Bahia: 2009.

SUTHERLAND, Manuel. **Crítica a la nueva política económica (NEP) de Chávez, la alianza estratégica con el empresariado o la construcción del socialismo como proceso lento y gradual**. Jun./2008.

Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ideologia/a59512.html>>
Acesso em: 27 outubro 2012.

TABB, William K. A Globalização é uma Questão, o Poder do Capital é a Questão. **Monthly Review**, v. 49, n. 2, jun./1997, p. 20-9, trad: Marcos A. da Silva.

TAJELDINE, Basem. **La nueva economía política (NEP) bolivariana**. 2008. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=69102>>
Acesso em: 23 outubro 2012.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1974, reimpressão 1980. (Ensaios; 9).

_____. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed.

UNESP, 2004.

TROTSKY, León. **A História da Revolução Russa**. 3º ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *¿Un programa de lucha militante o de adaptación al imperialismo norteamericano?*. Set./2008. Disponível em:

<<http://socialismoperuanoamauta.blogspot.com/2008/09/haya-de-la-torre-y-la-democracia.html>> Acesso 28 março 2011.

UZCÁTEGUI, Rafael. **Venezuela: La Revolución como espectáculo** – una crítica anarquista al gobierno bolivariano. 1ª ed.- Caracas-Madrid-Tenerife-Buenos Aires. El Libertario / Editorial La Cucaracha Ilustrada / LaMalatesta Editorial / Tierra de Fuego / Libros de Anarres, 2010.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

_____. **Entre a realidade e a utopia**: ensaios sobre política, moral e socialismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

VERGOPOULOS, Kostas. **Globalização, o fim de um ciclo: ensaio sobre a instabilidade internacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. **Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira**. 1996. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581996000300004&script=sci_arttext> Acesso em: 20 janeiro 2013

_____. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. **Revolução Passiva e americanismo**. 2007. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=676>> Acesso 23 maio 2011.

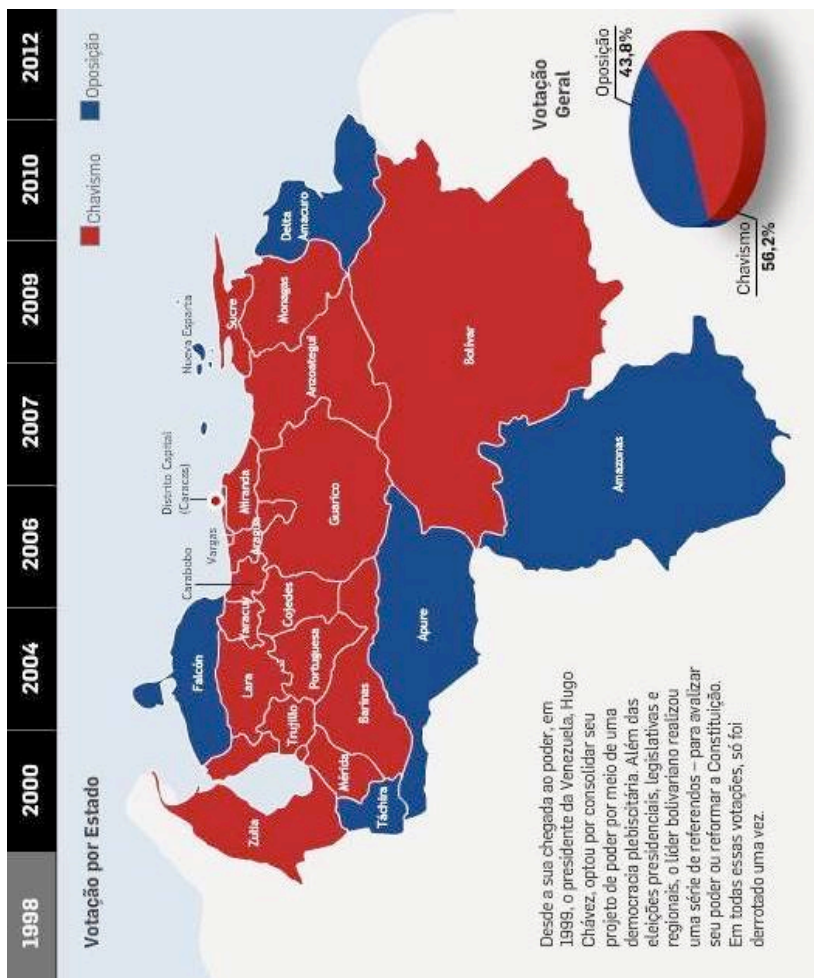
VIEIRA, Maria Graciana E. de D.; PEREIRA, Raquel Maria F. do A. Latifúndio Pastoral e Pequena Produção Mercantil: o Caso do Brasil Subtropical. In: **Anais da Geografia Econômica e Social**. Grupo de Pesquisa/CNPq Formação Sócio-Espacial: Mundo, Brasil e Regiões. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências, abril de 2009.

WEISBROT, Max. Mais folego para o desenvolvimento. In: **Le Monde Diplomatique**. São Paulo: ano 3, n. 33, abri./ 2010.

WOODS, Alan. **Reformismo o revolucion**: marxismo e socialismo del siglo XXI (respuesta a Heinz Dieterich). Mérida: Fundación Federico Engels, 2008.

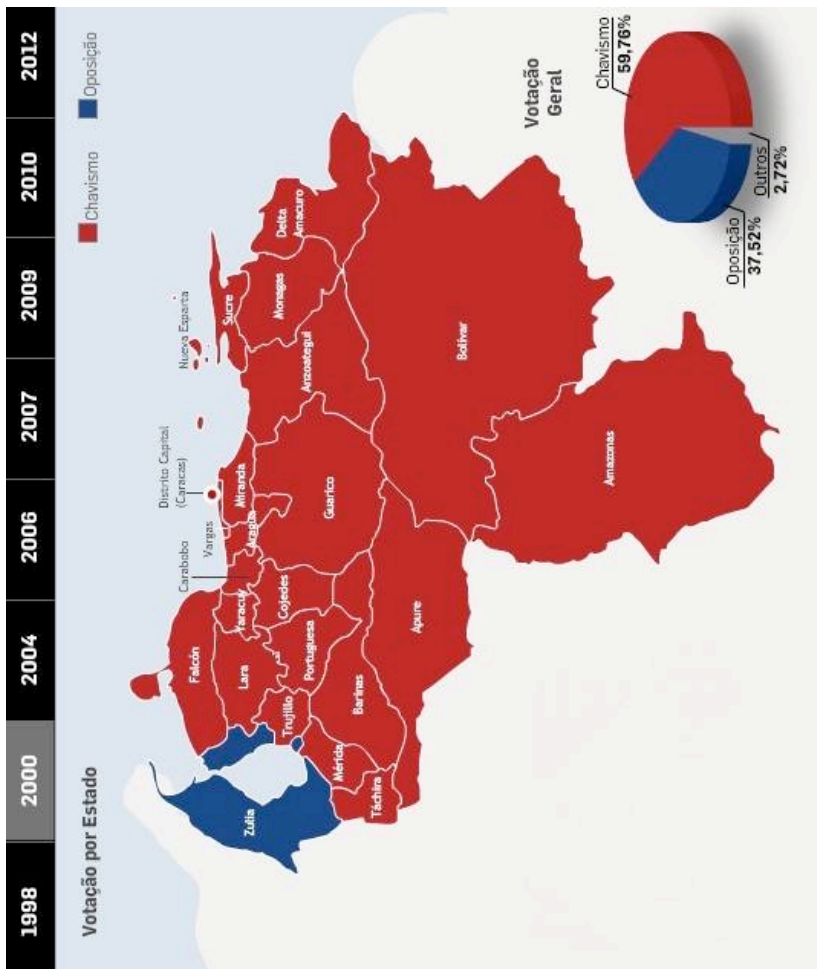
ANEXOS

Anexo I. Mapas das eleições (1998-2012)



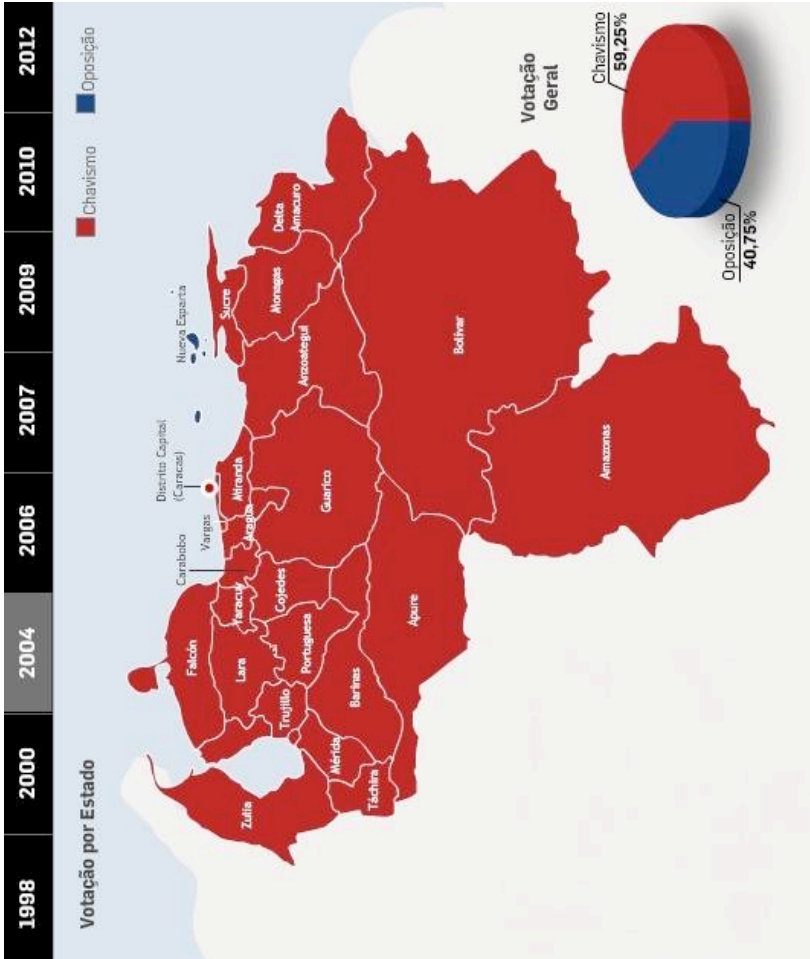
Mapa Eleitoral 1998.

Fonte: Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela



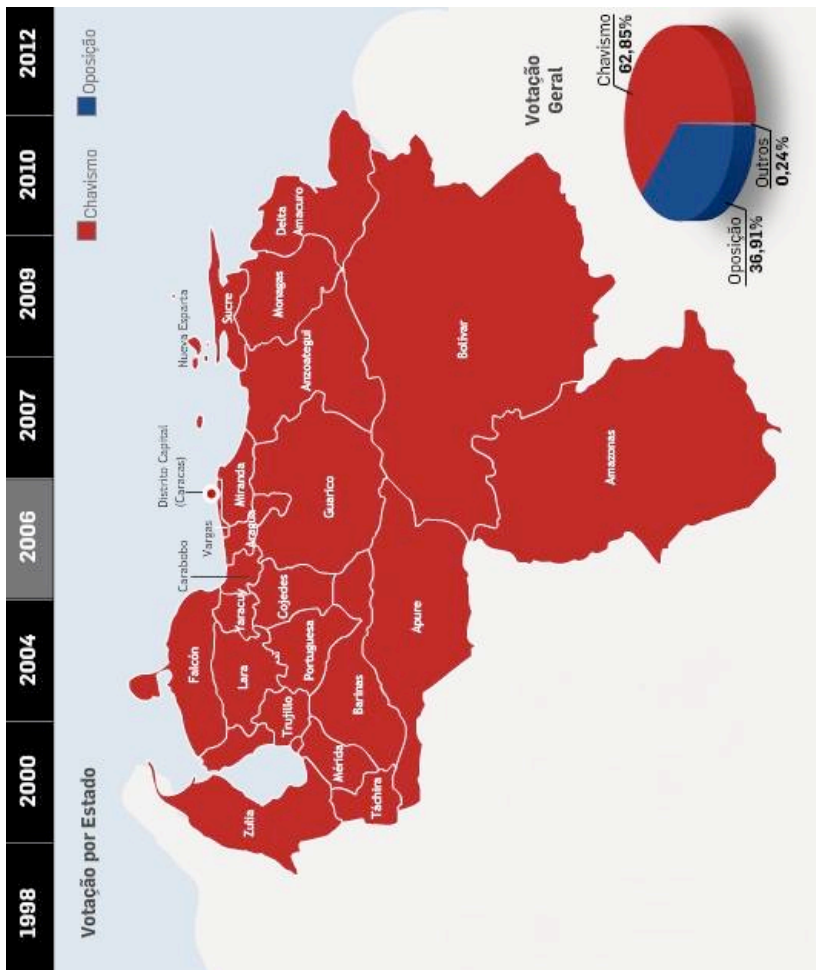
Mapa Eleitoral 2000.

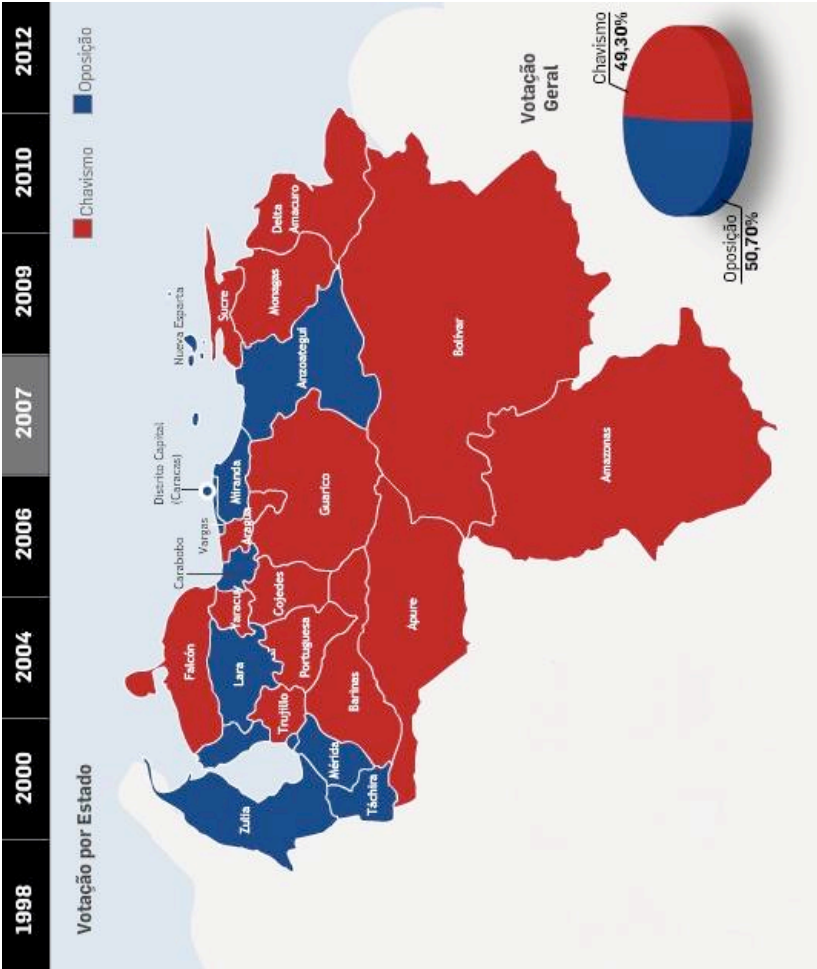
Fonte: Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela



Mapa Eleitoral 2004.

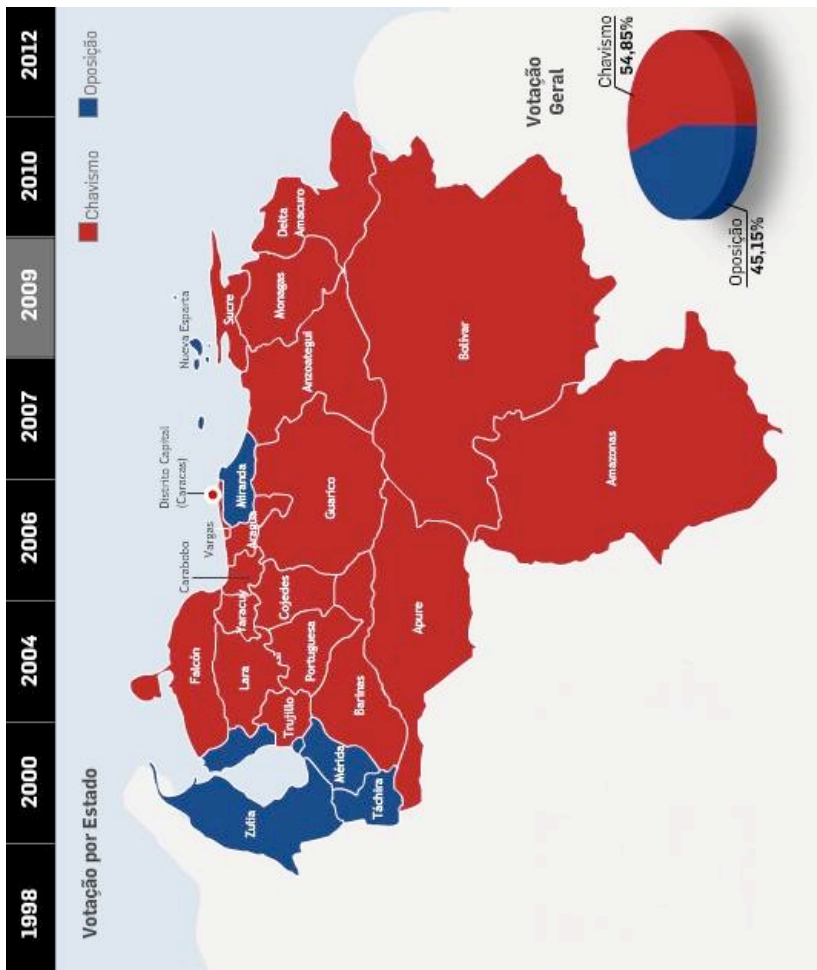
Fonte: Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela





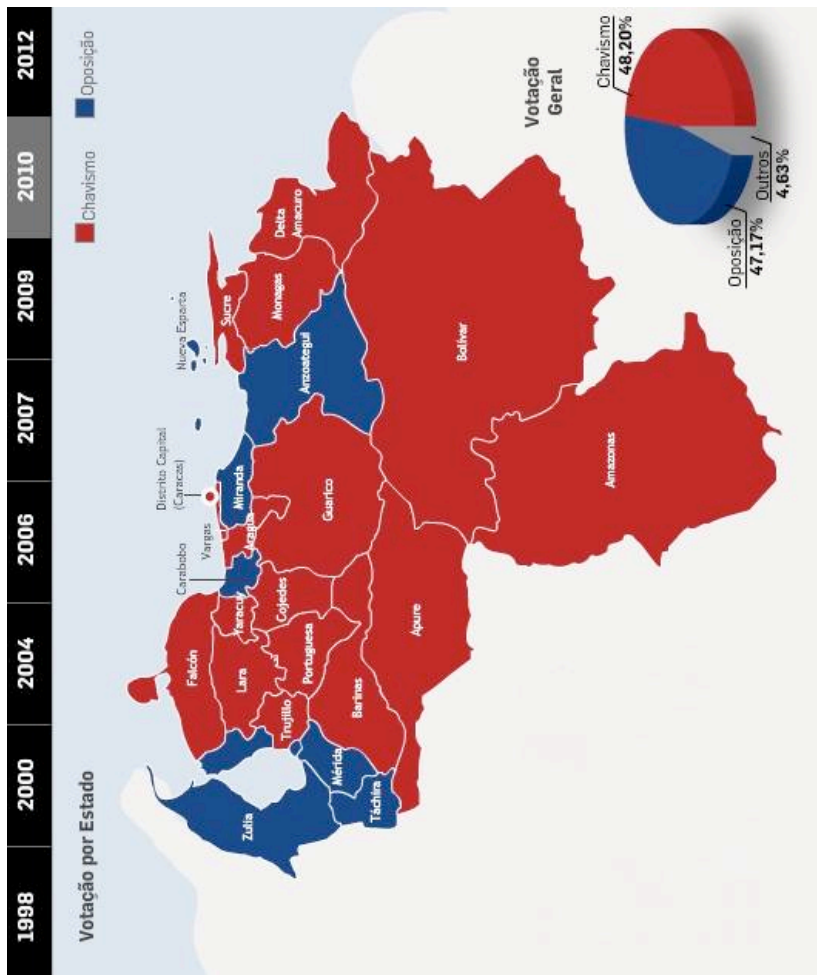
Mapa Eleitoral 2007.

Fonte: Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela



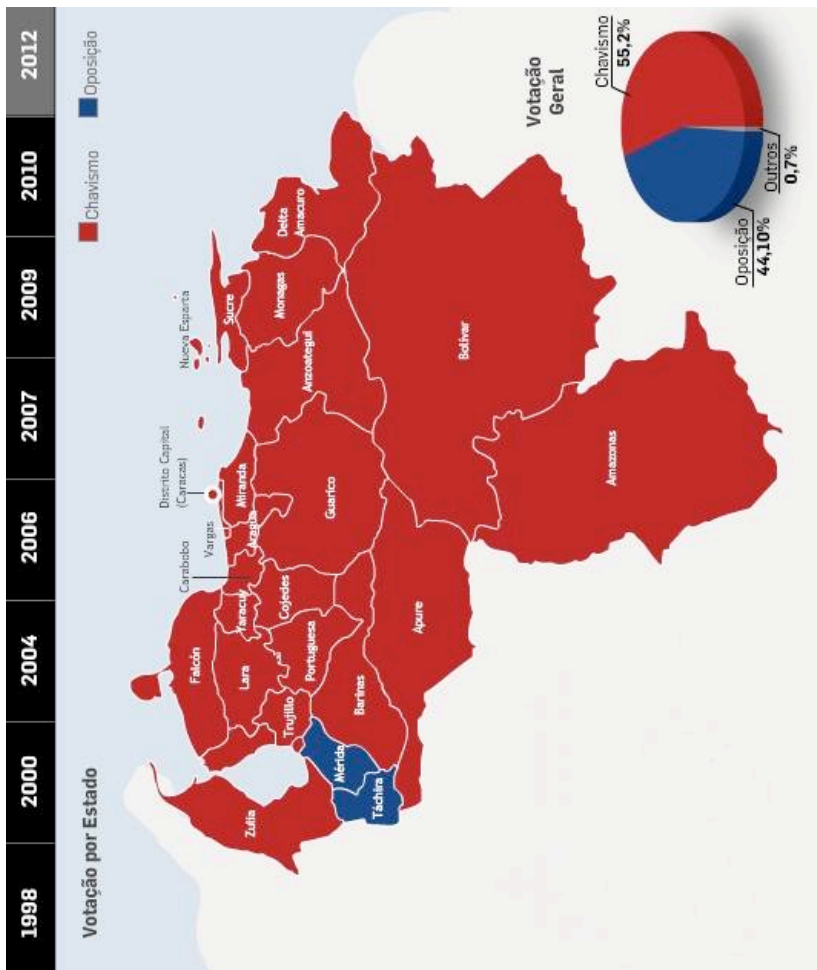
Mapa Eleitoral 2009.

Fonte: Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela



Mapa Eleitoral 2010.

Fonte: Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela



Mapa Eleitoral 2012

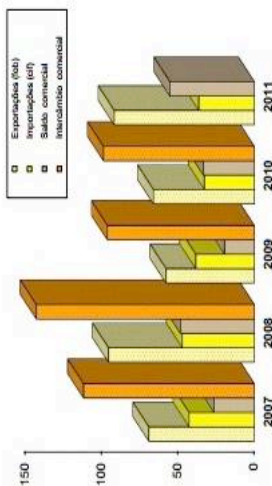
Fonte: Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela

Anexo II

VENEZUELA: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	68,8	95,1	57,6	65,8	91,3
Importações (cif)	42,5	46,9	38,2	32,6	36,2
Saldo comercial	26,3	48,2	19,4	33,2	55,1
Intercâmbio comercial	111,3	142,0	95,8	98,4	127,6

Elaborado pelo MRE/CEPEDEC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Director of Trade Statistics, October 2012.

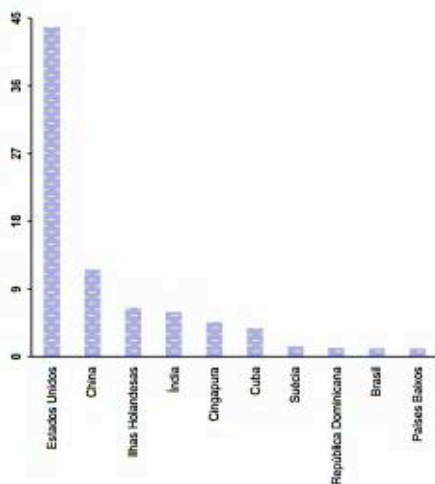


O comércio exterior da Venezuela apresentou, em 2011, variação de 15% em relação a 2010, passando de cerca de US\$ 111 bilhões para US\$ 128 bilhões. No ranking do FMI a Venezuela figurou como o 43º mercado mundial, sendo o 39º exportador e o 54º importador.

VENEZUELA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Estados Unidos	26,4	40,2%	43,9	48,0%
China	5,1	7,7%	11,6	12,7%
Ilhas Holandesas	0,0	0,0%	6,5	7,1%
Índia	5,2	7,9%	5,9	6,5%
Cingapura	3,6	5,4%	4,6	5,0%
Cuba	3,1	4,8%	3,8	4,2%
Suécia	0,4	0,7%	1,4	1,5%
República Dominicana	0,9	1,4%	1,2	1,3%
Brasil	0,5	0,7%	1,1	1,2%
Países Baixos	0,1	0,2%	1,1	1,2%
República Dominicana				
Brasil				
Países Baixos				
Subtotal	45,3	68,9%	81,0	88,7%
Outros países	20,5	31,1%	10,3	11,3%
Total	65,8	100,0%	91,3	100,0%



Elaborado pelo IPEZ/CEPEC - División de Inteligencia Comercial, con base en datos de Filif, Dirección of Trade Statistics, October 2012.

A maior parte do que é produzido na Venezuela é destinado aos Estados Unidos, cujo percentual em 2011 representou cerca de 48% da pauta exportada. Em seguida destacaram-se: China (13%); Ilhas Holandesas (7%); Índia (7%); Cingapura (5%); e Cuba (4%). O Brasil obteve a 9ª posição com 1,3% de participação da pauta.

VENEZUELA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

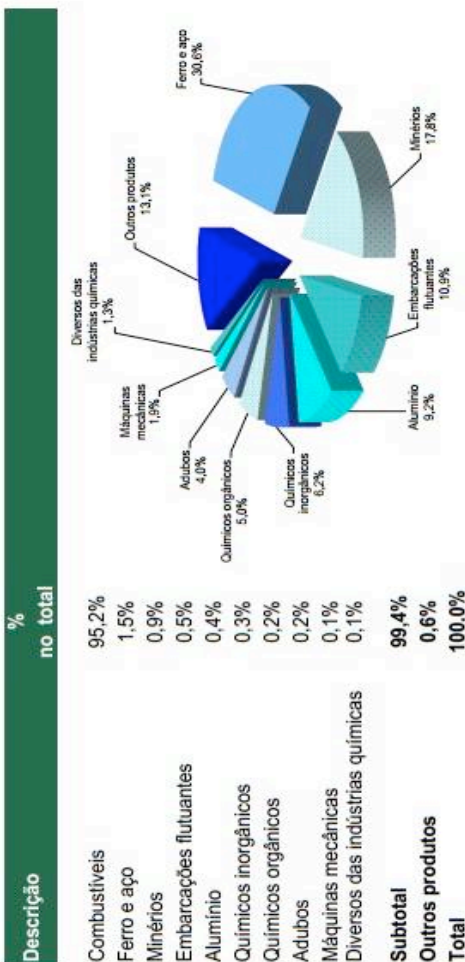
US\$ bilhões



Elaborado pelo IREZ/PEDEC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Dirección de Trade, Subsector, Outubro 2012.

Estados Unidos, China e Brasil são os principais fornecedores de bens a Venezuela. Em 2011, corresponderam por cerca de 48% das importações do país. Destacaram-se também: Panamá (5%), Argentina (5%); Espanha (4%); Colômbia (4%); e México (4%).

VENEZUELA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %

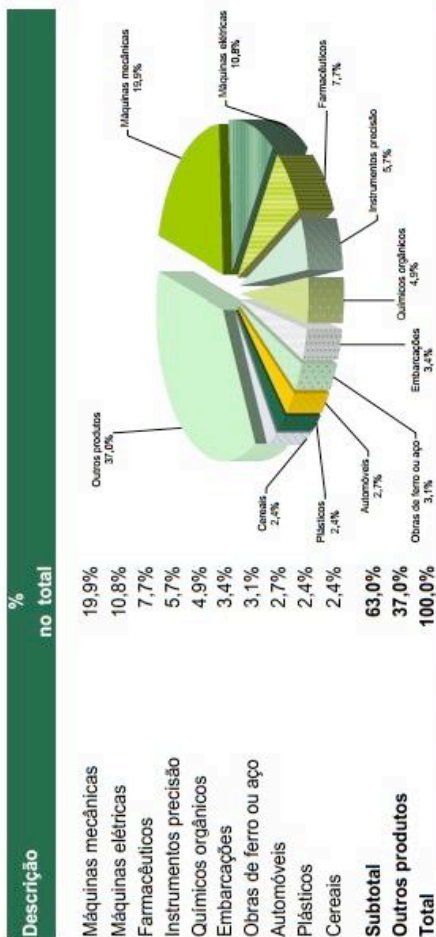


Elaborado pelo MIREX/DPD/CIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

(1) A Venezuela, através do Instituto Nacional de Estadística (INE) não forneceu dados referentes a exportação de petróleo e derivados (cap 27), os dados foram retirados das bases importadoras.

Combustíveis são os principais produtos exportados pela Venezuela. Em 2011, o percentual representou 95% do total das vendas do país.

VENEZUELA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2011 - Em %

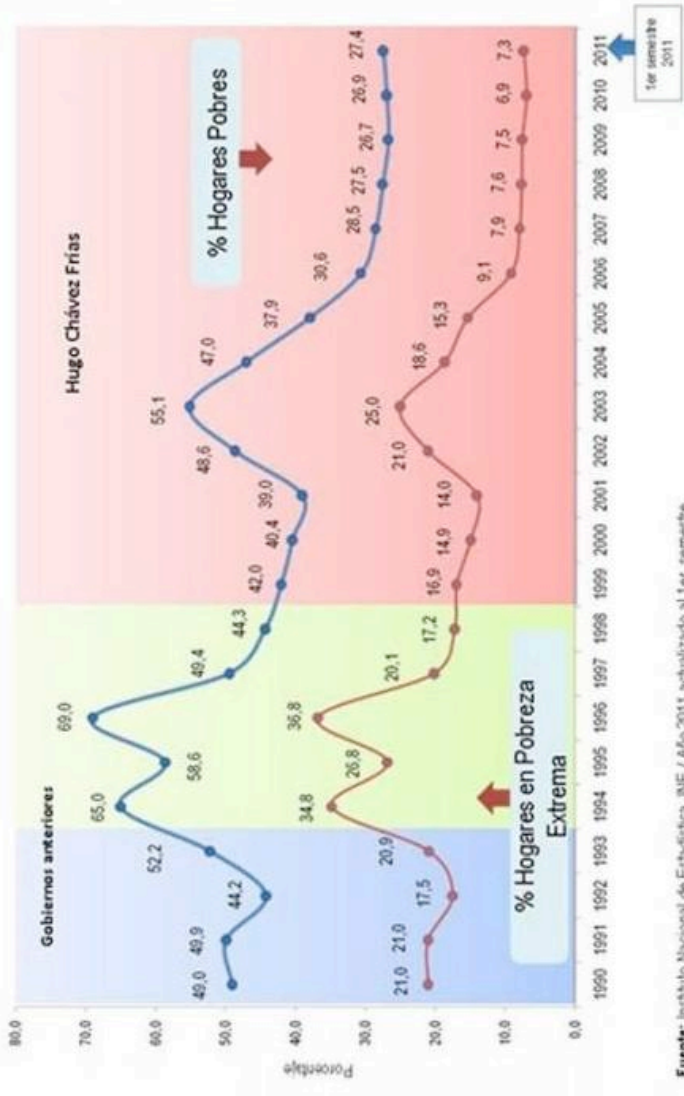


Elaborado pelo IUPERJ/IBIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/trademap.

Máquinas - mecânicas e elétricas são os principais produtos importados pela Venezuela. Em 2011, o percentual dos grupos referidos representaram 31% do total da pauta. Em seguida destacaram-se: produtos farmacêuticos (8%); instrumentos de precisão (6%); produtos químicos orgânicos (5%) e embarcações (4%)

Anexo III

PORCENTAJE DE HOGARES POBRES POR LÍNEA DE INGRESO
2DO SEMESTRE, 1990 – 2DO SEMESTRE, 2010; 1ER SEMESTRE 2011



Fuente: Instituto Nacional de Estadística, INE / Año 2011 actualizado al 1er semestre

Anexo IV**Crecimiento económico durante la gestión chavista**

Fuente: Analytica en base INE.
